



REVISTA
DIGITAL
SIMONSEN

ECUDA+AÇÃO
Nº12 (2020)

ISSN: 2446-5941:





ISSN 2446-5941

Equipe

Editor:

Prof: Dr. Rodrigo Amaral

Parecerista:

Prof. Dr. Luiz Otávio Ribeiro de Lemos Felgueiras

Técnico de edição:

João Marcos Passos dos Santos

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)
- Prof. Dr. Luiz Otávio Ribeiro de Lemos Felgueiras (UERJ)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelsim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antônio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica /
Faculdades

Integradas Simonsen. Ano 7,
n.12 (mar – jun 2020). Rio de
Janeiro, 2020 (on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsen

Disponível no Portal Simonsen em:

www.simonsen.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

Siglas: FIS: Faculdades Integradas Simonsen; UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
UCAM: Universidade Candido Mendes.

EDITORIAL

Apresentamos a décima segunda edição da RDS, onde reunimos nove textos das mais diversas áreas do conhecimento com professores e alunos da Simonsen, da UniCBE, mestres, doutores e graduandos de universidades públicas e privadas, brindando nosso leitor com mais uma edição cheia de história, política, saúde, nutrição, engenharia, discussões sociais e culturais.

Em *Contribuições da disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas a favor da inclusão: Uma visão geral interdisciplinar*, a Professora Márcia Vales Ferreira, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO propõe uma discussão preliminar acerca do individualismo urbano, diversidade cultural e prática social interdisciplinar inclusiva e colaborativa.

Em trabalho assinado por nove autores, os três professores orientadores do curso de Engenharia Elétrica: Samara Rebello, Ana Lúcia H. dos Santos de Souza e Felipe Fonseca Martins, juntaram-se aos discentes: Enock JR Fonseca, Robertho Lúcio Guimarães P da Silva, Marcos Sergio Pereira Gonzaga, Lucas Pereira de Souza Lima, Claudio Leonardo João Pimentel, Gustavo dos Reis Silva para tecer trabalho sobre o papel do CONFEA/CREA (Concelho Federal de Engenharia e Agronomia/ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) na sociedade.

Samires Souza dos Santos, em *Direitos reprodutivos e sexuais de mulheres lésbicas: Uma assertiva do poder público e do Assistente Social* faz um traçado histórico pela saúde pública no Brasil, discutindo os direitos reprodutivos de casais homossexuais.

Marcelo Bonfim Neves de Sá, Fisioterapeuta, Especialista em Neurociências Aplicadas a Reabilitação, Mestre em Saúde da Família e Docente da CBM-UniCBE e Maria Tereza Fonseca da Costa, Médica Pediatra, Doutora em Saúde da Criança e da Mulher, Mestre em Saúde Pública, apresentam uma discussão sobre o acompanhamento e desenvolvimento infantil na atenção primária pelo profissional fisioterapeuta.

Existem textos que podemos chamar de necessários! Essa é a discussão apresentada por Daniel Diego Alves da Silva de Souza, Mestrando em Justiça e Segurança pela Universidade Federal Fluminense, que discute as nuances que consubstanciam a guerra de extermínio ao tráfico de drogas no Brasil.

O graduando em Geografia e graduado em Licenciatura em História pelas Faculdades Integradas Simonsen, Márcio Aurélio Furtado Martins, discute a independência dos Estados Unidos da América com a Inglaterra e os sentimentos envolvidos em uma das rupturas políticas mais importantes da história.

Kelly Cristhine Santos da Silva, Larissa Gomes da Silva dos Santos e Wanessa Natividade Marinho em *Educação alimentar nutricional na formação de doulas: um diálogo necessário na promoção da saúde* publicam estudo pioneiro sobre a educação alimentar e nutricional na formação de pessoas que assistem as mulheres nas fases pré e pós parto.

Anny Caroline dos Santos Caixa, Mariana de Melo Rodrigues Sobral e Derick Mendes Bandeira apresentam trabalho onde discutem o *diagnóstico clínico, bioquímico, hematológico, sorológico e molecular das infecções por zika vírus* cujo objetivo é abordar os aspectos relacionados ao exame de saúde clínico e laboratorial do ZIKV.

Abraão Lincoln Souza, Pós-graduado em História do Rio de Janeiro pelas Faculdades Integradas Simonsen, apresenta seu Trabalho de Conclusão de Curso que acompanhou a história em torno do mito Luís Carlos Prestes.

Boa leitura!

Por: Rodrigo Amaral - Editor chefe da RDS/Educa+Ação.

Nossa Capa

Nossa capa nos leva a refletir sobre o mundo digital, o mundo do saber, da ciência, das artes e da cultura. A Simonsen, como carinhosamente é chamada, é uma instituição comprometida com a interdisciplinaridade e aglutina diversos campos do saber. A Simonsen é formada por ideias, pelo trabalho de colaboradores, professores e discentes unidos e voltados para a expansão do direito à educação.

Por: Rodrigo Amaral.

SUMÁRIO

A CAPA.....	5
Por: Rodrigo Amaral.....	5
BIOMEDICINA	8
Diagnóstico Clínico, Bioquímico, Hematológico, Sorológico e Molecular das Infecções por Zika Vírus.....	8
Por:Anny Caroline dos Santos Caixa, Mariana de Melo Rodrigues Sobral e Derick Mendes Bandeira	8
ENGENHARIA	24
A Importância do CONFEA/CREA e sua Atuação	24
Por: Enock JR Fonseca; Robertho Lúcio Guimarães P da Silva; Marcos Sergio Pereira Gonzaga; Lucas Pereira de Souza Lima; Claudio Leonardo João Pimentel; Gustavo dos Reis Silva; Samara Rebello Brasil M. da Cost; Ana Lúcia Hortêncio dos Santos de Souza e Felipe Fonseca Martins.	24
FISIOTERAPIA.....	35
A atuação do fisioterapeuta no acompanhamento do desenvolvimento infantil na Atenção Primária..	35
Por: Marcelo Bonfim Neves de Sá e Maria Tereza Fonseca da Costa.....	35
HISTÓRIA.....	50
A propaganda em torno do mito Luís Carlos Prestes.....	50
Por: Abraão Lincoln Souza e Rodrigo Amaral.	50
HISTÓRIA	68
Em busca da felicidade e a famosa frase de Franklin “Join, or Die”. (1770-1776)	68
Por: Márcio Aurélio Furtado Martins.	68
NUTRIÇÃO.....	83
Educação Alimentar Nutricional na Formação de Doulas um diálogo necessário na promoção da saúde.....	83
Por: Keyla Cristhine Santos da Silva; Larissa Gomes da Silva dos Santos e Wanessa Natividade Marinho.....	83

SERVIÇO SOCIAL	98
Direitos reprodutivos e sexuais de mulheres lésbicas: Uma assertiva do poder público e do Assistente Social	98
Por: Samires Souza dos Santos	98
SOCIOLOGIA	116
Contribuições da disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas a favor da inclusão. Uma visão geral interdisciplinar	116
Por: Márcia Vales Ferreira	116
SOCIOLOGIA JUDICIÁRIA	124
“Acerca dos que devem Morrer”: um diálogo entre Agamben e Foucault sobre o sentido da guerra ao tráfico varejista no Brasil	124
Por: Daniel Diego Alves da Silva de Souza.....	124

BIOMEDICINA

Como citar: CAIXA, Anny Caroline dos Santos; SOBRAL Mariana de Melo Rodrigues e BANDEIRA, Derick Mendes. *Diagnóstico Clínico, Bioquímico, Hematológico, Sorológico e Molecular das Infecções por Zika Vírus*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

**DIAGNÓSTICO CLÍNICO, BIOQUÍMICO, HEMATOLÓGICO,
SOROLÓGICO E MOLECULAR DAS INFECÇÕES POR ZIKA
VÍRUS**

Por: Anny Caroline dos Santos Caixa ¹

Mariana de Melo Rodrigues Sobral²

Derick Mendes Bandeira ³

¹Graduada do curso de Biomedicina (UnicBE), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: annycaixa@gmail.com

² Docente do curso de Biomedicina (UnicBE), Rio de Janeiro, Brasil.

³ Pesquisador colaborador do Laboratório de Morfologia e Morfogênese Viral (IOC-FIOCRUZ)

RESUMO: Introdução: Os arbovírus com maior prevalência no Brasil são: vírus Dengue (DENV), vírus Zika (ZIKV) e vírus Chikungunya (CHIKV). A sintomatologia dessas infecções não possui diferença significativa, sendo necessário o diagnóstico laboratorial, a fim de confirmar a infecção. **Objetivo:** Abordar os aspectos relacionados ao diagnóstico clínico e laboratorial do ZIKV, discutindo as vantagens e desvantagens de cada técnica. **Material e métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica do tipo exploratória descritiva, utilizando a base de dados do PubMed e também realizando a busca de livros e artigos que tratassem do diagnóstico de ZIKV, na biblioteca do Centro Brasileiro de Educação (CBM-UniCBE). **Desenvolvimento:** As manifestações clínicas, bem como o perfil bioquímico e hematológico do ZIKV, geralmente são inespecíficas, dificultando o diagnóstico. A sorologia inicialmente tinha baixa participação na rotina laboratorial por conta da reação cruzada do ZIKV com outros arbovírus. No entanto, com o avanço da tecnologia, essa desvantagem está em declínio, fazendo com que os testes sorológicos tenham especificidade e sensibilidade cada vez mais próximos ao diagnóstico por biologia molecular. **Conclusão:** O diagnóstico laboratorial é indispensável para confirmação da infecção do ZIKV, sendo as técnicas de biologia molecular a referência para confirmação da infecção. No entanto, seu elevado custo faz com que gradativamente sejam substituídos pelos testes sorológicos mais modernos, que apresentam sensibilidade e especificidade semelhantes, porém com menor custo.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico laboratorial; Zika vírus; Arboviroses.

ABSTRACT: Introduction: The most prevalent arboviruses in Brazil are: Dengue virus (DENV), Zika virus (ZIKV) and Chikungunya virus (CHIKV). The symptomatology of these infections has no significant difference, requiring laboratory tests in order to confirm the infection. **Objective:** Our goal is to address the aspects related to the clinical and laboratory diagnosis of ZIKV, discussing the advantages and disadvantages of each technique. **Material and methods:** We performed a descriptive exploratory bibliographic review, using the PubMed database and also searching for books and articles dealing with ZIKV diagnosis in the library of the Centro Brasileiro de Educação (CBM-UniCBE). **Development:** Clinical manifestations, as well as the biochemical and hematological profile of ZIKV, are generally non-specific, making diagnosis difficult. Serology initially had low participation in laboratory routine due to the cross-reaction of ZIKV with other arboviruses. However, with the advancement of technology, this disadvantage is declining, making serological tests increase specificity and sensitivity to a level closer to molecular diagnosis techniques. **Conclusion:** Laboratory diagnosis is indispensable to confirm ZIKV infection, and

molecular biology techniques are the reference for this purpose. However, their high cost makes them being gradually replaced by the most modern serological tests, which have similar sensitivity and specificity, yet at a lower cost.

KEYWORDS: Laboratory diagnostics; Zika virus; Arboviruses.

INTRODUÇÃO

Os arbovírus são vírus transmitidos aos hospedeiros vertebrados por artrópodes.⁴ dentre os quais destacam-se os mosquitos, carrapatos e pulgas.⁵ Existem cinco principais famílias de arbovírus que causam doenças em humanos e em outros animais: *Bunyaviridae*, *Togaviridae*, *Flaviviridae*, *Reoviridae* e *Rhabdoviridae*.⁶ Entre estas famílias, os arbovírus mais prevalentes no Brasil são: vírus Dengue (DENV), vírus Zika (ZIKV) e vírus Chikungunya (CHIKV).⁷

As infecções causadas por estes vírus ocorrem através da picada dos mosquitos do gênero *Aedes*, com predomínio das espécies *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.⁸ Além desta semelhança, a sintomatologia não difere significativamente entre essas viroses, sobretudo na fase aguda.^{9 10}

Capazes de minimizar esta problemática, as técnicas de biologia molecular e sorologia são fundamentais para o diagnóstico laboratorial, especialmente em relação à infecção por ZIKV.¹¹

Por esta razão, o objetivo deste trabalho é abordar os aspectos relacionados ao diagnóstico clínico e laboratorial do ZIKV, em especial, as técnicas de sorologia e de biologia molecular, discutindo os prós e contras de cada uma delas.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo desenvolveu uma revisão bibliográfica do tipo exploratória descritiva, realizada através de pesquisa de artigos científicos na base de dados *PubMed* e também a partir de livros e artigos da biblioteca do Centro Brasileiro de Educação (CBM-UniCBE).

Para as buscas no *PubMed* foram utilizados os seguintes termos: “dengue[Title/Abstract]”; “zika[Title/Abstract]”, “chikungunya[Title/Abstract]”; “DENV[Title/Abstract]”;

⁴ HUANG, Y. S.; HIGGS, S.; VANLANDINGHAM, D. L. Arbovirus-Mosquito Vector-Host Interactions and the Impact on Transmission and Disease Pathogenesis of Arboviruses. *Front Microbiol*, 10, p. 22, 2019.

⁵ SANTIAGO, P. B.; DE ARAÚJO, C. N.; MOTTA, F. N.; PRAÇA, Y. R. *et al.* Proteases of haematophagous arthropod vectors are involved in blood-feeding, yolk formation and immunity - a review. *Parasit Vectors*, 10, n. 1, p. 79, 02 2017.

⁶ VASILAKIS, N.; TESH, R. B. Insect-specific viruses and their potential impact on arbovirus transmission. *Curr Opin Virol*, 15, p. 69-74, Dec 2015.

⁷ DONALISIO, M. R.; FREITAS, A. R. R.; ZUBEN, A. P. B. V. Arboviruses emerging in Brazil: challenges for clinic and implications for public health. *Rev Saude Publica*, 51, p. 30, Apr 2017.

⁸ BRAACK, L.; GOUVEIA DE ALMEIDA, A. P.; CORNEL, A. J.; SWANEPOEL, R. *et al.* Mosquito-borne arboviruses of African origin: review of key viruses and vectors. *Parasit Vectors*, 11, n. 1, p. 29, 01 2018.

⁹ MARDEKIAN, S. K.; ROBERTS, A. L. Diagnostic Options and Challenge for Dengue and Chikungunya Viruses. *Biomed Res Int*, 2015.

¹⁰ ACHEE, N. L.; GRIECO, J. P.; VATANDOOST, H.; SEIXAS, G. *et al.* Alternative strategies for mosquito-borne arbovirus control. *PLoS Negl Trop Dis*, 13, n. 1, p. e0006822, 01 2019.

¹¹ SINGH, R. K.; DHAMA, K.; KARTHIK, K.; TIWARI, R. *et al.* Advances in Diagnosis, Surveillance, and Monitoring of Zika Virus: An Update. *Front Microbiol*, 8, p. 2677, 2017.

"ZIKV[Title/Abstract]"; "CHIKV[Title/Abstract]"; "clinical diagnosis[Title/Abstract]"; laboratory diagnosis[Title/Abstract]"; "serology[Title/Abstract]" e "molecular biology[Title/Abstract]".

A partir dos resultados foram selecionados todos os artigos que eram de acesso aberto, em inglês ou português, publicados de 2009 em diante. Após a leitura dos resumos, foram excluídos todos os artigos cuja ênfase do trabalho publicado não envolvia a temática de características clínicas e laboratoriais das arboviroses em estudo.

Já para a busca na biblioteca, a partir da leitura dos sumários dos livros e do resumo dos artigos, foram selecionados os materiais que continham informações sobre dengue, zika, chikungunya e suas respectivas formas de diagnóstico.

DESENVOLVIMENTO

CONCEITOS GERAIS SOBRE ZIKV, DENV E CHIKV

A família *Flaviviridae* é composta por mais de 70 espécies, dentre elas, o DENV e o ZIKV. Esses vírus possuem semelhanças estruturais e genéticas¹². São constituídos de RNA de fita simples, polaridade positiva, que codifica dez proteínas virais, sendo três estruturais (C, prM e E) e sete não estruturais (NS1, NS2A, NS2B, NS3, NS4A, NS4B e NS5).¹³

O CHIKV, no entanto, pertence ao gênero *Alphavirus*, da família *Togaviridae*, constituído por 31 espécies, que apresentam três genótipos, originados da Ásia, Oeste da África e Sul da África Central.¹⁴ O CHIKV possui um genoma que consiste em uma molécula de RNA de fita simples e polaridade positiva. O genoma possui duas regiões abertas de leitura (ORF). A primeira é traduzida diretamente do RNA genômico e codifica as proteínas não estruturais, essenciais para a síntese do RNA. A segunda ORF codifica as proteínas estruturais que funcionam na montagem de novas partículas virais, bem como na ligação e entrada em novas células.¹⁵

Embora esses vírus compartilhem certas características, eles possuem particularidades principalmente em relação a algumas formas de transmissão e taxa de mortalidade.¹⁶

Em relação à transmissão não vetorial, foi confirmada a infecção por ZIKV e DENV

¹² HUANG, Y. J.; HIGGS, S.; HORNE, K. M.; VANLANDINGHAM, D. L. Flavivirus-mosquito interactions. **Viruses**, 6, n. 11, p. 4703-4730, Nov 2014.

¹³ ELONG NGONO, A.; SHRESTA, S. Cross-Reactive T Cell Immunity to Dengue and Zika Viruses: New Insights Into Vaccine Development. **Front Immunol**, 10, p. 1316, 2019

¹⁴ RODRIGUEZ, J. A. O.; ILL, J. R. W. Chikungunya Fever. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK534224/>> Acesso em: 01 de Dezembro de 2019.

¹⁵ RUPP, J. C.; SOKOLOSKI, K. J.; GEBHART, N. N.; HARDY, R. W. Alphavirus RNA synthesis and non-structural protein functions. *J Gen Virol*, 96, n. 9, p. 2483-2500, Sep 2015.

¹⁶ PAIXÃO, E. S.; TEIXEIRA, M. G.; RODRIGUES, L. C. Zika, chikungunya and dengue: the causes and threats of new and re-emerging arboviral diseases. *BMJ Glob Health*, 3, n. Suppl 1, p. e000530, 2018.

através de transfusão de sangue e, embora essa via não tenha sido confirmada para CHIKV, artigos sugerem essa possibilidade devido a sua alta viremia.¹⁷ O mesmo acontece na transmissão por transplante de medula óssea e transplante de órgãos sólidos, onde a infecção por DENV já foi confirmada e existem suspeitas para infecções por ZIKV e CHIKV da mesma forma. A transmissão sexual foi relatada apenas para ZIKV.¹⁸

No que se refere à taxa de mortalidade, a dengue é a doença mais letal. Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde, anualmente registram-se 12.500 óbitos por dengue ao redor do mundo.¹⁹

No entanto, estes dados podem estar subestimados, uma vez que nem todos os pacientes com dengue grave procuram atendimento médico, ficando de fora dos registros oficiais. No Brasil, os dados do Ministério da Saúde registraram 1.544.987 casos de dengue em 2019. Desse total, 782 casos foram fatais. Até a semana 14 de 2020 foram notificados 525.381 casos, ultrapassando o número de casos do mesmo período em 2019.^{20 21}

SINAIS, SINTOMAS E DIAGNÓSTICO CLÍNICO DIFERENCIAL

As infecções por ZIKV são assintomáticas em 80% dos casos e seu período de incubação pode variar de três a doze dias.²² Na dengue, o período de incubação normalmente é de quatro a sete dias.²³ Quadros clínicos graves (e até mesmo fatais) são possíveis, entretanto, a maior parte das infecções (aproximadamente 75%) são assintomáticas.^{24 25} Já em relação às infecções por CHIKV, diferente do que é observado na dengue e na zika, a maior parte dos infectados desenvolvem

¹⁷ SIMMONS, G.; BRÈS, V.; LU, K.; LISS, N. M. *et al.* High Incidence of Chikungunya Virus and Frequency of Viremic Blood Donations during Epidemic, Puerto Rico, USA, 2014. *Emerg Infect Dis*, 22, n. 7, p. 1221-1228, 07 2016.

¹⁸ CHEN, L. H.; WILSON, M. E. Dengue and chikungunya infections in travelers. *Curr Opin Infect Dis*, 23, n. 5, p. 438-444, Oct 2010.

¹⁹ WHO. Dengue and severe dengue. 2019. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue>>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

²⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes Aegypti* (dengue, chikungunya e zika), Semanas Epidemiológicas 1 a 14, 2020. **Boletim Epidemiológico**, v. 51. N.15. Abr. 2020.

²¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes* (dengue, chikungunya e Zika), Semanas Epidemiológicas 01 a 52. **Boletim Epidemiológico**, v. 51. N.02. Jan. 2020.

²² IOOS, S.; MALLET, H. P.; LEPARC GOFFART, I.; GAUTHIER, V. *et al.* Current Zika virus epidemiology and recent epidemics. *Med Mal Infect*, 44, n. 7, p. 302-307, Jul 2014.

²³ Ibidem 18

²⁴ Ibidem 19

²⁵ ZANOTTO, P. M. A.; LEITE, L. C. C. The Challenges Imposed by Dengue, Zika, and Chikungunya to Brazil. *Front Immunol*, 9, p. 1964, 2018

sintomatologia (aproximadamente 95%), com período de incubação de três a sete dias.²⁶

Em relação às manifestações clínicas, na zika, o exantema maculopapular é o sinal mais frequentemente observado (aproximadamente 90% dos casos).

A erupção faz parte de um padrão característico que se propaga a partir do tronco até as extremidades e na maioria das vezes, está relacionada a prurido com duração média de quatro a cinco dias.²⁷ Hematomas subcutâneos, equimoses, petéquias, úlceras aftosas e outras lesões da mucosa oral são manifestações incomuns que já foram descritas.²⁸ Outros sintomas comuns são febre, que é geralmente baixa (abaixo de 38°), artralgia, fadiga, dor de cabeça e vermelhidão nos olhos.²⁹

A transmissão perinatal já foi descrita para DENV, ZIKV e CHIKV.^{30 31} Nos fetos, os quadros mais graves estão relacionados aos danos neurológicos, especialmente na infecção por ZIKV. Em 2015, diversas gestantes residentes em regiões endêmicas deram à luz a crianças com microcefalia, tendo sido essa má-formação causada pela infecção por este vírus.^{32 33} Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, o primeiro trimestre da gravidez é o de maior risco de desenvolvimento de microcefalia ou anomalias congênitas graves associadas ao ZIKV em recém-nascidos.³³

Manifestações neurológicas graves também foram descritas em adultos, incluindo meningite, síndrome de Guillain-Barré e meningoencefalite.³⁴

Já em relação a dengue, a OMS classifica a Dengue em dengue sem sinais de alarme,

²⁶ DAS, T.; JAFFAR-BANDJEE, M. C.; HOARAU, J. J.; KREJBICH TROTOT, P. *et al.* Chikungunya fever: CNS infection and pathologies of a re-emerging arbovirus. *Prog Neurobiol*, 91, n. 2, p. 121-129, Jun 2010

²⁷ DUFFY, M. R.; CHEN, T. H.; HANCOCK, W. T.; POWERS, A. M. *et al.* Zika virus outbreak on Yap Island, Federated States of Micronesia. *N Engl J Med*, 360, n. 24, p. 2536-2543, Jun 2009.

²⁸ PANIZ-MONDOLFI, A. E.; BLOHM, G. M.; HERNANDEZ-PEREZ, M.; LARRAZABAL, A. *et al.* Cutaneous features of Zika virus infection: a clinicopathological overview. *Clin Exp Dermatol*, 44, n. 1, p. 13-19, Jan 2019.

²⁹ MUSSO, D.; NILLES, E. J.; CAO-LORMEAU, V. M. Rapid spread of emerging Zika virus in the Pacific area. *Clin Microbiol Infect*, 20, n. 10, p. O595-596, Oct 2014.

³⁰ Ibidem 18

³¹ Moizéis RNC, Fernandes TAAM, Guedes PMDM, et al. Chikungunya fever: a threat to global public health. *Pathog Glob Health*. 2018;112(4):182-194. doi:10.1080/20477724.2018.1478777

³² DE ARAÚJO, T. V. B.; RODRIGUES, L. C.; DE ALENCAR XIMENES, R. A.; DE BARROS MIRANDA-FILHO, D. *et al.* Association between Zika virus infection and microcephaly in Brazil, January to May, 2016: preliminary report of a case-control study. *Lancet Infect Dis*, 16, n. 12, p. 1356-1363, Dec 2016.

³³ MARRS, C.; OLSON, G.; SAADE, G.; HANKINS, G. *et al.* Zika Virus and Pregnancy: A Review of the Literature and Clinical Considerations. *Am J Perinatol*, 33, n. 7, p. 625-639, 06 2016.

³⁴ MALTA, J.; VARGAS, A.; LEITE, P.; PERCIO, J. *et al.* Síndrome de Guillain-Barré e outras manifestações neurológicas possivelmente relacionadas à infecção pelo vírus Zika em municípios da Bahia, 2015. *Epidemiol. Serv. Saúde* v.26, n.1, Brasília Jan./Mar. 2017

dengue com sinais de alarme e dengue grave.³⁵ Na dengue clássica sem sinais de alarme, a febre é alta e de início repentino.³⁶ O período febril é geralmente a única fase da doença que apresenta duração variável e está associada à presença do vírus na corrente sanguínea, geralmente de três a cinco dias.³⁷ Outras manifestações mencionadas são: dor de cabeça intensa, dor nas articulações, fadiga, mal estar, vômito, dor abdominal e manchas avermelhadas sobre a pele.³⁸

Na dengue com sinais de alarme, logo após a melhora da febre, aparecem um ou mais sinais, tais como: dor intensa na barriga, vômitos persistentes, acúmulo de líquido nas cavidades do corpo (abdômen, coração e pulmão), sangramentos, apatia ou irritação, tontura, aumento do fígado e aumento da concentração do sangue.³⁹⁴⁰

A patologia é classificada como dengue grave quando ocorre o agravamento dos sintomas descritos anteriormente e a presença de uma ou mais das seguintes manifestações: prostração, palidez das mucosas e da pele, sudorese, aceleração do pulso, queda acentuada da pressão arterial, dificuldade de respirar devido à saída de líquidos dos vasos sanguíneos (processo chamado de extravasamento plasmático), sangramento intenso, comprometimento severo de coração, rins, fígado e cérebro.⁴¹⁴²

Nas infecções por CHIKV, o quadro clínico, chamado de febre da chikungunya, pode apresentar três fases: aguda, subaguda e crônica.⁴³ A fase aguda inicia-se após o período de incubação, e é identificada principalmente por febre alta, dor de cabeça, mialgia, exantema e artralgia.⁴⁴ Outros sinais e sintomas considerados atípicos foram descritos na fase aguda da chikungunya durante o decorrer de surtos e epidemias, incluindo alterações neurológicas, cardíacas, renais e oculares, com maior ocorrência em indivíduos de 65 anos ou mais. No entanto, manifestações brandas da infecção são as mais comuns.⁴⁵

³⁵ HADINEGORO, S. R. The revised WHO dengue case classification: does the system need to be modified? *Paediatr Int Child Health*, 32 Suppl 1, p. 33-38, May 2012.

³⁶ NARAYANAN, M.; ARAVIND, M. A.; THILOTHAMMAL, N.; PREMA, R. *et al.* Dengue fever epidemic in Chennai--a study of clinical profile and outcome. *Indian Pediatr*, 39, n. 11, p. 1027-1033, Nov 2002.

³⁷ LOPES, N.; NOZAWA, C.; LINHARES, R. Características gerais e epidemiologia dos arbovírus emergentes no Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude* v.5, n.3, p. 55-64. 2014.

³⁸ WHITEHORN, J.; FARRAR, J. Dengue. *Br Med Bull*, 95, p. 161-173, 2010.

³⁹ *Ibidem* 19

⁴⁰ AHMAD, M. H.; IBRAHIM, M. I.; MOHAMED, Z.; ISMAIL, N. *et al.* The Sensitivity, Specificity and Accuracy of Warning Signs in Predicting Severe Dengue, the Severe Dengue Prevalence and Its Associated Factors. *Int J Environ Res Public Health*, 15, n. 9, 09 2018.

⁴¹ *Ibidem* 19

⁴² *Ibidem* 40

⁴³ *Ibidem* 26

⁴⁴ *ibidem* 26

⁴⁵ RAJAPAKSE, S.; RODRIGO, C.; RAJAPAKSE, A. Atypical manifestations of chikungunya infection. *Trans R Soc Trop Med Hyg*, 104, n. 2, p. 89-96, Feb 2010.

No período da fase subaguda, a febre geralmente desaparece e as manifestações mais observadas são: artralgia, artrite (sinovite com ou sem derrame), tenossinovite, bursite, entesite, periostite e tendinite, com risco de ruptura do tendão. As manifestações que foram relatadas na fase inicial e persistiram na fase subaguda podem se agravar e, se continuarem por mais de três meses após o início da infecção, a fase crônica estará instalada.⁴⁶

Na fase crônica, a poliartralgia é o sintoma de maior persistência. Esta fase é caracterizada por recidiva da dor nas articulações, especialmente mãos, pés, falanges e tornozelos, com oscilações da intensidade da dor, podendo persistir por meses ou anos. Com isto, há limitações dos movimentos e redução da qualidade de vida.⁴⁷

Um resumo dos principais sinais e sintomas destas três arboviroses e a intensidade de cada uma delas pode ser observado na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Comparação da intensidade de manifestações clínicas entre Dengue, Chikungunya e Zika.

SINAIS E SINTOMAS	DENGUE	CHIKUNGUNYA	ZIKA
Febre	++++	+++	+++
Mialgia / Artralgia	+++	++++	++
Edema nos Membros	-	-	++
Exantema maculopapular	++	++	+++
Dor retro-orbital	++	+	++
Conjuntivite	-	+	+++
Linfadenopatia	++	++	+
Hepatomegalia	-	+++	-
Sangramento	+	-	-

Legenda: (-) Ausência de sinais e sintomas; (+) Sinais e sintomas discretos; (++) Sinais e sintomas moderados; (+++) Sinais e sintomas intensos; (++++ Sinais e sintomas extremamente intensos.

Fonte: Adaptado de SILVA, *et al.*, 2018.

Além de possuírem aspectos epidemiológicos semelhantes, as manifestações clínicas da dengue, zika e chikungunya também, por vezes, se confundem, uma vez que a maior parte dos sintomas são leves e inespecíficos. Este empecilho, muitas vezes, inviabiliza o diagnóstico clínico, fazendo com que seja necessária a complementação laboratorial.⁴⁸

⁴⁶ CUNHA, R. V. D.; TRINTA, K. S. Chikungunya virus: clinical aspects and treatment - A Review. Mem Inst Oswaldo Cruz, 112, n. 8, p. 523-531, Aug 2017.

⁴⁷ POWERS, A. M. Chikungunya. Clin Lab Med, 30, n. 1, p. 209-219, Mar 2010.

⁴⁸ PLOURDE, A. R.; BLOCH, E. M. A Literature Review of Zika Virus. Emerg Infect Dis, 22, n. 7, p. 1185-1192, 07 2016.

ALTERAÇÕES BIOQUÍMICAS E HEMATOLÓGICAS CAUSADAS PELA INFECÇÃO POR ZIKV

Algumas alterações sanguíneas como trombocitopenia, presença de linfócitos ativados, leucopenia e níveis aumentados de transaminases já foram descritos.⁴⁹ Entretanto, o hemograma e os testes bioquímicos não são recomendados como referência para o diagnóstico de casos suspeitos de ZIKV, por conta de estas alterações serem comuns em diversas infecções virais.⁵⁰

DIAGNÓSTICO SOROLÓGICO DO ZIKV

Os anticorpos IgM e IgG específicos para ZIKV podem ser identificados usando um ensaio imunossorvente ligado à enzima (ELISA) ou ensaio de imunofluorescência usando amostras de soro de uma semana após o aparecimento de sintomas⁵¹

Os testes sorológicos são essenciais para o diagnóstico do ZIKV, porém sua interpretação deve ser feita com cautela.⁵² Após a infecção primária (primeira vez que uma pessoa é infectada por um vírus específico) o ELISA IgM do vírus zika pode produzir resultado falso-positivo por conta de reação cruzada, se a infecção primária tiver ocorrido com outro flavivírus, em especial, o DENV.⁵³ Este problema ocorre devido a semelhança da sequência de aminoácidos da proteína não estrutural NS1 de ambos os vírus.⁵⁴

Um estudo avaliou três diferentes kits de ELISA anti-dengue IgM e IgG em pacientes positivos para zika, encontrando reação cruzada significativa na primeira semana após o início dos sintomas, com piora na segunda semana. Esta reação cruzada pode prejudicar diretamente o diagnóstico de gestantes infectadas com zika que, ao acreditarem ser a dengue o diagnóstico correto, podem comprometer o acompanhamento e a prevenção de casos de microcefalia.⁵⁵

⁴⁹ ZAMMARCHI, L.; STELLA, G.; MANTELLA, A.; BARTOLOZZI, D. *et al.* Zika virus infections imported to Italy: clinical, immunological and virological findings, and public health implications. *J Clin Virol*, 63, p. 32-35, Feb 2015.

⁵⁰ MUSSO, D.; GUBLER, D. J. Zika Virus. *Clin Microbiol Rev*, 29, n. 3, p. 487-524, Jul 2016.

⁵¹ HADINEGORO, S. R. The revised WHO dengue case classification: does the system need to be modified? *Paediatr Int Child Health*, 32 Suppl 1, p. 33-38, May 2012.

⁵² LANCIOTTI, R. S.; KOSOY, O. L.; LAVEN, J. J.; VELEZ, J. O. *et al.* Genetic and serologic properties of Zika virus associated with an epidemic, Yap State, Micronesia, 2007. *Emerg Infect Dis*, 14, n. 8, p. 1232-1239, Aug 2008.

⁵³ RABE, I. B.; STAPLES, J. E.; VILLANUEVA, J.; HUMMEL, K. B. *et al.* Interim Guidance for Interpretation of Zika Virus Antibody Test Results. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep*, 65, n. 21, p. 543-546, Jun 2016.

⁵⁴ PRIYAMVADA, L.; HUDSON, W.; AHMED, R.; WRAMMERT, J. Humoral cross-reactivity between Zika and dengue viruses: implications for protection and pathology. *Emerg Microbes Infect*, 6, n. 5, p. e33, May 2017.

⁵⁵ FELIX, A. C.; SOUZA, N. C. S.; FIGUEIREDO, W. M.; COSTA, A. A. *et al.* Cross reactivity of commercial anti-dengue immunoassays in patients with acute Zika virus infection. *J Med Virol*, 89, n. 8, p. 1477-1479, 08 2017.

Diante desse desafio, os novos kits lançados no mercado buscam solucionar essa questão. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já registrou kits de sorologia para diagnóstico zika com 96,6% de especificidade.⁵⁶

O teste de neutralização para redução de placas (PRNT) também pode ser usado na identificação do ZIKV. Apesar de oferecer boa especificidade na detecção de anticorpos, reações cruzadas também já foram relatadas.⁵⁷

DIAGNÓSTICO MOLECULAR DO ZIKV

As amostras clínicas de sangue e urina são as mais usadas para isolamento do RNA viral e confirmação do diagnóstico. No entanto, o RNA do ZIKV já foi descrito em outros fluidos corporais como líquido amniótico, sêmen e saliva.⁵⁸ Grandes quantidades do antígeno do ZIKV já foram observadas no cérebro e, de forma eventual, foram encontradas no fígado, rim, coração e pulmão.⁵⁹ O RNA viral pode ser detectado em amostras de estágio inicial da infecção (de um a cinco dias após o início dos sintomas).⁶⁰

Na urina, o vírus mantém-se por um período parcialmente longo facilitando sua detecção por técnicas moleculares mesmo quando a detecção no sangue já não é mais viável. Além disso, o diagnóstico pela urina também apresenta como vantagem a coleta não invasiva da amostra.⁶¹

A RT-PCR convencional e em tempo real são os métodos mais utilizados para diagnóstico molecular do ZIKV. Apesar de gerarem maior custo, proporcionam, durante a fase aguda, detecção rápida, sensível e específica.⁶² Já existem kits com 100% de sensibilidade e especificidade para detecção do RNA do ZIKV, distinguindo-o de forma eficaz de outros Flavivírus e reduzindo a

⁵⁶ XAVIER, A.; KANAAN, S.; BOZZI, R.; AMARAL, L. Diagnóstico clínico e laboratorial da febre pelo vírus da zika: uma atualização. J. Bras. Patol. Med. Lab. v.53, n.4, p. 252-257. 2017.

⁵⁷ PANNING, M. Zika Virus Serology: More Diagnostic Targets, more Reliable Answers?

⁵⁸ HILLS, S. L.; RUSSELL, K.; HENNESSEY, M.; WILLIAMS, C. *et al.* Transmission of Zika Virus Through Sexual Contact with Travelers to Areas of Ongoing Transmission - Continental United States, 2016. MMWR Morb Mortal Wkly Rep, 65, n. 8, p. 215-216, Mar 2016.

⁵⁹ AZEVEDO, R. S.; ARAUJO, M. T.; MARTINS FILHO, A. J.; OLIVEIRA, C. S. *et al.* Zika virus epidemic in Brazil. I. Fatal disease in adults: Clinical and laboratorial aspects. J Clin Virol, 85, p. 56-64, 12 2016.

⁶⁰ RABE, I. B.; STAPLES, J. E.; VILLANUEVA, J.; HUMMEL, K. B. *et al.* Interim Guidance for Interpretation of Zika Virus Antibody Test Results. MMWR Morb Mortal Wkly Rep, 65, n. 21, p. 543-546, Jun 2016.

⁶¹ HANCOCK, W. T.; SOETERS, H. M.; HILLS, S. L.; LINK-GELLES, R. *et al.* Establishing a Timeline to Discontinue Routine Testing of Asymptomatic Pregnant Women for Zika Virus Infection - American Samoa, 2016-2017. MMWR Morb Mortal Wkly Rep, 66, n. 11, p. 299-301, Mar 2017.

⁶² WONG, S. S.; POON, R. W.; WONG, S. C. Zika virus infection-the next wave after dengue? J Formos Med Assoc, 115, n. 4, p. 226-242, Apr 2016.

quantidade de resultados falso-positivos.⁶³

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o diagnóstico da zika não pode ser realizado apenas por avaliação de sinais e sintomas clínicos apresentados pelos pacientes. O diagnóstico laboratorial é essencial para confirmação da infecção.

Portanto, apesar de o diagnóstico molecular ser considerado o padrão-ouro, tecnologias ainda estão sendo desenvolvidas para o aprimoramento dos kits de sorologia, com o intuito de reduzir sua principal desvantagem, que é a possibilidade de reações cruzadas com outros arbovírus. Com isso, é provável que cada vez mais as técnicas sorológicas reduzam a atual demanda da biologia molecular na rotina laboratorial, o que trará grande economia sem comprometer a qualidade dos resultados.

⁶³ LI, L.; HE, J. A.; WANG, W.; XIA, Y. *et al.* Development of a direct reverse-transcription quantitative PCR (dirRT-qPCR) assay for clinical Zika diagnosis. *Int J Infect Dis*, 85, p. 167-174, Aug 2019.

REFERÊNCIAS

- ACHEE, N. L.; GRIECO, J. P.; VATANDOOST, H.; SEIXAS, G. *et al.* Alternative strategies for mosquito-borne arbovirus control. *PLoS Negl Trop Dis*, 13, n. 1, p. e0006822, 01 2019.
- AHMAD, M. H.; IBRAHIM, M. I.; MOHAMED, Z.; ISMAIL, N. *et al.* The Sensitivity, Specificity and Accuracy of Warning Signs in Predicting Severe Dengue, the Severe Dengue Prevalence and Its Associated Factors. *Int J Environ Res Public Health*, 15, n. 9, 09 2018.
- AZEVEDO, R. S.; ARAUJO, M. T.; MARTINS FILHO, A. J.; OLIVEIRA, C. S. *et al.* Zika virus epidemic in Brazil. I. Fatal disease in adults: Clinical and laboratorial aspects. *J Clin Virol*, 85, p. 56-64, 12 2016.
- BRAACK, L.; GOUVEIA DE ALMEIDA, A. P.; CORNEL, A. J.; SWANEPOEL, R. *et al.* Mosquito-borne arboviruses of African origin: review of key viruses and vectors. *Parasit Vectors*, 11, n. 1, p. 29, 01 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo Aedes (dengue, chikungunya e Zika), Semanas Epidemiológicas 01 a 52. *Boletim Epidemiológico*, v. 51. N.02. Jan. 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/20/Boletim-epidemiologico-SVS-02-1-.pdf>>. Acesso em 09 de Junho de 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas transmitidas pelo Aedes Aegypti (dengue, chikungunya e zika), Semanas Epidemiológicas 1 a 14, 2020. *Boletim Epidemiológico*, v. 51. N.15. Abr. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/13/Boletim-epidemiologico-SVS-15.pdf>>. Acesso em 09 de Junho de 2020.
- CHEN, L. H.; WILSON, M. E. Dengue and chikungunya infections in travelers. *Curr Opin Infect Dis*, 23, n. 5, p. 438-444, Oct 2010.
- CUNHA, R. V. D.; TRINTA, K. S. Chikungunya virus: clinical aspects and treatment - A Review. *Mem Inst Oswaldo Cruz*, 112, n. 8, p. 523-531, Aug 2017.
- DAS, T.; JAFFAR-BANDJEE, M. C.; HOARAU, J. J.; KREJBICH TROTOT, P. *et al.* Chikungunya fever: CNS infection and pathologies of a re-emerging arbovirus. *Prog Neurobiol*, 91, n. 2, p. 121-129, Jun 2010.
- DE ARAÚJO, T. V. B.; RODRIGUES, L. C.; DE ALENCAR XIMENES, R. A.; DE BARROS MIRANDA-FILHO, D. *et al.* Association between Zika virus infection and microcephaly in Brazil, January to May, 2016: preliminary report of a case-control study. *Lancet Infect Dis*, 16, n. 12, p. 1356-1363, Dec 2016.
- DONALISIO, M. R.; FREITAS, A. R. R.; ZUBEN, A. P. B. V. Arboviruses emerging in Brazil: challenges for clinic and implications for public health. *Rev Saude Publica*, 51, p. 30, Apr 2017.
- DUFFY, M. R.; CHEN, T. H.; HANCOCK, W. T.; POWERS, A. M. *et al.* Zika virus outbreak on Yap Island, Federated States of Micronesia. *N Engl J Med*, 360, n. 24, p. 2536-2543, Jun 2009.

ELONG NGONO, A.; SHRESTA, S. Cross-Reactive T Cell Immunity to Dengue and Zika Viruses: New Insights Into Vaccine Development. *Front Immunol*, 10, p. 1316, 2019.

FELIX, A. C.; SOUZA, N. C. S.; FIGUEIREDO, W. M.; COSTA, A. A. *et al.* Cross reactivity of commercial anti-dengue immunoassays in patients with acute Zika virus infection. *J Med Virol*, 89, n. 8, p. 1477-1479, 08 2017.

HADINEGORO, S. R. The revised WHO dengue case classification: does the system need to be modified? *Paediatr Int Child Health*, 32 Suppl 1, p. 33-38, May 2012.

HANCOCK, W. T.; SOETERS, H. M.; HILLS, S. L.; LINK-GELLES, R. *et al.* Establishing a Timeline to Discontinue Routine Testing of Asymptomatic Pregnant Women for Zika Virus Infection - American Samoa, 2016-2017. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep*, 66, n. 11, p. 299-301, Mar 2017.

HILLS, S. L.; RUSSELL, K.; HENNESSEY, M.; WILLIAMS, C. *et al.* Transmission of Zika Virus Through Sexual Contact with Travelers to Areas of Ongoing Transmission - Continental United States, 2016. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep*, 65, n. 8, p. 215-216, Mar 2016.

HUANG, Y. J.; HIGGS, S.; HORNE, K. M.; VANLANDINGHAM, D. L. Flavivirus-mosquito interactions. *Viruses*, 6, n. 11, p. 4703-4730, Nov 2014.

HUANG, Y. S.; HIGGS, S.; VANLANDINGHAM, D. L. Arbovirus-Mosquito Vector-Host Interactions and the Impact on Transmission and Disease Pathogenesis of Arboviruses. *Front Microbiol*, 10, p. 22, 2019.

IOOS, S.; MALLET, H. P.; LEPARC GOFFART, I.; GAUTHIER, V. *et al.* Current Zika virus epidemiology and recent epidemics. *Med Mal Infect*, 44, n. 7, p. 302-307, Jul 2014.

LANCIOTTI, R. S.; KOSOY, O. L.; LAVEN, J. J.; VELEZ, J. O. *et al.* Genetic and serologic properties of Zika virus associated with an epidemic, Yap State, Micronesia, 2007. *Emerg Infect Dis*, 14, n. 8, p. 1232-1239, Aug 2008.

LI, L.; HE, J. A.; WANG, W.; XIA, Y. *et al.* Development of a direct reverse-transcription quantitative PCR (dirRT-qPCR) assay for clinical Zika diagnosis. *Int J Infect Dis*, 85, p. 167-174, Aug 2019.

LOPES, N.; NOZAWA, C.; LINHARES, R. Características gerais e epidemiologia dos arbovírus emergentes no Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude* v.5, n.3, p. 55-64. 2014.

MALTA, J.; VARGAS, A.; LEITE, P.; PERCIO, J. *et al.* Síndrome de Guillain-Barré e outras manifestações neurológicas possivelmente relacionadas à infecção pelo vírus Zika em municípios da Bahia, 2015. *Epidemiol. Serv. Saúde* v.26, n.1, Brasília Jan./Mar. 2017.

MARDEKIAN, S. K.; ROBERTS, A. L. Diagnostic Options and Challenge for Dengue and Chikungunya Viruses. *Biomed Res Int*, 2015.

MARRS, C.; OLSON, G.; SAADE, G.; HANKINS, G. *et al.* Zika Virus and Pregnancy: A Review of the Literature and Clinical Considerations. *Am J Perinatol*, 33, n. 7, p. 625-639, 06 2016. 2015.

Moizéis RNC, Fernandes TAAM, Guedes PMDM, et al. Chikungunya fever: a threat to global public health. *Pathog Glob Health*. 2018;112(4):182-194. doi:10.1080/20477724.2018.1478777.

MUSSO, D.; GUBLER, D. J. Zika Virus. *Clin Microbiol Rev*, 29, n. 3, p. 487-524, Jul 2016.

MUSSO, D.; NILLES, E. J.; CAO-LORMEAU, V. M. Rapid spread of emerging Zika virus in the Pacific area. *Clin Microbiol Infect*, 20, n. 10, p. O595-596, Oct 2014.

NARAYANAN, M.; ARAVIND, M. A.; THILOTHAMMAL, N.; PREMA, R. *et al.* Dengue fever epidemic in Chennai--a study of clinical profile and outcome. *Indian Pediatr*, 39, n. 11, p. 1027-1033, Nov 2002.

Organização Mundial de Saúde. Dengue: diretrizes para o diagnóstico, tratamento e prevenção e controle. Genebra: OMS; 2009.

PAIXÃO, E. S.; TEIXEIRA, M. G.; RODRIGUES, L. C. Zika, chikungunya and dengue: the causes and threats of new and re-emerging arboviral diseases. *BMJ Glob Health*, 3, n. Suppl 1, p. e000530, 2018.

PANIZ-MONDOLFI, A. E.; BLOHM, G. M.; HERNANDEZ-PEREZ, M.; LARRAZABAL, A. *et al.* Cutaneous features of Zika virus infection: a clinicopathological overview. *Clin Exp Dermatol*, 44, n. 1, p. 13-19, Jan 2019.

PANNING, M. Zika Virus Serology: More Diagnostic Targets, more Reliable Answers?

PLOURDE, A. R.; BLOCH, E. M. A Literature Review of Zika Virus. *Emerg Infect Dis*, 22, n. 7, p. 1185-1192, 07 2016.

POWERS, A. M. Chikungunya. *Clin Lab Med*, 30, n. 1, p. 209-219, Mar 2010.

PRIYAMVADA, L.; HUDSON, W.; AHMED, R.; WRAMMERT, J. Humoral cross-reactivity between Zika and dengue viruses: implications for protection and pathology. *Emerg Microbes Infect*, 6, n. 5, p. e33, May 2017.

RABE, I. B.; STAPLES, J. E.; VILLANUEVA, J.; HUMMEL, K. B. *et al.* Interim Guidance for Interpretation of Zika Virus Antibody Test Results. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep*, 65, n. 21, p. 543-546, Jun 2016.

RODRIGUEZ, J. A. O.; ILL, J. R. W. Chikungunya Fever. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK534224/>> Acesso em: 01 de Dezembro de 2019.

RUPP, J. C.; SOKOLOSKI, K. J.; GEBHART, N. N.; HARDY, R. W. Alphavirus RNA synthesis and non-structural protein functions. *J Gen Virol*, 96, n. 9, p. 2483-2500, Sep 2015.

SANTIAGO, P. B.; DE ARAÚJO, C. N.; MOTTA, F. N.; PRAÇA, Y. R. *et al.* Proteases of haematophagous arthropod vectors are involved in blood-feeding, yolk formation and immunity - a review. *Parasit Vectors*, 10, n. 1, p. 79, 02 2017.

SIMMONS, G.; BRÈS, V.; LU, K.; LISS, N. M. *et al.* High Incidence of Chikungunya Virus and Frequency of Viremic Blood Donations during Epidemic, Puerto Rico, USA, 2014. *Emerg Infect Dis*, 22, n. 7, p. 1221-1228, 07 2016.

SINGH, R. K.; DHAMA, K.; KARTHIK, K.; TIWARI, R. *et al.* Advances in Diagnosis, Surveillance, and Monitoring of Zika Virus: An Update. *Front Microbiol*, 8, p. 2677, 2017.

VASILAKIS, N.; TESH, R. B. Insect-specific viruses and their potential impact on arbovirus transmission. *Curr Opin Virol*, 15, p. 69-74, Dec 2015.

WHITEHORN, J.; FARRAR, J. Dengue. *Br Med Bull*, 95, p. 161-173, 2010.

WHO. Dengue and severe dengue. 2019. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue>>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

WONG, S. S.; POON, R. W.; WONG, S. C. Zika virus infection-the next wave after dengue? *J Formos Med Assoc*, 115, n. 4, p. 226-242, Apr 2016.

XAVIER, A.; KANAAN, S.; BOZZI, R.; AMARAL, L. Diagnóstico clínico e laboratorial da febre pelo vírus da zika: uma atualização. *J. Bras. Patol. Med. Lab.* v.53, n.4, p. .252-257. 2017.

ZAMMARCHI, L.; STELLA, G.; MANTELLA, A.; BARTOLOZZI, D. *et al.* Zika virus infections imported to Italy: clinical, immunological and virological findings, and public health implications. *J Clin Virol*, 63, p. 32-35, Feb 2015.

ZANOTTO, P. M. A.; LEITE, L. C. C. The Challenges Imposed by Dengue, Zika, and Chikungunya to Brazil. *Front Immunol*, 9, p. 1964, 2018.

ENGENHARIA

Como citar: FONSECA JR., Enock, DA SILVA, Robertho Lúcio Guimarães P., GONZAGA, Marcos Sergio Pereira, LIMA, Lucas Pereira de Souza, PIMENTEL, Claudio Leonardo João, SILVA, Gustavo dos Reis, M. DA COSTA, Samara Rebello Brasil, SOUZA, Ana Lúcia Hortêncio dos Santos de, MARTINS, Felipe Fonseca. *A Importância do CONFEA/CREA e sua Atuação*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

A IMPORTÂNCIA DO CONFEA/CREA E SUA ATUAÇÃO

Por : Enock JR Fonseca⁶⁴

Robertho Lúcio Guimarães P da Silva⁶⁵

Marcos Sergio Pereira Gonzaga⁶⁶

Lucas Pereira de Souza Lima⁶⁷

Claudio Leonardo João Pimentel⁶⁸

Gustavo dos Reis Silva⁶⁹

Samara Rebello Brasil M. da Costa⁷⁰

Ana Lúcia Hortêncio dos Santos de Souza⁷¹

Felipe Fonseca Martins⁷²

⁶⁴ Graduando do Curso de Engenharia Elétrica do Centro Universitário CBM-UNICBE, em ock@electratecnologia.com.br.

⁶⁵ Graduando do Curso de Engenharia Elétrica do Centro Universitário CBM-UNICBE, robertholucio@hotmail.com

⁶⁶ Graduando do Curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário CBM-UNICBE, marcos.sergio1998@gmail.com;

⁶⁷ Graduando do Curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário CBM-UNICBE, lucasxp972@hotmail.com;

⁶⁸ Graduando do Curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário CBM-UNICBE, cljpimentel@hotmail.com;

⁶⁹ Graduando do Curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário CBM-UNICBE, gustavo.reis56@gmail.com;

⁷⁰ Professora orientadora, Engenheira de Produção, Mestre: Samara Rebello, Centro Universitário CBM-UNICBE, samara@cbm-unicbe.com.br.

⁷¹ Professora orientadora, Engenheira Mecânica, Mestre: Ana Lúcia H. dos Santos de Souza, Centro Universitário CBM-UNICBE, anahsouza@gmail.com.

RESUMO: Este trabalho retrata o papel do CONFEA/CREA (Concelho Federal de Engenharia e Agronomia/ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) na sociedade. Inicialmente verifica quem são esses conselhos e como eles se subdividem, seu funcionamento em âmbito federal e regional, bem como sua autoridade de primeira à última instância no que se refere ao julgamento das ações profissionais. Também expõe os Órgãos do CONFEA/CREA mostrando sua organização e seu ofício. Finalmente, ressalta os objetivos e atribuições legais no que tange os profissionais da área, além de discutir o papel e a importância do CONFEA/CREA na sociedade e sua relação com a ética.

Palavras chave: Confea/CREA. Finalidade. Competências. Papel social. Código de ética.

ABSTRACT: This work is portrayed in CONFEA / CREA (Federal Council of Engineering and Agronomy / Regional Council of Engineering and Agronomy) in society. Initially, check who these councils are and how they are subdivided, their operation at the federal and regional level, as well as your authority at the last resort with regard to the judgment of professional actions. It also exposes the organs of CONFEA / CREA showing their organization and their profession. Finally, highlight the objectives and legal attributions for professionals in the area, in addition to discussing the role and importance of CONFEA / CREA in society and its relationship with ethics.

Keywords: Confea / CREA. Goal. Skills. Social role. Code of ethics.

⁷² Professor orientador, Engenheiro de Produção, Mestre: Felipe Fonseca Martins, Centro Universitário CBM-UNICBE, felipemartins.uff@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – Creas são autarquias que surgiram a partir do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e são responsáveis pela verificação, fiscalização e aperfeiçoamento do exercício e das atividades das áreas profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências. As competências do Federal e dos Regionais estão na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

O Sistema CONFEA/CREA é um conjunto amplo de organizações, autônomas e interdependentes, com finalidades próprias. Estas organizações juntas têm como objetivo principal a valorização e regulamentação do profissional. Além disso, buscam promover a satisfação da sociedade com ações de sustentabilidade e excelência no que tange o exercício de fiscalização das atividades profissionais. Tais atividades estão relacionadas às classes que abrangem Engenharia, Agronomia e Geociências.

O CONFEA tem em vista as competências legais que lhe foram atribuídas, as condições e características especiais de seu funcionamento, atuando em âmbito federal. Ele é considerado o órgão central desse sistema profissional, no qual é responsável pela regulamentação e julgamento final. É a instância máxima à qual um profissional pode recorrer no que diz respeito ao regulamento do exercício profissional.

O CREA possui entidades em cada estado do Brasil, constituindo a incorporação regional e exercendo o papel de primeira e segunda instância. Ele verifica, orienta e fiscaliza o exercício profissional com a missão de defender a sociedade da prática ilegal das atividades abrangidas.

ESTRUTURA

A diretoria do sistema CONFEA/CREA é composta por um presidente eleito pelo voto direto dos profissionais registrados e pelos conselheiros regionais. Os conselheiros regionais são os membros indicados por Instituições de ensino e entidades de classe registradas no conselho. O presidente cumpre mandato de 3 (três) anos e o conselho é formado pelas seguintes estruturas: presidência, câmaras especializadas, plenário, comissões permanentes, inspetorias regionais e estruturas auxiliares.

Com relação a comissões de destaque no sistema, duas dessas assumem um papel de grande importância, quais sejam: a CEEP (Comissão de Ética e Exercício Profissional) e a APAR (Assessoria Parlamentar do CONFEA).

A CEEP, como será visto mais adiante, tem por finalidade zelar pela verificação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais e pelo cumprimento do Código de Ética Profissional.

A APAR tem sob suas atribuições o dever de acompanhar as tendências e promover a mobilidade na agenda parlamentar e assuntos de interesse do Sistema Confea/Crea. Sua atividade ganha destaque junto aos poderes legislativos constituídos.

De acordo com o site do CONFEA , temos as seguintes informações:

“As principais competências da APAR são:

- Acompanhar a tramitação de projetos de interesse do Sistema;
- Identificar proposições legislativas de interesse do Confea, dos Crea e da Mútua, e proceder ampla divulgação das decisões do Confea;
- Manter estreito relacionamento com agentes e instâncias parlamentares, relativos a matérias e assuntos de interesse do Sistema;
- Assessorar o presidente do Confea nos assuntos relacionados ao Poder Legislativo;
- Coordenar as ações parlamentares de interesse do Sistema agendando visitas aos parlamentares e traçando estratégias para atender as demandas do Sistema;
- Promover e acompanhar representantes do Sistema em audiências e reuniões com parlamentares e demais instâncias do Congresso Nacional e da Casa Civil.”

A competência do presidente do sistema CONFEA/CREA é dirigir e representar os conselhos. As câmaras especializadas são os órgãos de julgamento em primeira e segunda instância administrativa (CREA) até a última instância (CONFEA). O sistema tem sua esfera de atuação dentro dos assuntos de fiscalização e infrações do código de ética profissional. Também apreciam e decidem sobre pedidos de registro e outras demandas dos profissionais. O plenário é composto pela reunião colegiada de todos os conselheiros regionais, tendo por finalidade analisar e julgar, em segunda instância, os processos de registro de fiscalização e de ética.

OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

O CREA tem por objetivo principal fiscalizar o exercício dos profissionais de Engenharia, Agronomia e Geociências, impedindo a atuação de leigos e garantindo mercado de trabalho aos profissionais legalmente habilitados.

Para a sociedade isso significa segurança nos serviços prestados.

Estão sujeitos à fiscalização pessoas físicas (leigos ou profissionais) e jurídicas que executam ou que constituem na execução de serviços ou obras de Engenharia, Agronomia e Geociências.

O CREA tem duas formas de fiscalização sendo a primeira forma denominada fiscalização de orientação ou preventiva, realizada com o intuito de orientar e informar profissionais e empresas. A fiscalização de orientação ou preventiva tem como objetivo criar condições para que a situação investigada seja regularizada sem punições. Trata-se de uma ação preventiva e educativa voltada para o aprimoramento profissional. Essa intervenção busca esclarecer os verdadeiros objetivos da fiscalização, enfatizando junto aos profissionais, faculdades e entidades de classe a importância do trabalho conjunto, bem como os frutos que dele podem advir.

A segunda forma é a fiscalização punitiva, aquela que se utiliza quando esgotam as possibilidades de orientação e negociação, tendo como meio advertência a aplicação de multa.

A fiscalização do CREA busca os seguintes objetivos:

- (a) Garantir à Sociedade a prestação de serviços técnicos por profissionais habilitados;
- (b) Oferecer tecnologia moderna e adequada para cada caso, visando alcançar os objetivos técnicos, econômicos e sociais compatíveis com os padrões de qualidade e segurança em atendimento às necessidades dos usuários.
- (c) Na área de produção e matérias primas em geral, prover garantia da produção e de serviços de melhor qualidade através da participação efetiva de profissional habilitado; e,
- (d) Na área de proteção ao meio ambiente, defender o uso racional de produtos e serviços visando proteger a sociedade, os trabalhadores e o meio ambiente.

O CREA também exerce um papel institucional que tem como missão a autorização do exercício legal de todos os profissionais e empresas de Engenharia, Agronomia e Geociências. Além de emitir um número de registro, Provisório ou Definitivo, para que os profissionais devidamente habilitados possam exercer suas atividades, o CREA tem a missão de registrar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços prestados pelos profissionais regularmente cadastrados. O registro da ART é determinação do Conselho para qualquer profissional ou empresa, de qualquer obra ou serviço a ser realizado no âmbito regional. Esse registro assegura a existência de um profissional habilitado responsável pela obra ou serviço e serve como prova civil, criminal e ética. É possível indicar através da ART a extensão dos encargos e os limites de responsabilidades, tanto de quem realiza como de quem contrata o projeto. Da mesma forma, a ART deve indicar a remuneração correspondente ao serviço contratado. Em outras palavras, ela possibilita que o profissional exerça simultaneamente as funções de contrato, certificado de garantia e registro de autoria.

Através da ART o profissional constrói seu Acervo Técnico. Todos os registros de ART são arquivados e passam a constituir o acervo técnico que pode ser requerido a qualquer momento, através das certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA. Essas certidões são reconhecidas como instrumento legal para comprovação de exercício profissional em ocorrências públicas.

PAPEL SOCIAL DO CONFEA/CREA

O CREA tem ampliado suas formas de participação no desenvolvimento social com a realização de uma série de ações junto aos profissionais, a comunidade e ao Poder Público. Tais ações vêm resultando em benefícios com a disseminação de conhecimentos de Engenharia, Agronomia e Geociências para a população de baixa renda; a moralização dos contratos de obras e serviços públicos, a melhoria da qualificação por meio de cursos, palestras e orientações profissionais. Os Conselhos são canais diretos de relacionamento com o profissional e exercem esse papel integração com a sociedade, pois são eles que certificam os projetos que aproximam o órgão das necessidades sociais.

Cabe aqui dar alguns exemplos de como o sistema CONFEA/CREA tem exercido um papel não apenas nas questões normativas e legais, mas também na questão social, como por exemplo, o caso do CREA Bahia. Nesse caso, algumas regiões foram fiscalizadas no intuito de orientar os riscos da utilização de agrotóxicos. Foram feitas vistorias no comércio, nas empresas de viveiros de mudas e sementes, feiras livres, propriedades rurais e centrais e de recebimento de embalagens.

No CREA de Minas Gerais, em apoio à Comunidade, esteve atuando como mediador e conciliador entre partes, buscando condição de acordo bilateral, evitando um eventual desgaste judicial. Nesse contexto, o CREA tem como finalidade a apuração de denúncias da comunidade envolvendo serviços técnicos profissionais nas áreas da Engenharia, Agronomia e Geociências. Toda denúncia apresentada é averiguada e, sendo procedente, acatada. O setor funciona como uma espécie de juizado de pequenas causas e seu principal objetivo é a conciliação.

O CREA de Mato Grosso do Sul, através do Programa Construindo Legal, implantou ações de engenharia e arquitetura públicas em combate ao déficit habitacional em Mato Grosso do Sul, ocasião em que foi lançado o referido programa. O Programa Construindo Legal é uma parceria entre o CREA-MS, a Uniderp e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da Empresa Municipal de Habitação e oferece projetos arquitetônicos e complementares gratuitos, assistência técnica de baixo custo e a isenção ou diminuição de alguns impostos municipais.

Outro exemplo que se destaca ocorreu no CREA de Pernambuco, o GT de Reconstrução de Palmares, grupo de especialistas responsáveis pela reconstrução da cidade de Palmares, cidade devastada pelas enchentes do mês de junho de 2010, reuniu profissionais do Sistema CONFEA que contribuíram com a elaboração de laudos técnicos, proporcionando segurança para a população local. Nesta ação, o CONFEA entrou com apoio financeiro.

Também o CREA, por meio de parcerias e convênios firmados com diversas empresas, normalmente com instituições de ensino (técnico, superior, pós-graduação e de idiomas), disponibiliza benefícios aos profissionais registrados e que estão em dia com as contribuições legais do sistema, bem como seus dependentes e, ainda, aos funcionários da autarquia e seus dependentes.

Finalmente, tem como objetivo aprimorar a fiscalização e aperfeiçoar técnica e culturalmente os profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.

RELAÇÃO CONFEA/CREA E O CÓDIGO DE ÉTICA

Elaborado em 1971, o Código de Ética Profissional, adotado pelo Sistema CONFEA/CREA, enuncia os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática das profissões, área relaciona, direitos e deveres correlatos de seus profissionais, quaisquer sejam seus níveis de formação, modalidades ou especializações. O Código de Ética norteia a correção das intenções e das ações que constituem o CONFEA e o CREA, estabelecendo um vínculo inalienável entre a sociedade e o exercício profissional.

“Nossa função social abrange a promoção da segurança, da qualidade de vida, da sustentabilidade, da proteção aos valores mais caros da experiência profissional. Para cumprir esses objetivos, a busca por uma padronização da conduta profissional determina que cada um dos elos que compõem a cadeia que transforma a Engenharia, Agronomia e Geociências, os técnicos e as profissões afins conduzam suas atividades seguindo os princípios da Ética, parte da filosofia que se preocupa com a evolução da humanidade. Uma busca renovada diariamente e que está longe de restringir-se às práticas relacionadas neste acervo de soluções humanas.” (DA SILVA, José Tadeu, 2014. Ex-presidente do CONFEA).

O sistema CONFEA/CREA atua na observância do seu código de ética através da CEEP- Comissão de Ética e Exercício Profissional.

De acordo com a organização do sistema a CEEP busca zelar pela verificação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais e pelo cumprimento do Código de Ética

Profissional. Para tanto, a CEEP é composta por, no mínimo, um representante do grupo Engenharia e um do grupo Agronomia.

De acordo com o site do CONFEA, a CEEP é descrita com as seguintes atribuições:

“Compete especificamente à Comissão de Ética e Exercício Profissional:

- I – propor ou apreciar e deliberar sobre o mérito de projeto de ato administrativo normativo referente à ética e à verificação e fiscalização do exercício e das atividades profissionais;
- II – apreciar e deliberar sobre processos de infração ao Código de Ética Profissional provenientes dos Creas;
- III – apreciar e deliberar sobre processos de infração à legislação profissional provenientes dos Creas;
- IV – apreciar e deliberar sobre critérios de uniformização técnico-administrativa e sobre ações voltadas à eficácia da fiscalização do exercício profissional pelos Creas;
- V – propor diretrizes específicas para uniformizar ações e compartilhar informações no âmbito das comissões de ética dos Creas;
- VI – propor diretrizes específicas para a atuação das coordenadorias de câmaras especializadas dos Creas; e
- VII – apreciar e deliberar sobre propostas provenientes das coordenadorias de câmaras especializadas dos Creas.”

DILEMA TRIÂNGULAR DO ENGENHEIRO E O CREA

Os desastres da Vale, presenciados recentemente, entre outros desastres no mundo como Chernobyl ocorreram devido aos dilemas sofridos pelos engenheiros em sua vida profissional. Dilemas que resultam da necessidade de conjugar e responder a vários interesses e deveres em jogo. Segundo Rego, A. et. al. (2010), o espaço em que se situam os engenheiros são interpelador a ponderar três aspectos como mostrado na figura a seguir.

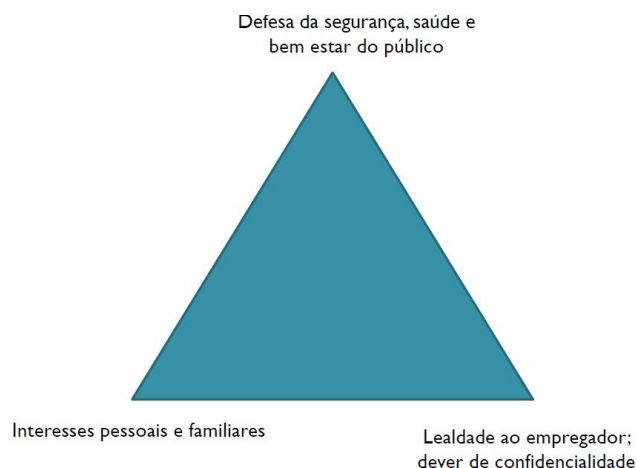


Figura 1 - O triângulo dos deveres e do dilema. Fonte: Rego, A. et. al. (2010)

O dever de zelar pela saúde e pela segurança do público em geral. Os deveres de confidencialidade e de lealdade aos seus empregadores (e os prejuízos que uma eventual denúncia pode causar à empresa). Os seus interesses pessoais e familiares, muitas vezes vigorosamente afetados quando procedem as denúncias irregularidades, que uma empresa e os seus diretores tem dificuldade de assumir, mas pelas quais (eles, os engenheiros) se sentem profissional e eticamente presos.

Então surge a questão? Como sair desse dilema mostrado no triângulo da figura 1? Com um conselho fiscalizador forte! Isso retira das “costas” do engenheiro a necessidade de ser conivente com atitudes ilegais, ilícitas e antiéticas.

CONCLUSÃO

No artigo abordamos a diferença de atuações do CONFEA /CREA e ações no âmbito federal e regional, conseguindo entender a diferença das duas, bem como o funcionamento interno dos Conselhos.

Na abordagem sobre a atuação dos Conselhos mostrou-se todos os seus objetivos e atribuições referente ao exercício profissional nas áreas de Engenharia, Agronomia e Geociências. Ainda, no que tange o exercício de fiscalização, foi apresentada a ação investigativa dos profissionais denunciados, com intuito de impedir a atuação de leigos e garantir o mercado de trabalho aos profissionais legalmente habilitados. A missão de autorização para exercício profissional, a tarefa de registrar a Anotação de Responsabilidade e também de manter o Acervo Técnico de todos os profissionais regularmente registrados. Dessa forma, foi descrito o importante papel institucional assumido pelo sistema CONFEA/CREA.

Em relação a sua importância, destacamos o papel para com a sociedade, onde verificamos as várias formas de participação no desenvolvimento social, realizando uma série de ações junto aos profissionais, à comunidade, bem como as parcerias e convênios. Assim compreendeu-se que o sistema CONFEA/CREA constituem canais diretos de relacionamento com o profissional e, ainda, exercem o papel integração com a sociedade. São eles que desenvolvem projetos que aproximam o órgão das necessidades sociais.

A Assessoria Parlamentar do CONFEA também foi apresentada juntamente com suas atribuições e representações junto ao poder legislativo.

Finalmente, foram apresentadas referências primordiais sobre o Código de Ética Profissional adotado pelo Sistema CONFEA/CREA, mostrando que este enuncia os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática das profissões, estabelecendo assim um vínculo inalienável entre a sociedade e o exercício profissional. O papel da Comissão de Ética e Exercício Profissional foi destacado com suas respectivas atribuições.

Dentro desse contexto, foi lançado o dilema triangular dos profissionais de Engenharia, Agronomia, Geociências e o CREA. O relato de um caso real foi usado com intuito de chamar a atenção e propor a reflexão sobre a atuação profissional a luz das obrigações com a ética, com o meio ambiente e com a sociedade. Trazer à tona o espírito crítico e de comprometimento a que todos os profissionais estão atrelados.

REFERÊNCIAS

CONFEA. **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. O Código de Ética começa por você profissional.** 8. Ed. Brasília. Confea, 2013.

CONFEA. **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Portal de transparência.** Disponível em: <transparencia.confea.org.br>. Acesso em: 31 maio 2018.

CONFEA. **Manual de Procedimentos para a Verificação do Exercício Profissional Brasília.** Brasília: Confea, 2015. Disponível em: <confea.org.br/media/Manual%20de%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20FINAL.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018

CREA-BA. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia. Manual do Profissional.** Salvador:Confea, 2005. Disponível em: <[creaba.org.br/ftp/Manual_Profissional .pdf](http://creaba.org.br/ftp/Manual_Profissional.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2018

CREA-PI. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí. Fiscalização: O que é?.** Disponível em: <crea-pi.org.br/fiscalizacao-o-que-e/>. Acesso em: 31 maio 2018

CREA-PR. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná. Objetivos da fiscalização.** Disponível em: <crea-pr.org.br/ws/sobre-a-fiscalizacao-do-crea-pr/objetivos-da-fiscalizacao>. Acesso em: 31 maio 2018.

CREA-TO. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Tocantins. Portal de transparência.** Disponível em: <crea-to.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/inicio>. Acesso em: 31 maio 2018.

CREA-TO. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Tocantins. Convênios.** Disponível em: <crea-to.org.br/pagina-convenios>. Acesso em: 31 maio 2018.

CREA-TO. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Tocantins. Código de ética.** Disponível em: <crea-to.org.br/codigo-etica>. Acesso em: 31 maio 2018.

DE MELO, Marcos Túlio. **O papel do Sistema Confea/Crea e sua integração com a sociedade.** Código de ética: 9ª ed. Brasília: Confea, 2010.

FISIOTERAPIA

Como citar: SÁ, Marcelo Bonfim Neves, COSTA, Maria Tereza Fonseca. *A atuação do fisioterapeuta no acompanhamento do desenvolvimento infantil na Atenção Primária*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

A ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Por: Marcelo Bonfim Neves de Sá⁷³

Maria Tereza Fonseca da Costa⁷⁴

⁷³ Fisioterapeuta, Especialista em Neurociências Aplicadas a Reabilitação, Mestre em Saúde da Família e Docente da CBM-UniCBE.

⁷⁴ Médica Pediatra, Doutora em Saúde da Criança e da Mulher, Mestre em Saúde Pública.

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão sobre o acompanhamento e desenvolvimento infantil na atenção primária pelo profissional fisioterapeuta, visto que o período da vida compreendido do nascimento até os seis anos de idade, chamado de primeira infância, constitui um período delicado para o desenvolvimento de diversas habilidades. A observação do desenvolvimento na infância constitui uma intervenção preventiva, compreendendo atividades relacionadas à promoção do desenvolvimento normal e à detecção de problemas, atividades estas que se apresentam como inerentes à atenção primária em saúde. Por isso a importância da formação em saúde competências específicas para este fim, de profissionais que venham a trabalhar com essa faixa etária, e destacando o papel do fisioterapeuta neste processo.

Palavras-chave: Atenção Primária em Saúde; Saúde da Criança; Desenvolvimento Infantil; Fisioterapeuta.

Abstract: The aim of this article is to present a discussion about the monitoring and development of children in primary care by the physical therapist, since the period of life from birth to six years of age, called early childhood, is a delicate period for the development of children. various skills. Observation of development in childhood is a preventive intervention, comprising activities related to the promotion of normal development and the detection of problems, activities that are inherent in primary health care. Therefore, the importance of health education specific skills for this purpose, of professionals who will work with this age group, and highlighting the role of the physiotherapist in this process.

Keywords: Primary Health Care; Children's Health; Child development; Physiotherapist.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento infantil (DI) é um processo que se inicia na vida intra-uterina e envolve o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades relacionadas ao comportamento, visando tornar a criança competente para responder às necessidades dela e do meio onde vive (1).

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, no Brasil, como uma conduta da Atenção Básica (AB), faz parte da atenção integral à saúde da criança (0 a 6 anos), compreendendo a puericultura, a qual envolve a avaliação do peso, altura, desenvolvimento neuropsicomotor, vacinação e intercorrências, o estado nutricional, bem como orientações à mãe, família ou ao cuidador sobre os cuidados com a criança (alimentação, higiene, vacinação e estimulação) em todo atendimento, não deixando também de registrar todos os procedimentos no cartão da criança (2).

Os transtornos no desenvolvimento na criança podem se manifestar de diversas maneiras, como alterações no desenvolvimento motor, na linguagem, na interação pessoal-social, no cognitivo, dentre outros aspectos. Existem ainda aquelas crianças que não apresentam alterações clínicas de atraso no desenvolvimento, porém devido não terem recebido estímulos apropriados, apesar de estarem bem clinicamente, podem não alcançar todo o seu potencial. Sendo assim, é muito importante não só identificar os transtornos, mas também promover o desenvolvimento da criança (3).

OLIVEIRA et al (2012) salientam a importância de orientar profissionais que venham a trabalhar com essa faixa etária, e destacam o papel do fisioterapeuta neste processo. O profissional fisioterapeuta vem adquirindo crescente participação nos serviços referentes à Atenção Primária (AP). O termo prevenir habilita o fisioterapeuta a atuar neste nível de atenção, onde a promoção de saúde e prevenção das doenças têm maior foco. É sua função garantir educação, prevenção e assistência coletiva na 'em saúde, bem como integrar equipes multiprofissionais destinadas a planejar, programar, controlar e executar projetos e programas (5).

Com isso, o acompanhamento regular na primeira infância e avaliações do fisioterapeuta, dentro da equipe de saúde, possibilitariam identificar precocemente atrasos ou desvios, voltando-se para o apoio à família, particularmente na criança pré termo, e para a estimulação sensório-motora, com o registro de dados sobre o crescimento e desenvolvimento das crianças acompanhadas na caderneta infantil (5).

Existe uma correlação entre as diretrizes do SUS e o papel do fisioterapeuta, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e

Terapia Ocupacional, caracterizam como uma das atribuições a atuação com caráter de prevenção: “Os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo; os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática” (6).

Atualmente, entre os principais desafios da AP, encontram-se a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade e da resolutividade das ações. Dessa forma, constituiu-se o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), como um dispositivo estratégico para a melhoria da qualidade neste nível de atenção, uma vez que amplia o escopo de ações desta e, por meio do compartilhamento de saberes, amplia também a capacidade de resolutividade clínica das equipes. Formado por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, atua em apoio às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), compartilhando e apoiando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das equipes. Tal composição deve ser definida pelos próprios gestores municipais e as equipes de AB, mediante critérios de prioridades identificadas a partir das necessidades locais e da disponibilidade de profissionais de cada uma das diferentes ocupações. Dentre as possibilidades de profissionais na composição do NASF está inserido o fisioterapeuta (7), que se torna relevante na medida em que colabora para a promoção, prevenção, recuperação, reabilitação e manutenção da saúde, obedecendo assim os princípios do atual modelo de saúde (8).

Este artigo tem como objetivo principal, discutir a atuação do fisioterapeuta na atenção primária, particularmente no que se refere ao desenvolvimento infantil.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O investimento nos três primeiros anos de vida, também chamado de Primeira Infância e incluindo a gestação, vem adquirindo enorme importância em quase todos os países e em seus programas de governo. Defende-se que favorecer o desenvolvimento saudável promoverá a organização de alicerces que favorecerão o indivíduo, no futuro, a lidar com as complexas situações que a vida venha a lhe apresentar. Nos programas voltados para essa fase sempre é enfatizado que a atenção à criança deve ser integral e integrada. Todavia, verificamos com frequência que as ações são fragmentadas e dependentes dos setores que as desenvolvem, seja na saúde, na educação, dentre outras (9).

Muitas crianças não têm oportunidade de se desenvolver plenamente por diversos fatores, como pobreza, condições precárias de saúde, nutrição e a própria falta de estímulos. Segundo

algumas concepções sobre o tema, esses fatores podem trazer consequências graves sobre o aprendizado, a produtividade e o potencial dos indivíduos, além de repercutir no futuro destas crianças, tanto no âmbito da organização familiar e até mesmo na questão econômica da sociedade onde a pessoa estará inserida (9).

O desenvolvimento integral da infância tem sido referido como fundamental ao desenvolvimento humano e à construção do chamado capital social, elementos principais que facilitariam romper o ciclo de pobreza, dentre outros aspectos relacionados ao ser humano. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 10% da população de qualquer país é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. Devido à complexidade da definição de desenvolvimento normal, sendo este conceito de normalidade até questionado por alguns, não existem dados estatísticos confiáveis que possam retratar a realidade de crianças com alterações anormais em seu desenvolvimento. Portanto, faz-se necessário estar atento aos fatores que possam intervir no desenvolvimento da criança. O acompanhamento pela família e, especificamente, pelos profissionais de saúde que podem ajudar na identificação das alterações, encaminhando-as o mais rápido possível para uma intervenção adequada (3), são indispensáveis, pois a falta de referência para os serviços especializados, em alguns casos, poderá restringir potencialidades da criança, impactando assim o seu desenvolvimento integral (1).

SAÚDE DA CRIANÇA E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

A Declaração dos Direitos da Criança foi um marco histórico e uma grande conquista, na qual crianças e adolescentes se destacam como prioridade nas políticas públicas, como por exemplo, o reconhecimento destes como sujeitos de direitos, como pode ler na Constituição Brasileira de 1988, artigo 227: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”* (10).

Em 1983, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC), com o objetivo de *“melhorar as condições de saúde da mulher e da criança, incrementando a cobertura e a capacidade resolutiva da rede pública de serviços de saúde”* no país (11). No ano seguinte viu-se a necessidade de desmembrá-lo em dois programas, o programa da mulher e o programa da criança, passando este último a se chamar Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC) (11; 12; 13).

O PAISC teve como objetivo inicial criar condições para um atendimento integrado à saúde da criança de zero a cinco anos, com a prioridade para os grupos de risco através de aumento de cobertura da assistência e melhoria da qualidade do atendimento, diminuindo assim a morbimortalidade infantil. Entre suas principais ações, encontram-se aquelas relativas ao acompanhamento profissional do crescimento e do desenvolvimento infantil (11). A saúde da criança foi potencializada em meados de 1990 com a implantação do Programa Saúde da Família (PSF), que logo depois foi ressignificado para Estratégia Saúde da Família (ESF), focado na promoção da saúde e na participação comunitária, onde o vínculo entre equipe interdisciplinar e população assume um papel importante no processo de trabalho (13).

O PSF foi desenvolvido para atender as especificidades de cada território, seja no âmbito cultural, nos problemas e demandas de cada localidade, com o objetivo sempre de prestar cuidado integral ao indivíduo e sua família, estabelecendo vínculos entre a população e os profissionais de saúde (8; 13).

Devido à diversidade brasileira e suas características territoriais regionais, no Brasil, principalmente nas regiões norte e nordeste, foi adotada em 1996, proposta pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a estratégia da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), com o objetivo de aumentar a qualidade da assistência à saúde da criança menor de 5 anos, nos serviços de AB. Todas as condutas preconizadas pela AIDPI incorporaram as normas do Ministério da Saúde relativas à promoção, prevenção e tratamento dos problemas infantis mais frequentes relativos ao crescimento e desenvolvimento, sendo colocado em prática principalmente pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) (13).

Recentemente, a mais nova política voltada para a saúde da criança é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) que foi instituída em agosto de 2015 por meio da Portaria nº 1.130 com o objetivo de promover e proteger a criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e cuidados integrais e integrados da gestação aos nove anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando a redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador a vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento (14).

Durante muitos anos, a criança era vista como um pequeno adulto e a atenção prestada era precária. No século XVIII, por exemplo, não existia uma política médica voltada para o cuidado com a criança, nem mesmo havia um vínculo forte entre mães e filhos, tendo como exemplo o fato

de filhos dos nobres serem amamentados pelas amas de leite. Posteriormente no século XIX, após as reformas sanitárias, a criança ganha uma certa atenção quanto a alguns cuidados, dentre eles o crescimento e desenvolvimento (13). Neste período, de forma universal, há um fortalecimento com a saúde da criança com a chegada de novas técnicas de atendimento, e até mesmo a invenção da incubadora (15).

O primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência no Brasil foi instituído durante o Estado Novo (1937/1945). Logo em 1940, essas atividades foram delegadas ao Departamento Nacional da Criança (DNCr) com foco em programa alimentar, programa educativo, programa de formação de pessoal e programa de imunização. Até 1969, O DNCr coordenou a assistência materno-infantil no Brasil onde desenvolveu ações encaminhadas à infância, à maternidade e à adolescência, com o objetivo de padronizar o atendimento à mãe e o bebê e atacar a mortalidade infantil (12, 13).

Em 25 de julho de 1953 desmembrou-se o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação. Na década de 70, foi criado o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil, com um dos objetivos de contribuir para a redução da morbidade e da mortalidade da mulher e da criança. Em 1976, a Coordenação de Proteção Materno-Infantil passou a chamar-se Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil (DINSAMI) tornando-se responsável central pela assistência à mulher, à criança e ao adolescente (11).

Em 2000, foi implantado o Programa de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento (PHPN), buscando concentrar esforços no sentido de diminuir as altas taxas de morbi-mortalidade materna e perinatal, dentre outros objetivos, sem alcançar os resultados esperados. Sendo assim, em 2011 houve o lançamento pelo Ministério da Saúde do Programa Rede Cegonha visando a implementação de uma rede de cuidados, através de um novo modelo de atenção à saúde da mulher e da criança, assegurando assim nascimento seguro e um crescimento e desenvolvimento sadios (12).

Para executar o artigo constitucional sobre a proteção e a defesa da saúde da população brasileira, o SUS dispõe de um conjunto de ações e serviços que visa garantir o acesso de todos à atenção integral de modo equitativo, consolidando uma rede de cuidados regionalizada, hierarquizada e integrada. Percebemos assim que com o passar dos anos houve uma diminuição da mortalidade infantil, através do progresso de políticas públicas direcionadas às crianças, entretanto os indicadores ainda são altos (16).

NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

A ESF ampliou a cobertura assistencial possibilitando identificar novas necessidades de saúde, gerando outras buscas assistenciais, acarretando uma demanda para técnicos de distintas áreas, necessitando assim de inserção de diferentes profissionais, além dos que já fazem parte da equipe mínima da ESF (17).

O Ministério da Saúde criou o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), por meio da Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, com o objetivo de aumentar a cobertura e o escopo das ações da AB no Brasil (18).

Conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2006, o NASF se constitui de equipes multiprofissionais, compostas por profissionais de diferentes profissões ou especialidades (dentre eles, o fisioterapeuta), que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das ESF e das equipes de AB para populações específicas (Consultórios na Rua, equipes ribeirinhas e fluviais), compartilhando práticas e saberes em saúde com as equipes de referência apoiadas, buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários, bem como agregando práticas, na AB, que ampliem o seu escopo de ofertas (7).

A integralidade pode ser considerada a principal diretriz a ser praticada pelos NASF, sendo compreendida em três sentidos:

- 1) a abordagem integral do indivíduo levando em consideração seu contexto social, familiar e cultural e com garantia de cuidado longitudinal;
- 2) as práticas de saúde organizadas a partir da integração das ações de promoção, prevenção, reabilitação e cura;
- 3) organização do sistema de saúde de forma a garantir o acesso às redes de atenção, conforme necessidades de sua população (18).

A presença do fisioterapeuta nos NASF significa a principal proximidade da fisioterapia e a AB, no que se refere a uma política de saúde. A atuação do fisioterapeuta na AB ainda não é tão descrita na literatura, mas é possível verificar que poderá resultar desdobramentos positivos, a partir desta relação do fisioterapeuta com a AB (17).

A inclusão do fisioterapeuta no NASF traz consigo um fator de potencial restrição, uma vez que a portaria do NASF deixa a critério do gestor a inclusão ou não desse profissional (19).

De acordo com a Portaria 154, existem três modalidades de NASF:

- ✓ O NASF 1, composto por no mínimo 5 profissionais com formação universitária, entre os seguintes: psicólogo, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico ginecologista, profissional de educação física, médico homeopata, nutricionista, médico acupunturista, médico pediatra, médico psiquiatra, e terapeuta ocupacional. Cada um desses NASF deve estar vinculado a um mínimo de oito e máximo de 20 equipes de SF (Saúde da Família), exceto na Região Norte, onde o número mínimo são cinco.
- ✓ O NASF 2 é composto por no mínimo três profissionais, entre os seguintes: psicólogo, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, profissional de educação física, nutricionista e terapeuta ocupacional, se veiculando no mínimo a três equipes de SF (18).
- ✓ A portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012, definiu os novos parâmetros para a vinculação dos NASFs e criou a modalidade NASF 3, que deverá ser associada a no mínimo uma e a no máximo duas eESF e/ou equipes de Atenção Básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais) agrupando ao processo de trabalho das mesmas, configurando-se como uma equipe expandida (20).

Consta que as práticas fisioterapêuticas podem ser desenvolvidas em todos os âmbitos de atenção à saúde, contudo a função mais retratada é a tradicional reabilitadora, tornando o fisioterapeuta pouco colocado para exercer funções mais abrangentes na AB. Entretanto, quando inserido, poderia atuar em cuidados em saúde numa comunidade, reduzindo danos e agravos através de uma prática integral, rompendo o estigma de ser uma profissão apenas reabilitadora (21).

Em todo esse processo com relação ao SUS, AB, PSF e NASF fica clara a necessidade da participação do profissional fisioterapeuta para que se possa efetivar um sistema de saúde universal, equitativo, objetivando a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a educação da população (22).

Com relação ao papel do NASF na atenção integral à saúde da criança, estão incluídas ações de promoção da saúde integral da criança, promoção, proteção e incentivo ao aleitamento materno, atenção à saúde do recém-nascido, prevenção da violência e promoção da cultura de paz e investigação de óbitos infantis. Cabe à equipe do NASF, principalmente no que diz respeito à saúde da criança e do adolescente, apoiar as equipes de SF em diversas circunstâncias; por exemplo: apoiar as equipes de SF na vigilância do desenvolvimento infantil, identificar os atrasos de desenvolvimento com orientação para a estimulação às mães, pais, responsáveis ou cuidadores e também no encaminhamento, quando for o caso, para os serviços especializados; apoiar na

abordagem dos problemas e cuidados com as crianças com patologias graves e doenças crônicas, entre outras (18).

DAVID e *col* (2013) concluíram que a proposta de atuação do fisioterapeuta na AP de saúde sistematiza a participação deste profissional na equipe multiprofissional, de forma transdisciplinar e horizontal, além de caracterizar sua função, que não se restringe apenas à reabilitação, mas também à promoção da saúde, conforme rege o SUS. Por se tratar de uma proposta organizada de inserção deste profissional no nível primário de atenção, pode não só beneficiar o sistema, reduzindo a sobrecarga nos níveis secundário e terciário de assistência, como também viabilizar o acesso da criança e do adolescente à fisioterapia.

NOGUEIRA e FLAUSINO (2013) concluíram que o fisioterapeuta vem suprir uma lacuna nas ações de saúde na UBS, por meio de apoio às práticas em saúde nos territórios sob-responsabilidade da ESF. A inserção do profissional de fisioterapia na AB pode então contribuir para otimização dos serviços prestados, uma vez que previne o aumento do volume de complexidade da atenção em saúde, reduzindo gastos públicos, além de colaborar com a mudança do modelo assistencial simplificado, evitando o incremento de patologias e suprimindo demandas do serviço de fisioterapia pela população assistida.

Já OLIVEIRA e *col* (2012), através de uma pesquisa sobre abordagem de um programa de fisioterapia motora para bebês, destacaram que os participantes e os avaliadores adquiriram conhecimentos sobre as interações que podem ser realizadas no contexto familiar. Com este estudo objetivou-se avaliar as alterações existentes no desenvolvimento motor de bebês a partir de orientações aos pais e/ou cuidadores em um programa interventivo de fisioterapia no contexto familiar. Os resultados sugeriram que, quando estimulados de maneira correta em ambiente familiar, os bebês desenvolvem com melhor qualidade seu aprendizado motor. Esse aprendizado inclui, além de exercícios, os brinquedos e jogos oferecidos em seu contexto, estimulando as motricidades fina e ampla, o equilíbrio, a marcha, a memória, etc.

REZENDE et al (2009) relatam sobre a proposta do Ministério da Saúde para a inserção do fisioterapeuta na ESF. Defende-se que ela se dê através dos Núcleos de Atenção Integral na Saúde da Família (NAISF), criados pela Portaria nº 1.065/GM, de 04 de julho de 2005. A forma como os núcleos foram estruturados tem levantado polêmica entre os profissionais que atuam na saúde, com algumas questões sendo consideradas pontos críticos, como a implantação de um núcleo para cada nove a onze equipes (população maior ou igual a 40 mil habitantes). No caso particular do tema

central do artigo, a crítica volta-se para a visão restrita quanto à função do fisioterapeuta. A inserção deste profissional através dos núcleos, da forma como proposta, limitada à reabilitação, restringe a contribuição que o fisioterapeuta pode oferecer ao cuidado no nível da AB, na ESF.

O que estes autores propõem é pensar novas formas de integrar o fisioterapeuta às equipes, com suas atribuições indo além da atividade de reabilitação, fazendo com que ele se envolva e se comprometa com ações de promoção e proteção da saúde, de prevenção de doenças e de assistência. Mais do que inserir o fisioterapeuta na SF, aproximando-o da AB, sua integração às equipes compreende a ideia de criar pontos de interseção, tanto nas ações realizadas como entre os profissionais, facilitando e incentivando a adoção de medidas que conformem um olhar e uma prática integral da saúde (24).

A integração proposta depende de diversos fatores, fundamentados no reconhecimento do valor agregado com esta participação. Dentre eles, inclui-se a reflexão sobre o “o que fazer” da profissão na SF, o que torna relevante e necessário rever a formação dos fisioterapeutas.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas até o momento, alguns municípios já incluíram o fisioterapeuta nas suas equipes de SF. Tais vivências precisam ser observadas e analisadas. Estudos e investigações sobre esse fenômeno, buscando identificar as peculiaridades e especificidades de cada situação enfocada, precisam ser disseminados, gerando, inclusive, informações e dados que subsidiem a tomada de decisões que fortaleçam e criem inovações no processo de planejamento, gestão e educação na saúde (24).

Matriciamento é uma metodologia de trabalho diretamente relacionada às atividades dos profissionais do NASF. O conceito de apoio matricial e mais ainda sua prática constituem aspectos relativamente novos no âmbito do SUS, o matriciamento surgiu como forma de fortalecer o trabalho no que tange os cuidados primários em saúde em toda sua multiplicidade, produzindo saúde de forma distribuída entre duas ou mais equipes (25).

Todavia, as atribuições de todos os profissionais, que atuam no NASF, percorrem por ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e assistência à reabilitação, até tratamentos específicos, de acordo com a Portaria n. 154. Os atendimentos relacionados ao território responsável, juntamente com a equipe da ESF, são de atendimento partilhado, de maneira interdisciplinar, com estudo e discussão de casos. Contudo o atendimento individual acontece apenas em casos específicos de grande urgência. Sendo uma proposta revolucionária de diversas

intervenções, requer um novo olhar do fisioterapeuta no campo ético-político e no que concerne ao seu processo de trabalho (26).

A grande ideia do matriciamento é a aposta de interação entre os diversos profissionais, que trabalham em parceria com profissionais da ESF. Participando desta interação e inserido no NASF, está o fisioterapeuta atuando de diversas ações, em consultas e visitas compartilhadas, em grupos de orientação, colaborando com a equipe de SF, através das reuniões rotineiras que ocorrem entre as equipes para planejamento, definição de objetivos, critérios de prioridade, resolução de conflitos, dentre outras atividades (11).

A participação do fisioterapeuta na AB ainda se encontra com grande potencial de consolidar-se como membro da equipe, mas é importante considerar o contexto atual de políticas de saúde, onde se observam pontos de retrocesso. Como já referido, sendo ainda forte a expectativa do perfil de um profissional apenas reabilitador, como se este profissional não pudesse atuar na prevenção e na promoção da saúde. Para superar este estigma é essencial construir novas mentalidades e *modus operandi*, principalmente a partir da formação em nível de graduação em Fisioterapia, pois não há uma construção coletiva (fisioterapeuta e equipe) do sentido de uma atuação preventiva e promotora de saúde (22).

CONCLUSÃO

A representação do fisioterapeuta como um profissional apenas reabilitador ainda persiste em nosso meio. Entretanto, vivemos uma transição epidemiológica, onde a redução da carga de transtornos crônicos se faz necessária. Como profissionais da saúde devemos considerar as novas necessidades e realidade da população, incluindo as crianças, considerando sua qualidade de vida e seus direitos fundamentais, tais como educação e saúde. O DI está diretamente relacionado ao potencial humano nos resultados destes dois campos, a saúde e a educação. A experiência de serviços de atenção primária que evidenciam a participação de fisioterapeutas tem mostrado que ainda há uma carência de profissionais frente à quantidade de atividades a serem desenvolvidas, existindo a necessidade da participação de outros profissionais (ex. agentes comunitários de saúde) para colaborar nas atividades, tornando claro que o número de fisioterapeutas ainda é escasso para um envolvimento desses profissionais nas diversas atividades que sua presença é necessária, além da pouca disponibilidade de recursos para manter esses profissionais na atenção básica (27), sendo exemplificado pela situação atual da atenção primária no município do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ZEPPONE, S. C.; VOLPON, L. C.; DEL CIAMPO, L. A. *Monitoramento do desenvolvimento infantil realizado no Brasil*. Rev. Paul. Pediatr., São Paulo, v. 30, n. 4, p. 594-599, dez. 2012.
- LOPES, M. R. L., PAIVA, P. A., SOUZA, G. C. L. L., NUNES, G. L. S., LUCIO, C. M., RODRIGUES, C. A. Q. *Acompanhamento de consulta de crescimento e desenvolvimento infantil (CD) com abordagem multiprofissional – relato de experiência*. Revista da ABENO. V. 13, n. 2, p. 42-49, 2013.
- FIGUEIRAS, A. C., SOUZA, I. C. N., RIOS, V. G., BENGUIGUI, Y. *Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI*. Washington, D.C.: OPAS, 2005.
- OLIVEIRA, S. M. S., ALMEIDA, C. S., VALENTINI, N. C. *Programa de fisioterapia aplicado no desenvolvimento motor de bebês saudáveis em ambiente familiar*. Rev. Educ. Fís/UEM, v. 23, n. 1, p. 25-35, 2012.
- DAVID, M. L. O., RIBEIRO, M. A. G. O., ZANOLLI, M. L., MENDES, R. T., ASSUMPÇÃO, M. S., SCHIVINSKI, C. I. S. *Proposta de atuação da fisioterapia na saúde da criança e do adolescente: uma necessidade na atenção básica*. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 120-129, jan./mar. 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional*. Diário Oficial da União de 10/12/2001, Seção 1, p. 22. Brasília, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano*. Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Brasília, 2014.
- BORGES, A. M. P., SALICIO, V. A. M. M., GONÇALVES, M. A. N. B., LOVATO, M. A. *Contribuição do Fisioterapeuta para o Programa de Saúde da Família – uma revisão da literatura*. Revista UNICiências, Cuiabá, v.14, n.1, p. 69-82, 2010.
- CYPEL, Saul (org.). *Fundamentos do desenvolvimento infantil: da gestação aos 3 anos*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde*. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. *Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história*. Série I. História da Saúde. Brasília, 2011.

CASSIANO, A. C. M., CARLUCI, E. M. S., GOMES, C. F., BENNEMANN, R. M. *Saúde materno infantil no Brasil: evolução e programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde*. Revista do Serviço Público Brasília, v. 65, n. 2, p. 227-244, abr./jun. 2014.

ARAÚJO, J. P., SILVA, R. M. M., COLLET, N., NEVES, E. T., TOSO, B. R. G. O., VIERA, C. S. *História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas*. Rev. Bras Enferm., v. 67, n. 6, p. 1000-7, nov./dez. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. PORTARIA Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html>. Acesso em: 31 mar. 2018.

OLIVEIRA, Isabel Cristina dos Santos. *O advento das incubadoras e os cuidados de enfermagem aos prematuros na primeira metade do século XX*. Texto Contexto Enferm. V. 1, n. 3, p. 459-466, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil*. Brasília, 2004.

FORMIGA, N. F. B., RIBEIRO, K. S. Q. S. *Inserção do fisioterapeuta na AB: uma analogia entre experiências acadêmicas e a proposta dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)*. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, São Caetano do Sul, v. 16, n. 2, p. 113-122, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família* - Brasília, 2010.

PEREIRA, Andreia Ferrari. *Inserção do fisioterapeuta na Atenção Básica de Saúde: estudo bibliográfico*. Universidade Federal de Santa Maria. Palmeira das Missões, 2014.

OHARA, E. C. C. e SAITO, R. X. S. *Saúde da Família: considerações teóricas e aplicabilidade*. Ed. Martinari, 3ª ed. São Paulo: 2014.

BARBOSA E. G., FERREIRA, D. L. S., FURBINO, S. A. R., RIBEIRO, E. E. N. *Experiência da Fisioterapia no Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Governador Valadares, MG*. Rev. Fisioter. Mov., Curitiba, v. 23, n. 2, p. 323-330, abr./jun. 2010.

LUTING, F. T., MALEZAN, W. R. *A comunicação da fisioterapia no NASF. Um desafio para a realidade*. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 19, N. 202, mar. 2015.

NOGUEIRA, M.S. e FLAUSINO, T.C. *Inserção do fisioterapeuta na Atenção Básica: Revisão de Literatura*. Goiânia, 2013. Disponível em:

<<http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/8mostra/Artigos/saude%20e%20biologicas/inser%c3%87%c3%83o%20do%20fisioterapeuta%20na%20aten%c3%87%c3%83o%20b%c3%81sica%20revis%c3%83o%20de%20literatura.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

REZENDE, M., MOREIRA, M. R., AMANCIO FILHO, A., TAVARES, M. F. L. *A equipe multiprofissional da 'Saúde da Família': uma reflexão sobre o papel do fisioterapeuta*. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 1403-1410, 2009.

MEDEIROS, Roberto Henrique Amorim. *Uma noção de matriciamento que merece ser resgatada para o encontro colaborativo entre equipes de saúde e serviços no SUS*. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25 n. 4, p. 1165-1184, 2015.

SOUZA, M. C., BOMFIM, A. S., SOUZA, J. N., FRANCO, T. B. *Fisioterapia e Núcleo de Apoio à Saúde da Família: conhecimento, ferramentas e desafios*. O Mundo da Saúde. V. 37, n. 2, p. 176-184. São Paulo, 2013.

LACERDA, D. A. L, e RIBEIRO, K. S. Q. S. *Fisioterapia na Comunidade*. Editora Universitária da UFPB. 2ª ed. João Pessoa, 2011.

HISTÓRIA

Como citar: SOUZA, Abraão Lincoln. AMARAL, Rodrigo. *A propaganda em torno do mito Luís Carlos Prestes* In: Revista Digital Simonsen, Nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

A PROPAGANDA EM TORNO DO MITO LUÍS CARLOS PRESTES

Por: Abraão Lincoln Souza⁷⁵

Rodrigo Amaral⁷⁶

⁷⁵ Pós-graduado em História do Rio de Janeiro pela Faculdade Simonsen. E-mail: abraao08@yahoo.com.br

⁷⁶ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, autor do livro *Cativeiro, desigualdade e brutalidade* publicado pela editora Autografia em 2018; Bacharel em Direito; Advogado; Diretor da Universidade Candido Mendes. E-mail: amaralrod@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo pesquisar a propaganda em torno do mito Luís Carlos Prestes. Além, do processo de formação, a missão e as consequências do movimento social mais ousado que se deu no Brasil durante a década 1920, que dentro do ideário liberal da época, combatia a política oligárquica por justiça, ficando mais conhecido na história como a Coluna Prestes. Com uma análise das ações do movimento Tenentista, foi viável correlacionar os fatos acerca do tema, possibilitando perceber a relevância da Coluna Prestes no processo de transformação do sistema político brasileiro daquela época. Assim sendo, Prestes foi o principal herói da luta contra os políticos relacionados à situação dominante. Ele gradativamente assumiria o papel dos mitos políticos contemporâneo, legendário, que primava pela esperança de um futuro melhor para todos.

Palavras-chave: Prestes; Coluna Prestes; Mito; Propaganda.

ABSTRACT: This article aims to use an advertisement around Luís Carlos Prestes. In addition, the formation process, the mission and the consequences of the most recent social movement that did not take place in Brazil during the 1920s, which, within the liberal ideology of the time, combat oligarchic politics for justice, the most well-known loss in history like the Prestes Column. With an analysis of the Tenentist movement's actions, it was feasible to correlate facts on the theme, allowing to perceive the relevance of Coluna Prestes in the process of transformation of the Brazilian political system during the time. Therefore, Prestes was the main hero in the fight against politicians related to the dominant situation. He gradually assumes the role of contemporary political myths, legendary, which strives for the hope of a better future for all.

KEYWORDS: About; Prestes column; Myth; Advertising.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo pesquisar a propaganda em torno do mito Luís Carlos Prestes e ainda demonstrar a importância histórica da Coluna Prestes, explanando sobre questões como, o fracasso do combate governista, o relacionamento com as populações rurais, urbanas e as forças políticas da época.

Os anos de 1920 a 1930 foi um período de grandes transformações em nosso país, acarretando em profundas crises políticas, econômicas, sociais e culturais do país. A chamada República Velha havia entrado em “xeque”, pois a insatisfação com os governantes suscitaram muitos levantes durante todo este período. No ano de 1922, por exemplo, diversos acontecimentos como a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o Movimento Tenentista, o Centenário da Independência, além da própria Sucessão Presidencial, podem ser entendidos como indicadores importantes dos ventos agitados que sopravam neste novo cenário brasileiro, e também, nos anos que viriam.

O Brasil vinha sendo governado através da tão comumente chamada de Política de “café-com-leite”. Entretanto, com a quebra da indicação de liderança para presidente do Brasil pelo estado de Minas, tem-se como resultado o fim da engrenagem histórica da alternância das Oligarquias paulistas e mineiras do epicentro do poder, que durara por mais de vinte anos.

A quebra dessa engrenagem do poder foi resultado de uma série de fatores que contribuíram para de transformação da política vigente.

Um dos principais agentes neste processo, com certeza, foi o surgimento do Movimento Tenentista. Este movimento foi um forte fator que sinalizou o início da crise da República Velha, cujo primeiro levante ocorreu em 1922, com os militares chamados “18 do Forte de Copacabana”.

Em março de 1922 durante a eleição de Artur Bernardes ficou claro o clima tenso do contexto brasileiro no início da década de 1920. No meio militar, o descontentamento com a situação política do país consolidou-se em revoltas e levantes armados, tendo como estopim, o fechamento do Clube Militar pelo Presidente Epitácio Pessoa ao final do seu mandato. O levante do Forte de Copacabana e as rebeliões em São Paulo e Rio Grande do Sul, que se uniram posteriormente para a formação da Coluna Prestes, são exemplos importantes do que ocorreu.

Os tenentistas promoveram várias revoltas como, por exemplo, a “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana” ocorrida em 05 de julho de 1922, e duramente combatido pelas forças oficiais do

governo. Outros exemplos de revoltas tenentistas foram a “Revolta Paulista” ocorrida em 1924, e a “Comuna de Manaus” em 1924. A famosa “Coluna Prestes”, liderada por Luís Carlos Prestes, enfrentou poucas vezes as forças oficiais, e obteve importante expressão no seio nacional. Os participantes da coluna percorreram milhares de quilômetros pelo interior do Brasil passando por diversos Estados, objetivando conscientizar a população contra as injustiças sociais promovidas pelo governo republicano.

Segundo Motta (2004), Luís Carlos Prestes foi um importante personagem no contexto histórico do comunismo brasileiro. Tal pressuposto se dá pelo fato dele ter sido o dirigente com maior tempo de permanência ao Partido Comunista, aproximadamente quarenta anos, com presença carismática e popularidade em diversos contextos, quiçá, ao próprio partido.

A Coluna Prestes não conseguiu atingir seu objetivo inicial. Eles queriam causar uma grande rebelião onde todos os populares participassem. Mesmo não tendo acabado com o governo oligárquico, a coluna conseguiu debilitar o sistema político promovendo condições para revolução de 1930. De acordo com Prestes (2005, p.103): “[...] a Coluna Prestes desempenharam um papel decisivo para abalar os alicerces da República Velha.”.

Esse trabalho é formado por três partes. Tratando na primeira, breve historiografia do mito Luís Carlos Prestes, e como a propaganda corroborou para o nascimento e edificação do mito Prestes.

A segunda busca demonstrar a da missão da Coluna Prestes, abordando as lutas contra as Oligarquias, as suas principais características.

A terceira tem como objetivo demonstrar a importância histórica da Coluna Prestes, explanando sobre questões como, o fracasso do combate governista, o relacionamento com as populações rurais, urbanas e as forças políticas da época.

DESENVOLVIMENTO

BREVE BIOGRAFIA DO MITO LUÍS CARLOS PRESTES

Luís Carlos Prestes nasceu no mês de janeiro de 1898 e morreu no mês de março de 1990 em Porto Alegre (RS). O pai, Antônio Pereira Prestes, acompanhou sua carreira militar e, quando morreu, com 38 anos de idade, ele era um capitão de engenheiros do exército. Para o seu tempo era um homem progressista, foi um dos signatários dos famosos "pactos de sangue" assinados por

jovens oficiais que, sob a liderança de Benjamin Constant, integrou a “mocidade militar”, compartilhando ativamente da proclamação da República (PRESTES, 1990).

Sua mãe, Leocadia Felizardo Prestes, era filha de Joaquim José Felizardo, comerciante próspero de Porto Alegre, membro da Maçonaria, abolicionista e republicano. A família Felizardo tornou-se conhecida na cidade para o cultivo de valores culturais e humanísticos. A mãe de Leocádia, Ermelinda Ferreira de Almeida, Aristocracia portuguesa, distinguindo-se por ser uma pessoa de mente aberta que compartilhou plenamente dos ideais de justiça social adotados pela marido. Com cerca de 90 anos, quando seu neto Luiz Carlos foi preso na ditadura de Vargas, mostrou-se muito corajosa e decidida ao apoiá-lo com perseverança (PRESTES, 1990).

Prestes estudou no Rio de Janeiro, no Colégio Militar e, depois, na Escola Militar de Realengo, porque a carreira militar foi a única alternativa para um jovem de uma família pobre, órfão do então oficial do exército. Seu curso foi assinalado por várias dificuldades econômicas, que determinaram grandes sacrifícios de sua mãe e irmãs. Aos 22 anos, com grande destaque e atuação brilhante na Escola Militar, onde sempre foi o primeiro aluno da turma, Luiz Carlos Prestes tornou-se engenheiro militar (PRESTES, 1990).

No decorrer de sua extensa vida, teve expressivas participações em importantes momentos da história brasileira, notadamente das esquerdas. Durante os anos de liderou o movimento que viajou o Brasil em oposição ao governo Artur Bernardes e o modo de organização do regime republicano (REIS, 2014).

A vida militar de Luís Carlos Prestes foi muito curta, restringindo-se somente de 1920 a 1924. No final de 1922 já havia chegado, por merecimento, a patente de capitão de engenheiros do Exército. Sua carreira militar foi assinalada pelas diversas manifestações de protesto contra as irregularidades por ele notadas nas unidades onde serviu, iniciou no Rio de Janeiro, em seguida no Rio Grande do Sul. Ele solicitou demissão do Exército, por duas vezes, a última às vésperas de opor-se contra o governo Arthur Bernardes, pretendendo criar a impressão de que abandonara categoricamente as Forças Armadas, o que decorreria a facilitação de sua participação na conspiração dos “tenentes” (PRESTES, 1990).

Luís Carlos Prestes foi uma marcante figura no cenário político brasileiro. Como líder revolucionário cumpriu importante papel no processo político republicano. Segundo Segatto (1998), ele foi transformado em herói popular, glorificado, aclamado e mitificado pelos admiradores e correligionários. Contudo, pelo fato de ter insurgido contras às injustiças sociais e contestado o

poder dominante, foi reprimido e perseguido, ainda que tenha despertado respeito de seus diversos adversários e inimigos.

Ainda segundo Segatto (1998), a sua biografia é confundida com a história brasileira vivenciada no século XX e ainda com a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - dirigente por um longo período e também do movimento comunista nacional.

O Partido Comunista foi um partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o propósito principal de fazer no Brasil uma revolução proletária que substituísse a sociedade capitalista em gestação, por uma sociedade socialista.

O congresso de fundação do PCB realizou-se em Niterói, reunindo alguns poucos operários e intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Quase todos os fundadores haviam iniciado sua militância política nos meios anarquistas e só se converteram ao comunismo após a vitória da Revolução Russa de 1917. Entretanto, logo após a repercussão de congresso de sua fundação, em junho de 1922, o presidente Epitácio Pessoa colocou o partido na ilegalidade, condição em que passaria a maior parte de sua existência. A Figura 1 ilustra a manchete da criação do PCB.

Figura 2: Criação do Partido Comunista no Brasil em 1922.



Fonte: Acervo O Globo. **Partido Comunista, fundado em 1922 no país, fica clandestino por longos períodos.**

Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/partido-comunista-fundado-em-1922-no-pais-fica-clandestino-por-longos-periodos-21087822#ixzz5qwnAKfuN>>. Acesso em: 12 de dez. 2019.

O partido existiria a partir de então entre a legalidade e ilegalidade por algumas vezes. Em janeiro de 1927 o PCB recuperou a legalidade, e formou-se o Bloco Operário Camponês, porém em agosto deste ano voltou a ser ilegal. Já, em outubro, o Bloco Operário Camponês (BOC), recebeu

nova denominação, passando a ser chamado do Bloco Operário. Estes fatos ainda ocorreriam outras vezes durante a existência do BOC nos anos pós-30.

A CRIAÇÃO DO MITO LUIZ CARLOS PRESTES

Quando Prestes aderiu ao PCB, durante a década de 1930, ele já trazia na bagagem autoridade considerável, adquirido em detrimento de sua participação proeminente nas revoltas "tenentistas". A liderança desempenhada em um dos acontecimentos mais distintos da epopeia revolucionária adjudicou ao jovem capitão ampla notoriedade (MOTTA, 2004).

Segundo relatos:

Estamos falando, evidentemente, da Coluna militar que se embrenhou pelo interior do Brasil entre 1925 e 1927, fugindo à perseguição das forças legalistas e tentando levar a chama revolucionária aos mais distantes rincões. A imprensa batizou o pequeno exército rebelde de "Coluna Prestes", em homenagem ao militar gaúcho que a comandava. Na verdade, o comando formal era exercido por Miguel Costa, oficial da Força Pública de São Paulo. O cargo ocupado por Prestes era o de Chefe do Estado-Maior. De início, o nome de Costa também foi associado à Coluna, mas, aos poucos, predominou a referência exclusiva a Prestes, que assumiu de fato a liderança do exército revolucionário (MOTTA, 2004, p. 34).

A Coluna Prestes foi um dos mais importantes movimentos políticos, onde os militares lideraram atacando os grandes latifundiários e lutando contra a estrutura governamental da República Oligárquica. Esse movimento tentava corrigir o sistema fraudulento que se instalou na política brasileira, que favorecia as oligarquias, ele se deu pela insatisfação do povo à forma de governo na República Velha, onde os barões do café, considerados os donos do poder, manipulavam toda a estrutura política local. Com isso, jovens inflamados pelo espírito revolucionário estiveram dispostos a combater esse regime, pondo em risco a própria vida pelo ideal que os movia (BASTOS, 1986).

Existem diversos fatores que levaram a formação da Coluna Prestes, dentre eles vale destacar a situação internacional e nacional da época, bem como os interesses egocêntricos das oligarquias dominantes e movimentos populares ainda que bem tímidos a seu propósito, foram minando as conjunturas políticas estabelecidas, tendo como principal objetivo, depor o presidente Artur Bernardes.

Segundo Souza (2005), não se falaria da Coluna Prestes sem destacar uma juventude de oficiais do exército brasileiro, que iniciou essa luta gerando muitos frutos para sociedade brasileira,

ficando reconhecida na história como o ponto culminante do movimento Tenentista, iniciando um processo de mudanças no sistema político do Brasil.

A 1ª guerra mundial se torna um dos fatores que agravaria a estrutura da economia brasileira e da situação das massas urbanas que foram obrigadas a enfrentar os efeitos de uma escassez, altas de preços, encarecimento do custo de vida, etc

A FORMAÇÃO DA COLUNA PRESTES, SUAS CARACTERÍSTICAS E AS LUTAS CONTRA AS OLIGARQUIAS, AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Depois de algumas revoltas em unidades militares houve uma violenta repressão por parte do Governo: os alunos da Escola Militar foram expulsos e os tenentes revolucionários, presos e processados. Dois anos depois, a intransigência do governo Bernardes fez eclodir novos movimentos, em julho de 1924, em São Paulo, comandado pelo Major Miguel Costa e em outubro, no Rio Grande do Sul comandado pelo capitão Luiz Carlos Prestes. A capital paulista chegou a ser tomada pelos revoltosos, teve um bombardeio aéreo e outro por artilharia, causando muitas vítimas entre os militares revoltosos e os civis.

No Paraná, as colunas fundiram-se para constituir o que ficou conhecido como a “Coluna Prestes”. Sua organização ficou da seguinte forma: Comando Geral liderado por Miguel Costa, Estado Maior, por Luiz Carlos Prestes e quatro brigadas comandadas por tenentes.

Ápice do movimento tenentista para uns, ato profundamente heroico para outros, a Coluna Prestes percorreu o Brasil representando um forte abalo no seio da estrutura militar e seu sistema hierárquico.

A Coluna Prestes pretendia conscientizar a população e aumentar suas fileiras a fim de provocar uma revolução percorrendo o Brasil, especialmente no interior onde era mais propícia a sua passagem, evitando assim, as tropas legalistas nos grandes centros urbanos. Buscavam incitar no povo um sentimento de revolução contra as elites agrárias se objetivando na queda do presidente Arthur Bernardes, no fim da desigualdade social e em melhores condições para educação no país. Para Sodré (1985, p. 46): “Essa Longa Marcha, pontilhada de sacrifícios e de heroísmo, foi encarada, desde o início, como a única forma de assegurar a continuidade do processo revolucionário, tal como o concebiam os protagonistas da época.” Pode-se confirmar isso pela observação de LIMA (1979, p. 149), em sua crônica: “O nosso fim imediato era manter a Revolução em armas e propagá-la por todo território nacional.”.

De acordo com Reis (2014), A carta a Isidoro Dias Lopes, Luiz Carlos Prestes deixa claro quais eram seus objetivos militares e suas perspectivas com relação ao movimento revolucionário:

Com minha coluna armada e municada, sem exagero, julgo não ser otimismo afirmar a V. Exa. que conseguirei marchar para o norte e dentro de pouco tempo atravessar o Paraná e São Paulo, dirigindo-me ao Rio de Janeiro, talvez por Minas Gerais.(...) Espero, porém, de vosso esclarecido espírito e reconhecida prática de comando as necessárias ordens a fim de poder o mais eficazmente auxiliar a revolução, cuja vitória final parece não mais ser duvidosa. (...). (PRESTES apud REIS, 2014, p. 111).

A coluna que marchava pelo interior e era vigiada pelos latifundiários, tentava manter viva a ideia revolucionária, porém, encontrava dificuldades, não só na lida com a natureza como também com a população que era pobre e ignorante. A conjuntura política, econômica e social do sertão era delicadíssima, a realidade do nordeste brasileiro chocou os membros da Coluna Prestes, a qual estava mal preparada para lidar com os jagunços. A decepção dos revoltosos é notória no livro de Lourenço Moreira Lima, o secretário da Coluna. Para ele, o povo do sertão era quase subumano:

No interior, o povo é semi-bárbaro, não tendo noções nítidas de Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento de escravidão e vive aterrorizado diante o seu senhor. (...) acostumado a ser esmagado pelo poder público, encara o seu esmagamento secular como uma fatalidade do destino contra o qual se senti incapaz de reagir. (LIMA, 1979, p.310)

Apesar do empenho na luta por melhores condições de vida para o país, a coluna não alcançou a adesão necessária para consolidar seu movimento, principalmente quando encontrou um povo incrédulo e desconfiado não conseguindo superar essa não reciprocidade. Isso fica claro nas palavras de Sodré (1985, p.53): “uma causa nem sempre é aceita e esposada por ser justa apenas. É preciso, mais do que isso, que ela encontre correspondência no nível de consciência daqueles mesmos a que pretende libertar”.

A Coluna Prestes era formada pela jovem oficialidade do Exército e Marinha, por militares de baixa patente e civis simpatizantes à causa como já foi colocado em algumas ocasiões no trabalho, sua duração foi de julho de 1924 a março de 1927. Durante aproximadamente três anos, os tenentes percorreram a pé e a cavalo cerca de 25.000 km. O número de integrantes no seu início era algo entorno de 1500 homens, variando em função das regiões por onde passavam, da adesão da população oprimida pelas oligarquias e pela repressão contra eles empreendida através do governo e dos coronéis.

Como os revoltosos eram sempre em menor número que as tropas legalistas, eles optavam por táticas de despistamento, onde eram espalhados boatos sobre a intenção da coluna de passar por

determinado lugar, quando na verdade, ela estava bem longe dali, também utilizavam ações de guerrilha, principalmente a guerra de movimento, na qual os rebeldes procuravam não ficar mais de 48 horas em lugar algum, para evitar confrontos com as forças governamentais, apesar disso, travaram cerca de cinquenta e três combates.

A coluna cometeu muitos delitos por onde passou. Há relatos de saques e estupros em algumas comunidades, mas os crimes eram punidos com rigor pelos líderes do movimento, às vezes até mesmo com a execução dos culpados.

Apesar de todas as dificuldades que impossibilitaram que Prestes e seus comandados atingissem seu objetivo principal, que era destituir o presidente Artur Bernardes, a Coluna Prestes marcou época pelo seu aguerrido combate em busca de reformas, que por meio de comícios e manifestos, denunciavam à população a situação política e social do país e principalmente, por nunca ter sido derrotada. Como observou Anita Prestes (1990, p.113): “A coluna jamais foi derrotada, tendo combatido com forças muitas vezes superiores em homens, armamento e apoio logístico.”

O autor Nelson Werneck Sodré, ressalta o papel histórico da Coluna Prestes:

Se quase nunca os indivíduos têm plena consciência do papel que representam, ainda aqueles que se destacam como grandes figuras históricas, é também verdade que o próprio processo, isto é, a prática, lhes permite, por vezes, a tomada de consciência, parcial ou total (se é que esse nível é atingível), e, de forma considerável, as mudanças de atitude que se tornam necessárias para enfrentar as contingências.(SODRÉ, 1985 pp. 63-64).

A Coluna Prestes registrou uma ocasião muito importante na história brasileira, auxiliando no entendimento de movimentos sociais de gênero político que ocorrem a todo instante no Brasil. Com a organização desses movimentos e os resultados alcançados, a coluna trouxe um grande exemplo para ajudar a entender os movimentos que estão ocorrendo atualmente no Brasil, alguns de esfera local e outros de caráter nacional. A Coluna possibilita analisar uma realidade local para identificar as formas e comportamentos com que os grupos se coordenam para defender seus interesses e seus direitos.

Anita Prestes, num de seus registros, ressalta o quanto foi importante para os movimentos os objetivos atingidos por eles:

A Coluna Prestes e os movimentos dos “tenentes” sacudiram o país e empolgaram as populações urbanas, o que foi usado com habilidade pelas oligarquias dissidentes, ansiosas por mudanças no sistema político dominante, que lhes permitissem aumentar seu poder

decisório na vida nacional. Com a vitória da chamada “revolução de 30”, esse objetivo seria alcançado. (PRESTES, 1995, p. 103).

Observa-se a importância da coluna, para os movimentos que se seguem ao redor do país, quanto aos objetivos alcançados no decorrer dos anos, podendo inflamar os injustiçados ao combate para melhorias possíveis seja social, política, econômicas ou semelhantes.

A Coluna Prestes nunca amargou o gosto da derrotada, embora tenha combatido forças com superioridade em homens, armamento e apoio logístico. Os principais comandantes do Exército nacional não conseguiram desbaratar a Coluna, sofrendo pesadas perdas e sérios contratempos impostos pelos rebeldes. Em sua viagem pelo Brasil, os revoltosos derrotaram dezoito generais ao adotar a tática da guerra de movimento, que garantiu sua sobrevivência mesmo em condições extremamente desfavoráveis (BASTOS, 1986).

O fracasso governista no combate à Coluna tornou-se evidente diante da vantagem que a Coluna adquiria com sua mobilidade extrema, o que dificultava ao máximo a ação dos legalistas. Apesar disso, Prestes compreendeu que havia chegado a hora de mudar de tática. Uma nova visão do Brasil que ele adquirira durante o calor da marcha, deparando-se com a miséria em que vegetava a maior parte da população do país, ficou nítida a intenção do fim da marcha. Com isso, o comando da Coluna tomou a decisão de partir para o exílio, ingressando na Bolívia. Como assinalou o cronista da Marcha, Lima (1979, p.500): “Não vencemos, mas não fomos vencidos”.

Apesar das dificuldades os rebeldes chegaram à Bolívia com o moral elevado, convictos de que haviam cumprido o seu dever, sem nada receber em troca.

A PROPAGANDA FAVORÁVEL E CONTRÁRIO À COLUNA PRESTES

Os editoriais e as colunas jornalísticas dos principais jornais do Ceará durante o período da passagem da Coluna Prestes no estado estavam regressados para discorrer sobre a incursão dos rebeldes. As manchetes diárias ilustravam frases contra os revolucionários “revolucionários nunca!; invasão do estado pelos sediciosos” “mais uma selvageria dos rebeldes” A Figura 2 ilustra alguns fragmentos expostos pelas manchetes (OLIVEIRA, 2011).

Figura 2: Manchetes contrárias à Coluna Prestes - Jornal —O Nordeste, nº 1061. 18/01/1926



Fonte: Oliveira (2011)

Frequentemente os relatos dos jornais traziam como característica, feições da antimoralidade e do antipatriotismo conexos à Coluna, já que para esses impressos, a Marcha conceberia um maldoso exemplo à sociedade. O jornal, além de simplesmente informante, configura-se como um formador de opinião pública. Logo, esses jornais misturavam notícias de modo informativo com artigos de conteúdo político, acenando para posicionamentos contrários à Coluna e da ação de seus membros (OLIVEIRA, 2011).

A influência da mídia não é imediata, mas sim, progressiva e construída para sua própria sustentabilidade. Segundo Breton (1999) a publicidade é “tudo menos um poder de orientação e formação de consciência (...) é um poder sem consequências” (p.12), o que está equivocado, segundo Bobbio (1997), pois todo poder trás grandes responsabilidades e consequências, sejam elas boas ou más. Segundo alguns teóricos, como o próprio Bobbio, a mídia tem um poder ideológico muito grande e isso pode e é utilizado na inserção de novos conceitos, seja na moda, comportamento e etc.

A influência da mídia não é imediata, mas sim, progressiva e construída para sua própria sustentabilidade. Segundo Bobbio (1997), todo poder traz grandes responsabilidades e consequências, sejam elas boas ou más. A mídia tem um poder ideológico muito grande e isso pode e é utilizado na inserção de novos conceitos, seja na moral, moda, comportamento e etc.

De acordo com Angrimani (1995), o sensacionalismo é tudo aquilo que produz sensação, seja ela intensa para admirar, chocar ou emocionar. Sensacionalista é a primeira palavra utilizada

pela maioria das pessoas para criticar uma publicação. Sempre que é publicada, uma notícia sensacionalista se torna de interesse do público, seja ela chocante ou não. Porém, na maioria das vezes a notícia é de baixo teor de seriedade e credibilidade.

O veículo que adere à linguagem sensacionalista nas suas editorias é visto de forma pejorativa perante os outros, já que o termo está relacionado com a ausência de verdade, com a falta de apuração, falhas e/ou desvios jornalísticos. Teixeira (2011) informa que até mesmo fatos fictícios eram retratados com manchetes alarmantes, para conseguir assim chamar a atenção do leitor.

Quando se enclausura um veículo nessa denominação, se faz também uma tentativa de colocá-la à margem, de afastá-lo das mídias “sérias”. Se um jornal (telejornal, ou rádiojornal) é tachado de sensacionalista, significa para o público que o meio não atendeu às suas expectativas. Na abrangência de seu emprego, sensacionalista é confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo – que são acontecimentos isolados e que podem ocorrer dentro de um jornal informativo comum. (ANGRIMANI, 1995, p. 41).

O sensacionalismo alimenta o subconsciente das pessoas devido ao fato de assumir um caráter desafiador de acordo com o nível que a informação possui, visto que, dependendo da relevância a informação pode causar certa comoção no espectador, já que o intuito do mesmo é escandalizar, impactar e provocar sensações para conseguir uma parcela do público que não é naturalmente captada para assim conseguir uma audiência maior. (ANGRIMANI, 1995).

Mcluhan (1967) apud Cohn (1987) afirma que o meio é a própria mensagem, o que foi considerado uma revolução para a época. A ideia remetia a um total descompromisso com as informações, não considerando a mensagem, mas sim somente o meio, não levando em consideração outros fatores importantíssimos como cultura familiar, idade e outros.

Segundo Oliveira (2011), por meio dos registros dos conteúdos oferecidos sobre a Marcha, foi possível constatar nos noticiosos examinados, uma visão contrária a ela. Acenando para uma marca sombria. “Longe de fazermos apologia à Coluna Prestes, nossa inquirição se pauta em abranger como os noticiosos locais construíram essas imagens, visões e posicionamentos sobre os membros da Coluna, quando de sua passagem pelo Ceará”.(p.37).

Ainda prossegue o autor ratificando que no desenho dos caminhos da Coluna Prestes, determinadas localidades foram itinerários do movimento dos tenentes. Os impressos ofereciam a presença dos integrantes como uma colonização, ocasionando pavor à população local e,

especialmente, ao abalizarem para os prejuízos econômicos, assinalados pelos saques de víveres, instrumentos domésticos e pilhagens (OLIVEIRA, 2011).

A coluna Prestes percorreu várias regiões do Brasil vivenciando inúmeras situações com relação às populações e forças políticas daquela época. Nas áreas rurais o que se via era um regime de quase escravidão imposto pelos grandes latifundiários chamados de “coronéis”. Esse regime se dava pela opressão, causando grande dependência e principalmente a falta de terras para a população que se conformava com aquela situação.

Para Prestes (1990), os revoltosos não perceberam que o maior problema das populações rurais, era a falta de terras e que se a coluna se levantasse a favor da reforma agrária talvez, tivesse tido um melhor aproveitamento no sentido de aumentar seu contingente, porém isso não ocorre, devido ao seu discurso liberal que não dizia nada para as populações do interior.

Alguns excessos foram cometidos pelos revoltosos quando estes tinham que requerer alimentação e material, causando pânico em algumas regiões por onde passaram. Entretanto, a coluna conseguia angariar simpatia com o seu comportamento quase sempre respeitoso.

Segundo PRESTES, (1990 p.339) “Havia, pois, um misto de admiração e medo, de simpatia e hostilidade em relação à Coluna por parte das populações rurais.”.

O povo do campo vivia uma realidade muito diferente daqueles que eram das camadas médias das grandes cidades. Enquanto os camponeses aceitavam a dominação oligárquica, as populações médias urbanas buscavam apoiar a coluna que expressava os mesmos anseios de vários setores da sociedade civil.

De acordo com Anita Preste:

A coluna estava longe, embrenhada pelo interior do Brasil, mas contava com a simpatia geral das populações urbanas. Jamais um movimento “subversivo” tivera semelhante índice de popularidade no país como a Coluna Prestes. (PRESTES 1990, p.352)

A supracita autora mostra abertamente a vontade de políticos e civis em participar das lutas por mudanças no Brasil quando diz:

Visando à luta por mudanças a nível nacional, capazes de permitir a ampliação do poder decisório dos setores oligárquicos dissidentes, Assis Brasil e seus correligionários lançavam mão do programa de demandas liberais que já vinha sendo adotado, em maior ou menor medida, desde 1922, pelas demais forças de oposição nacional a Artur Bernardes: as oligarquias dissidentes de outros Estados, os “tenentes” e diversos setores das camadas médias urbanas e da opinião pública do país. (PRESTES 1990, p.357)

Tão importante quanto a participação dos civis no movimento foi a publicação dos jornais “O 5 de Julho” e “O Libertador” que divulgavam a participação civil no movimento tenentista, como conta PRESTES (1990, p.364): “Em suas páginas é possível encontrar documentos importantes dos revolucionários, assim como matérias em defesa dos ideais liberais dos “tenentes” e de esclarecimento da sua atuação em diferentes pontos do país.”.

Na visão de Mattos (2004), quando aderiu ao PCB, nos anos de 1930, Prestes já tinha bagagem de prestígio vultoso, evidentemente, da Coluna militar que se embrenhou pelo interior do Brasil entre 1925 e 1927, fugindo à perseguição das forças legalistas e tentando levar a chama revolucionária aos mais distantes rincões. O noticiário publicado por alguns jornais acerca dos feitos da Coluna exaltavam a figura do jovem capitão, acabando por transformar Prestes em mito, até mesmo adjudicando-lhe o apelido que o seguiria por décadas: O Cavaleiro da Esperança. Ele assumiu as pretensões dos segmentos da população brasileira que ponderavam cogente modificar as estruturas políticas e sociais do país.

Se, para os revolucionários, Prestes era o "Cavaleiro da Esperança", para os anticomunistas ele estava mais para "Cavalleiro da Lua", como o chamou Assis Chateaubriand num de seus famosos editoriais. Segundo o dono dos Diários Associados, Prestes seria um lunático que estaria "engazopando" os operários. De acordo com um artigo publicado pelo Jornal do Brasil pouco após o levante de 1935, ele seria o "Cavaleiro da Esperança... gorada". Para um autor anticomunista cujo livro foi publicado em 1946, no contexto da redemocratização, Prestes era, na verdade, o "Cavaleiro da Desesperança", já que seria "servo fiel da Rússia Vermelha". O líder comunista chegou mesmo a ser chamado, numa versão escatológica, de "Cavaleiro do Apocalipse" (MOTTA, 2004, p.94).

Motta (2004) ainda ressalta que para os anticomunistas eles ainda criam na eficácia política do processo de constituição do mito de Prestes, já que trataram de combatê-lo e ainda torna-lo vazio. Ao mito Prestes, em parte adequado, em parte edificado pelos comunistas – combateram representações antagônicas, retratando o "Cavaleiro" com tipos negativos, ou seja, uma visão em que Luís Carlos Prestes não cumpre o papel do salvador nem daquele que abre os caminhos do futuro, mas uma imagem da traição, do acovardamento e da submissão ao estrangeiro.

CONCLUSÃO

Os movimentos rebeldes que surgiram ao longo da década de 1920, tiveram como sintomas o contexto social e político daquele período no Brasil e no mundo.

O mundo vivia um pós-guerra de oscilações econômicas que afetavam os produtos de exportação no Brasil, fazendo com que o país atravessasse uma grave crise. Com isso, diversos

grupos se aproveitaram da situação de descontrole no país, para se organizar e lutar pelos seus interesses contra as imposições colocadas pela República Oligárquica.

Depois de algumas derrotas dos levantes rebeldes para as forças legalistas do governo, os militares tomaram a frente dos movimentos formando o que mais tarde viria a ser um dos mais importantes levantes reivindicatórios da história do país, ficando conhecido como a Coluna Prestes.

Os membros da Coluna Prestes passavam pelas cidades divulgando a tirania e as desigualdades sociais, defendendo mudanças na política da época. Apesar do empenho nessa luta, os revoltosos tiveram muitas dificuldades, principalmente com relação à logística que era precária. Isso fez com que alguns de seus integrantes cometessem alguns delitos esporádicos, mas logo sendo punidos severamente pelo seu comando. Esse ambiente de incertezas em que viviam as populações por onde a coluna passou, fez com que o povo não aderisse ao movimento como imaginavam os revoltosos.

O mito Luís Carlos Prestes nos deixa de legado é a certeza que sem luta, nada se consegue. Para ela, era preciso manter sempre vivo um espírito revolucionário incutido nas populações mais prejudicadas para abrir possibilidades de mudança.

Prestes foi o principal herói da luta contra os políticos relacionados à situação dominante. Ele gradativamente assumiria o papel dos mitos políticos contemporâneo, legendário, que primava pela esperança de um futuro melhor para todos.

BIBIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas**. In.: _____. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ANGRIMANI, S, DANILO. **Espreme que Sai Sangue**, Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Ed. 1. São Paulo: Unesp, 1997.
- BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. Ed2. São Paulo: Loyola, 1999.
- COHN, Gabriel. “O meio é a mensagem: análise de McLuhan”. In: *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, TA-Queiroz, 1987. Pág. 363-371.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Corpo** Fazendo História Nova. A Crise Econômica de 1929. Disponível em: <<http://fazendohistorianova.blogspot.com/2017/05/a-crise-economica-de-1929.html>>. Acesso em: 20 de dez. 2019
- MOREIRA LIMA, Lourenço. **A Coluna Prestes: Marchas e Combates**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- MOTTA, Rodrigo Patto. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. N.1 34. julho-dezembro de 2004. p. 91-115.
- OLIVEIRA, Alex Alves de Representações da passagem da coluna prestes no sertão cearense / Alex Alves de Oliveira. — Fortaleza, 2011.
- PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995
- REIS Filho, Daniel Aarão Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SEGATTO, José Antônio. Do Comunismo ao Tenentismo. *Revista Novos Rumos*. N. 28, v.13, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna prestes**: Análise e depoimentos. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1985.
- SOUZA, José Augusto. A coluna Prestes em discursos. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

TEIXEIRA, R, MARIELI, **As Propriedades do Jornalismo Sensacionalista: Uma Análise da cobertura do caso Isabella Nardoni**, 122 f. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Mestrado, Faculdade de Comunicação Social, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2011

HISTÓRIA

Como citar: MARTINS, Márcio Aurélio Furtado. *Em busca da felicidade e a famosa frase de Franklin “Join, or Die”. (1770-1776)*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 12, julho. 2020. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

EM BUSCA DA FELICIDADE E A FAMOSA FRASE DE FRANKLIN “JOIN, OR DIE”. (1770-1776)

Por: Márcio Aurélio F. Martins⁷⁷

⁷⁷ Graduado em Licenciatura de História pelas Faculdades Integradas Simonsen, e Licenciamento de Geografia pela mesma Instituição, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Gralha.

RESUMO: Liberdade não era o que os colonos ingleses haviam planejado, não havia possibilidade de uma simples colônia lutar pela sua independência. Lutar pela independência seria lutar contra a maior potência do mundo, vencedora de todas as guerras em que havia se envolvido. Os colonos ingleses, súditos da coroa inglesa, não estavam dispostos a lutar por uma Pátria que não existia; os colonos ingleses não queriam ser reconhecidos como simples colonos, os colonos exigiam que a Monarquia os reconhecesse como súditos da coroa inglesa e se manifestavam contra os impostos abusivos. Em consequência das manifestações e das pressões da Monarquia, os colonos perceberão que não havia mais possibilidade de negociar com a Metrópole, era necessário fazer-se a separação.

PALAVRA CHAVE: Liberdade – Felicidade – Esperança.

ABSTRACT: Freedom was not what the English settlers had planned, there was no possibility of a simple colony fighting for its independence. To fight for independence would be to fight against the greatest power in the world, winner of all the wars in which it had been involved. The English settlers, subjects of the English crown, were not willing to fight for a Fatherland that did not exist; the English settlers did not want to be recognized as mere settlers, the settlers demanded that the Monarchy recognize them as subjects of the English crown and demonstrated against the abusive taxes. As a consequence of the manifestations and pressures of the Monarchy, the settlers will realize that there was no more possibility of negotiating with the Metropolis, it was necessary to make the separation.

KEY WORD: Freedom – Happiness – Hope.

Introdução:

A independência dos Estados Unidos conquistada ao som das baionetas é um modelo de narrativa divulgado por aqueles que estão no poder e propagandeada nos filmes de Hollywood.

“Nação” significa conviver em um espaço geográfico com um grupo que compartilha de uma identidade, cultura, idioma, política e religião. A História de uma nação está associada a seu passado histórico, a história que se aprende de certa forma está ligada à ideia de nação. Nação e povo significa ter a consciência de um passado comum, passado real ou imaginário; a consciência de uma identidade nacional dificulta e separa o concreto do construído. Os americanos afirmam serem descendentes do Mayflower, os judeus de Davi e os brasileiros dos portugueses, isso legitima o imaginário, significa a consciência de um passado comum, nacionalismo e a construção de um modelo de História, que tem a finalidade de agradar um determinado grupo e legitimar a existência do estado nacional. A monarquia inglesa estava envolvida em constantes guerras, o que impediu a Grã-Bretanha de dominar melhor as 13 colônias na América. A Europa estava envolvida em guerras por diversos motivos, econômicos e religiosos. A guerra dos sete anos teve seu fim com a vitória da Inglaterra sobre a França; o fim da guerra obriga a França a ceder seus territórios à Inglaterra. A vitória inglesa trouxe junto a conquista da paz, a Inglaterra sem guerras pôde se preocupar com o sistema colonial inglês e com a administração de suas colônias. A vitoriosa Inglaterra, apesar de ter ganhado a guerra, junto com a conquista a guerra custou um preço muito alto a ser pago. A vitória teve um gosto amargo, a conquista da Coroa inglesa causou um déficit devido aos gastos com a guerra e para minimizar os prejuízos econômicos a Inglaterra teve que taxar suas colônias. Após o fim da Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra se torna a potência mais poderosa do mundo, passa a ter uma estabilidade política. As treze colônias gozavam de certa autonomia, não havia um sistema colonial rígido associado aos impostos tão pesados a serem pagos. Metrópole tão distante do outro lado do oceano, dificilmente a Coroa inglesa interferia na vida dos colonos ingleses.⁷⁸

O fim da Guerra Franco-Indígena elimina a ameaça francesa na América, obrigando os franceses a ceder à Inglaterra as colônias do Caribe e Canadá, os franceses têm a oportunidade de se vingar da Inglaterra quando os colonos ingleses se revoltam para obter sua independência. A crise financeira em que a França se encontra devido à ajuda concedida às 13 colônias posicionou a dinastia dos Bourbon em cheque, e será um dos fatores que dará início à Revolução Francesa. A Guerra Franco-Índia ensinou os colonos ingleses a lutar para obter seus benefícios pessoais. No ano

⁷⁸ PINSKI, Jaime, **Por que gostamos de História**, Contexto, pp 79, 80, 81.

KARNAL, Leandro, **História dos Estados Unidos dos origens ao Século XXI**, Contexto, pp 72, 73, 74.

de 1754, em Nova York, surge um projeto de unir as 13 colônias, “*Jon, or die*”. A primeira caricatura norte-americana a favor da união das 13 colônias, que significa faça a união das colônias ou desapareça. Benjamin Franklin acreditava que as 13 Colônias, unidas, fortaleceriam os colonos contra a ameaça dos inimigos externos. A Guerra dos Sete Anos plantou as sementes que dariam início à independência das Treze Colônias.⁷⁹

A Inglaterra começa a impor mais pressão sobre as colônias; novas leis são impostas às 13 Colônias que se vêem pressionadas pela Metrópole. Ao fim da Guerra dos Sete Anos a Inglaterra estava em déficit, e precisava salvar sua economia. Para isso, estipulou impostos pesados às 13 colônias, alegava que a ajuda concedida aos colonos foram gastos desnecessário e os colonos podiam resolver os problemas da guerra sem a ajuda da Coroa inglesa. A Inglaterra alegava que os gastos feitos na guerra deveriam ser pagos pela colônia. Buscava meios e métodos disponíveis para se livrar da crise. Não eram só os impostos que desagradava aos colonos; com o fim da Guerra dos Sete Anos os colonos se vêem obrigados a conviver com a presença militar inglesa e ainda têm um gasto de 400 mil libras para manter um exercito fiscalizando. A Metrópole se torna uma barreira para os colonos. Resolvidos os problemas da Guerra dos Sete Anos, novos conflitos surgem entre colonos e índios; os colonos desejavam se expandir entre os Montes Apalaches e o Rio Mississipi, o Rei Jorge III proibia os colonos de invadir e desrespeitar as áreas indígenas. A Metrópole não respeitava os interesses da colônia, os colonos se sentiram muito pressionados e prejudicados com as medidas de sua Metrópole.

Os motivos que levaram os colonos a lutar contra a Inglaterra não foram o desejo de liberdade e amor à Pátria, e nem o sentimento nacionalista foi suficiente para influenciar a luta de independência americana. Os verdadeiros motivos foram a insatisfação com os impostos cobrados pela Coroa inglesa. Não existia o sentimento de nacionalismo e amor à Pátria, a luta pela independência na verdade nunca existiu, foi motivada pelo sentimento antibritânico e podemos afirmar que, de fato, foi uma luta pela redução dos impostos.

Em 1770, as colônias continentais enviaram para os comércios das Índias Ocidentais quase um terço de suas exportações de peixe seco e quase todo peixe salgado que tinham, sete oitavos de sua aveia, sete décimos de seu trigo, quase toda a sua ervilha e feijão, metade de sua farinha de trigo, toda a sua manteiga e queijo, mais de um quarto de seu arroz, quase toda a sua cebola; cinco quintos de suas tabuas de pinho, carvalho e cedro, mais da metade de suas aduelas, quase todos os

⁷⁹ KARNAL, Leandro, História dos Estados Unidos das origens ao Século XXI. Contexto, pp 75, 76.

HOBESBAWN, Eric J, A era das Revoluções, Paz e Terra, pp 53, 54.

seus arcos; todos os seus cavalos, carneiros, porcos e galinhas; quase todo o seu sabão e velas. Riqueza essa acumulada com os comércios das Índias, comércio esse que serviu de base para o sustento da Nova Inglaterra.⁸⁰

A Nova Inglaterra era uma nova concorrente de sua própria metrópole. As sucessivas leis impostas pela Coroa inglesa, não impediam que suas colônias competissem com a sua metrópole gerando um grande déficit devido à competição com os comércios das Índias.⁸¹

A rivalidade entre a Nova Inglaterra e a velha Inglaterra era inevitável. A Nova Inglaterra estava capacitada, em virtude da sua situação, a vender seus produtos agrícolas mais barato do que seus competidores do velho continente. Com esse quadro a Coroa inglesa estava perdendo para as suas colônias meio milhão de libras no mercado competidor.⁸²



Figura 1 - PEDRO TOTA, Antonio. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2013, P 21.

As Leis de Ruptura

A Lei do Açúcar e o imposto sobre o melaço estrangeiro obrigavam os colonos a pagar impostos adicionais sobre açúcar e os artigos de luxo, vinho, café, roupas. Desde 1733 já havia impostos semelhantes, o que não havia era a rigorosidade na cobrança dos impostos. Os colonos estavam insatisfeitos com os impostos; o que irritava os colonos era a rigorosidade e a forma que a Inglaterra queria obrigar os colonos a pagar os impostos. A Lei do Açúcar dificultava a compra e destruía uma tradição antiga dos colonos, o comércio triangular no qual os colonos compravam o

⁸⁰ PINSHY, Jaime. **Historia da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2013. P 71

⁸¹ _____ Jaime. **Historia da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2013. P 71

⁸² _____ Jaime. **Historia da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2013. P 71

melaço onde a oferta de compra fosse mais a conta. A Lei do Açúcar mostrava os objetivos da Coroa Britânica: a Monarquia inglesa queria impor aos colonos seu lugar de colônia e reconhecer a Coroa inglesa e o engrandecimento da Inglaterra como Metrópole das 13 colônias. Os colonos reagiram à lei do açúcar, eles se recusavam a pagar qualquer tipo de imposto, afirmando que não havia representantes da colônia no parlamento e se consideravam súditos do Rei. A Lei da Moeda proibia os colonos de emitir papel moeda, e além da Lei da Moeda foi aprovada a Lei da Hospedagem que obrigava os colonos a fornecer abrigo e alimentação aos soldados da Metrópole na América. A Lei da Moeda e a da Hospedagem revelam os objetivos da Inglaterra, a Coroa Inglesa queria explorar o máximo possível sua colônia.⁸³

O massacre de Boston foi considerado pelos estadunidenses como um ato covarde e desumano praticado pelos ingleses. Os colonos viam os soldados ingleses e seu oficial Thomas Preston como desleais e covardes. Paul Revere noticiou o massacre sofrido pelos colonos ingleses através da sua gravura noticiada no jornal de Boston.



Figura 2 - KARNAL, Leandro, **História dos Estados Unidos das origens ao Século XXI**, Contexto, p 78

O Massacre de Boston

O episódio mais comentado que ocorreu no estado de Boston ficou conhecido como o massacre de Boston. Foi um movimento de protesto contra os atos Townshend. Um dos colonos atirou bolas de neve nos soldados britânicos, o comandante Thomas Preston deu ordens para que os soldados defendessem a assembleia legislativa estadual, localizada no coração de Boston, os soldados assustados acabaram disparando contra os manifestantes. Cinco colonos morreram, seis ficaram feridos, o incidente aconteceu no estado de Boston. No dia 5 de março de 1770, foi

⁸³ KARNAL, Leandro, **História dos Estados Unidos das origens ao Século XXI**, Contexto, pp, 76, 77, 78, 79.

utilizada como propaganda política a imagem de Paul Revere. Era explosiva, o título dizia tudo, “O Massacre Sangrento”. O banho de sangue foi utilizado largamente como propaganda anti-britânica. Parecia ser o início de uma guerra que daria aos colonos a sua independência. Os colonos se aproveitaram do episódio de Boston e souberam como tirar proveito do massacre, e fazer de Boston um instrumento de propaganda política. Os soldados britânicos, em minoria, não tiveram alternativas a não ser disparar contra uma multidão enfurecida; os ingleses se viram encurralados e ameaçados pelos colonos que provocavam os soldados britânicos. Os colonos não estavam totalmente indefesos e desarmados. Parecia que não portavam armas de fogo. Apesar dos colonos não terem armas de fogo, utilizaram pedaços de pau, ferramentas de trabalho, bolas de neve e pedras contra os soldados britânicos, que não tiveram alternativa a não ser disparar contra a multidão enfurecida. O massacre é uma versão da História que os colonos queriam passar. Os colonos expressam todo seu sentimento de revolta, utilizando o episódio de Boston para inflamar a multidão, exposta na gravura de Revere. Boston foi uma fatalidade que os colonos chamaram de Massacre de Boston.⁸⁴

Após o fim da guerra Fraco-indígena, o que na Europa era chamado de a guerra dos sete anos, os colonos ganharam a guerra e perderam a paz. A metrópole está disposta a tirar seus prejuízos e, para isso, se fez necessário a taxaço de impostos. A Coroa inglesa não se importava com a insatisfaço dos colonos, e não se importava em impor os impostos mais pesados possíveis.

Os colono, diante das suas insatisfaço tentavam negociar de forma pacífica, mais a medida que os colonos tentavam negociar, os impostos eram cobrados pela Coroa de forma mais pesada. Os colonos perceberam que era perda de tempo tentar negociar, mas era muito importante para eles insistir em tentar negociar, só que infelizmente a Metrópole parecia não permitir nenhum tipo de negociaço.

A Concorrência no Mercado Competidor.

A Inglaterra não media esforços para fortalecer o sistema mercantilista, tentava controlar e submeter a colônia, na tentativa de se fortalecer cada vez mais, e pretendia fortalecer e melhorar seu sistema mercantilista. Passou o monopólio do comércio do chá para as mãos do comércio das Índias, na tentativa de fortalecer o comércio das Índias que estava à beira da falência. O chá era uma tradição não só nas colônias como na metrópole inglesa, o preço do chá vinha baixando, o que tornava o preço do chá mais barato e acessível a todos, por isso passou a ser uma bebida popular.

⁸⁴ REVERE, Paul, Gravura do massacre de Boston.

Com o fortalecimento da Companhia das Índias Orientais e o controle da venda do chá passando para as mãos do comércio das Índias, o preço aumentava e dificultava à colônia importar o chá. Os colonos ficaram insatisfeitos com o aumento do preço. De início reagiram de forma pacífica, substituíram o chá por café e chocolate tentando fugir do imposto inglês. Mais uma vez a ousadia dos colonos rebeldes chegava ao limite: na noite de 16 dezembro de 1773, 150 colonos disfarçados de índios invadiram e jogaram os carregamentos de chá inglês ao mar no porto de Boston. Era a *Boston Tea Party* (festa do chá de Boston). Segundo Leandro Karnal, 340 caixas de chá foram atiradas ao mar, um patriota entusiasmado dizia: “o porto de Boston virou um bule de chá esta noite”. O Parlamento inglês deduziu que os únicos que tinham interesse de destruir o carregamento de chá eram os colonos, que já estavam insatisfeitos com os impostos, e por muito tempo haviam feito revoltas, reivindicações e protestos contra o governo britânico.⁸⁵

Os colonos se manifestavam contra o Parlamento inglês, a Monarquia inglesa tentava pressionar as suas colônias sem perceber os impactos que a repressão causaria nelas. Os colonos reagiram de forma muito agressiva, fazendo protestos e manifestações, tentando convencer a Coroa inglesa a ser mais flexível quanto às leis repressivas. O problema é que cada vez que os colonos faziam suas reclamações, a Coroa inglesa aumentava ainda mais as pressões sobre suas colônias. Os colonos começaram a perceber que não havia mais como negociar com sua Metrópole.⁸⁶

Os colonos tentavam negociar e, à medida que insistiam em fazer a negociação, a metrópole pesava seus impostos sobre eles, que se manifestaram fazendo protestos, boicotes e manifestações visando pressionar a Coroa.

O Parlamento inglês reagiu de forma muito agressiva às rebeldias dos colonos. Foram decretadas as chamadas leis intoleráveis, a mais famosa das quais, interditava o porto de Boston até que fossem pagos todos os prejuízos causados pelos colonos. O porto de Massachusetts foi interdito e submetido à Coroa Real Britânica. Massachusetts se viu obrigada a conviver sobre a ocupação do exército britânico. A Coroa Real mostrava aos colonos que não tolerava nenhum tipo de contestação às sucessivas leis promulgadas pelo Parlamento Britânico. A esperada submissão que os britânicos queriam impôr aos colonos fez nascer o sentimento de revolta; a Inglaterra conseguiu incentivar e unir os colonos. Em busca de uma causa comum, os colonos se uniram para fazer as lutas e manifestações contra Parlamento Britânico. O sentimento antibritânico aumentou cada vez mais, e unia os colonos contra uma causa comum.

⁸⁵ PEDRO TOTA Antonio. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2013,

⁸⁶ PINSKY Jaime. **Historia Através de textos**. São Paulo: Contexto, 2013,

As Influências do Mundo das Luzes:

As grandes mudanças do século XVIII abalaram o mundo e modificaram toda estrutura política europeia. A burguesia sustentava uma corte que era isenta de impostos, tinha o poder econômico e ao mesmo tempo era excluída dos privilégios aristocráticos. Esse quadro político começa a mudar devido aos resultados da Revolução Comercial. A burguesia enriquecida e tendo o controle do mercado financeiro começa a lutar para obter privilégios políticos. Em 1750, com a mudança da mão de obra e o surgimento das fábricas no mercado de trabalho, a burguesia, tendo o poder do capital, luta para reivindicar o poder político. O século XVIII marca o início das ondas revolucionárias que chegaram como tsunami para as monarquias europeias. Em 1688 houve a Revolução Gloriosa na Inglaterra, que depôs os Stuarts do poder. As ideias de Locke se espalham na Europa, atravessam o oceano e chegam ao Novo Mundo, motivando movimentos revolucionários como a independência dos Estados Unidos em 1776 e outros violentamente reprimidos como a Conjuração Mineira de 1789 e a Baianada de 1798 no Brasil. A Revolução Francesa de 1789 foi o mais importante acontecimento do século XVIII, tirou a monarquia do poder e depôs seu rei. A burguesia reivindicava o controle do poder político para si e se inspirava na defesa dos ideais iluministas, “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Não se pode identificar a Independência dos EUA sem conhecer a colonização inglesa e o espaço geográfico das colônias inglesas, e sua cultura sem mencionar a metrópole. A independência foi um processo e a falta de um projeto colonial, a falta de um terreno fértil para o plantio, deu às 13 colônias do norte certa autonomia política, diferente do Brasil grande, imenso com vastas matas e rico de recursos naturais. Quando os ingleses tentaram imitar Lisboa já era tarde, os colonos não iriam aceitar perder seus privilégios, eles iriam lutar contra o sistema colonial. A luta não foi motivada pelo desejo de independência, a luta foi motivada porque os colonos queriam voltar à condição de colônia que era antes, como no Brasil, quando Pombal aprovou a Lei do Quinto e expulsou os Jesuítas de Portugal em 1759. As ideias iluministas se espalhavam pela Europa. Pombal foi o difusor do Iluminismo em Portugal; como Ministro, reformou o ensino e aumentou a taxa de impostos. A proibição de qualquer atividade manufatureira só fez aumentar ainda mais o descontentamento, as medidas de centralização política de Pombal durante o reinado de D. José I distanciavam a colônia da metrópole, as ideias republicanas ameaçavam o Antigo Regime, os

colonos se revoltaram contra os impostos abusivos. No Brasil, a falha dos colonos em suas manifestações foi porque a Coroa portuguesa conseguiu reprimir e sufocar as rebeliões.⁸⁷

A luta pela independência das 13 colônias não foi motivada apenas pela insatisfação dos impostos; havia também ideias que influenciavam os colonos contra o Parlamento Britânico. As ideias iluministas atravessaram o oceano e ganharam vida, muitos autores iluministas escreviam ideias críticas às monarquias europeias e aos poderes divinos dos reis. Um dos filósofos iluministas de grande influência e destaque na colônia foi o inglês Locke. O filósofo John Locke viveu e presenciou o agitado século XVII na Inglaterra, a Guerra Civil Inglesa que estabelece o governo baseado nos ideais da democracia, um sistema de governo fortalecido e a coroação de Guilherme e Maria de Orange na monarquia parlamentarista inglesa.

O filósofo inglês John Locke, filho de pais protestantes, foi influenciado com a rivalidade de sua época. Escreve sua obra “O ensaio sobre a Guerra Civil”, obra considerado o maior clássico da filosofia inglesa. Locke é influenciado pelos acontecimentos da época de seu tempo, a Revolução Gloriosa e o estabelecimento da Monarquia Parlamentarista serviram de referência para os ideais de democracia. A filosofia de Locke explica a teoria do contrato social, um contrato imaginário entre o Estado e seus cidadãos. O governo tem de proteger e preservar os direitos do homem e garantir a liberdade, felicidade e prosperidade dos cidadãos. Quando um governo não respeita os direitos naturais dos homens, é dever do povo lutar e fazer a revolução para derrubar o poder. Governos tiranos devem ser derrubados quando os direitos dos cidadãos não forem respeitados, as decisões do poder devem ser aceitas e só passam a ter valor através da voz do povo. Locke apoia e defende o direito à rebelião, o direito de resistência à tirania. As ideias de Locke explicam o sentimento de revolta que os ingleses tinham diante das medidas autoritárias do Rei Jaime II no trono inglês. Os Stuarts abriam e fechavam o Parlamento e governavam como queriam, a igreja interferia sempre nos assuntos políticos. A filosofia de Locke é conhecida na Europa e na América, porque muitos dos colonos que saíam da sua Metrópole para melhorar de vida na colônia ou os que saíam da colônia para ter uma educação melhor em busca das universidades europeias, conheciam ou passavam a conhecer as ideias de Locke. Os colonos plagiavam as ideias de Locke, entendiam que a metrópole não respeitava o direito, a liberdade, igualdade e fraternidade dos colonos como no episódio de Boston, um acontecimento difícil de apagar das lembranças dos colonos. Locke passou a ser a bíblia dos colonos, a declaração de independência dos Estados Unidos contém longos trechos

⁸⁷ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, **História da educação e da pedagogia**, Moderna, PP 171, 172, 173, 174.

extraídos das ideias de Locke. As ideias de Locke foram utilizadas para justificar os movimentos que lutavam contra a tirania dos Stuarts, os mesmos ideais que foram utilizados para melhorar o sistema político inglês, agora passam ser um instrumento de força política contra a mesma Inglaterra que Locke tanto preservava e onde lutava por direitos iguais.

A construção da grande Nação.

Não havia o sentimento nacionalista, não existiam os Estados Unidos da América, não havia cidadão americano, a colônia América Inglesa estava dividida em 13 colônias inglesas, e os colonos que habitavam nas colônias eram os súditos da Coroa inglesa. O que realmente unia os colonos era a insatisfação que eles tinham com as medidas de centralização política da Inglaterra e as chamadas leis intoleráveis. A insatisfação desses povos foi descrita por Thomas Paine. Seus escritos tiveram muito sucesso, e causaram tanto impacto nas colônias inglesas, que após Paine eles organizaram o primeiro Congresso da Filadélfia, que unia as 13 colônias com exceção da Geórgia. A reunião na Província da Filadélfia não foi o suficiente para unir as colônias contra a Grã-Bretanha, mais foi o primeiro passo para as colônias voltarem a se reunir, no Segundo Congresso da Filadélfia. Após a reunião, eles começaram a perceber que não dava para manter as 13 Colônias unidas à Grã-Bretanha. A Metrópole prejudicava as colônias inglesas em todos os sentidos. Quando ficou claro que era necessária a separação, os colonos decidiram, no Segundo Congresso da Filadélfia, lutar pela sua independência. Dois dias depois da reunião do referido congresso, ficou pronta no dia 4 de Julho de 1776 a declaração de independência das Treze Colônias Americana. Declarar a independência era mais fácil do que ter que lutar contra a marinha mais poderosa do mundo.

Após a Guerra Franco-Índia e a Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra se encontra em grande crise, e para minimizar os prejuízos da guerra a Coroa inglesa tenta compartilhar os prejuízos das guerras com as suas colônias. O resultado das taxações de impostos foi novos boicotes e novos protestos da parte dos colonos. Os colonos ingleses conheciam as ideias iluministas e não aceitavam a taxação dos impostos aprovada pelo parlamento alegando que os colonos não tinham participação política. Movimentos de revoltas exigindo participação política na Câmara dos Comuns já faziam parte da história da Grã-Bretanha. Quando o Rei Carlos I havia sido julgado e condenado a morte, a burguesia fazia a sua vitoriosa Revolução, e colocava Oliver Cromwell no poder após a Revolução Gloriosa, a famosa ilha passava a se chamar a ilha da Grã-loucura.

Os colonos estavam insatisfeitos e a cada ato de rebeldia praticado nas colônias, a Coroa inglesa reprimia e sufocava as manifestações com mais rigor e mais taxaço de impostos. Os colonos se deram conta de que não dava mais para manter a união, e para manter a sobrevivência das colônias era necessário que se fizesse a separação com a sua Metrópole. Os colonos organizarão o Primeiro Congresso da Filadélfia com exceção da Geórgia, o que não foi suficiente para as colônias se declararem independentes, mas foi o primeiro passo para as colônias voltarem a se unir novamente. Na reunião do Segundo Congresso da Filadélfia, os colonos decidiram se separar da Metrópole. Havia uma diferença entre declarar a separação e lutar pela liberdade, a independência das colônias significava lutar contra a maior potência marítima do mundo, fazer um acordo parecia ser melhor do que terem que lutar pela sua independência. Os colonos ingleses estavam insatisfeitos com os impostos e se consideravam como súditos da Coroa inglesa. Os motivos que influenciaram a luta de independência não foram o sentimento de amor a uma Pátria que não existia; os verdadeiros motivos foram as lutas pela redução dos impostos e o direito à liberdade política. A luta pela independência foi uma consequência das manifestações feitas na época pela redução dos impostos.

Constituição de 1789:⁸⁸

“Nós, o povo dos Estados Unidos, visando a formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover no bem-estar geral e garantir para nós e para nossos descendentes os benefícios da liberdade, promulgamos e estabelecemos a Constituição para os Estados Unidos da América.

Artigo I

Seção 1. Todos os poderes aqui conferidos serão confiados ao Congresso dos Estados Unidos, composto de um Senado e de uma câmara de Deputados. (...)

Seção 8. O Congresso terá poder para fixar e cobrar taxas, direitos, impostos e tributos para pagar as dívidas e prover a defesa comum e o bem-estar geral dos Estados Unidos; mais todos os tributos, direitos e taxas deverão ser uniformes para todo território dos Estados Unidos; (...) [terá poder ainda] para regular o comércio com as nações estrangeiras os diversos estados e com as tribos indígenas; (...)

⁸⁸ PINSHY, Jaime. **Historia da América através de textos**. São Paulo: ed Contexto, 2013, Apud Syrett Harold c. (org) DOCUMENTOS HITÓRICOS DOS ESTADOS UNIDOS, SP, Cultrix, 1980, PP. 138-145.

Seção 10. Nenhum estado poderá firmar qualquer tratado, aliança ou confederação; (...) cunhar moeda, (...) nenhum estado poderá, sem o consentimento do Congresso, fixar qualquer impostos ou direitos sobre importação ou exportação, exceto no que seja absolutamente necessário para a execução de suas leis de fiscalização; o produto líquido de todos os direitos ou impostos lançados por um estado sobre importação ou exportação pertencerá ao Tesouro dos Estados Unidos, e todas as leis dessa natureza ficarão sujeitas à revisão e ao controle do Congresso. (...)

Artigo II

Seção 1. O poder Executivo será investido em um presidente dos Estados Unidos da América; seu período será de quatro anos; juntamente com o vice-presidente, escolhido por igual prazo, será eleito da seguinte forma: cada estado nomeará, de acordo com as regras estabelecidas por sua legislatura, um número de eleitores igual ao número total de senadores e deputados a que tem direito no Congresso. (...).

Artigo III

Seção 1. O Poder judiciário dos Estados Unidos será investido em uma Corte Suprema e em outras cortes inferiores, a serem oportunamente estabelecidas por determinação do Congresso. Os juízes, tanto da suprema como das cortes inferiores, conservarão seus cargos enquanto bem servirem (...).

Seção 2. O Poder judiciário se estenderá (...) aos atritos entre dois ou mais estados, entre um estado e cidadãos de outro estado, entre cidadãos de diferentes estados, entre cidadão do mesmo estado reclamando terras em virtude de concessões feitas por outro estado (...). ”

Considerações Finais.

A Constituição Americana revela o sentimento dos estadunidenses em relação ao seu modo de vida, e a insatisfação por se manter como colônia, com os impostos e a forma com que a sua Metrópole tão distante não se importava com as necessidades de suas colônias. Os colonos queria ser reconhecidos como súditos da Coroa inglesa, e como súditos fazer com que suas exigências fossem ouvidas. Eles perceberam que suas exigências só poderiam ser atendidas se estivessem dispostos a reivindicar seus direitos, e esses direitos não seriam atendidos. Era necessário lutar pela separação e construir sua nação com as suas próprias constituições.

A separação resolvia o problema das colônias; a independência resolvia os problemas dos impostos abusivos, as condições de colônias e as obrigações com uma coroa, que para os colonos não os respeitavam como ingleses. O que não foi pensado era a questão dos escravos e das mulheres, como inserir os escravos na sociedade. Os escravos e as mulheres foram excluídos dos processos políticos. As treze colônias conquistarão a sua independência mais a independência da nova nação não deu a liberdade os negros e o fim da escravidão.⁸⁹

⁸⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Afro-América: a escravidão no novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, PP 21,22

FONTES PRIMÁRIAS

- Boston Gazette / New-England Weekly Journal.
- Caricatura Jon, or Die de Benjamin Franklin.
- Declaration of Independence the United States
- Gravura The Boston Massacre, de Paul Revere.

Referência Bibliográfica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna. 2006.

CARDOSO, Siro Flamarion S. **Afro-América: a escravidão no novo mundo**: São Paulo: Brasiliense. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da Republica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das Revoluções**. Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1917.

HUBERMAN, Leo. **Historia da Riqueza dos EUA**. São Paulo: Brasiliense 1987.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: A Formação da Nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **História dos Estados Unidos das origens do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO TOTA, Antonio. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSHY, Jaime. **Historia da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Porque gostamos de História**. São Paulo: Contexto, 2013.

NUTRIÇÃO

Como citar: SILVA, Keyla Cristhine Santos da, SANTOS, Larissa Gomes da Silva dos, MARINHO, Wanessa Natividade. *Educação Alimentar Nutricional na Formação de Doulas um diálogo necessário na promoção da saúde*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, ano. Disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO DE DOULAS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Por KELLY CRISTHINE SANTOS DA SILVA⁹⁰

LARISSA GOMES DA SILVA DOS SANTOS⁹¹

WANESSA NATIVIDADE MARINHO⁹²

⁹⁰ Graduanda do curso de Bacharel em Nutrição UNICBE – Rio de Janeiro – RJ.

⁹¹ Graduanda do curso de Bacharel em Nutrição UNICBE – Rio de Janeiro – RJ.

⁹² Docente do curso de Graduação em Nutrição UNICBE – Rio de Janeiro – RJ.

RESUMO: Evidências disponíveis sugerem que a educação, aconselhamento alimentar e nutricional podem auxiliar no ganho de peso gestacional ideal, ou seja, para mães com peso insuficiente ou excessivo, reduzir o risco de anemia no final da gravidez, aumentar o peso ao nascer e diminuir o risco de parto prematuro. Este artigo se justifica, pois, as leis, direitos e deveres na profissionalização da doula ainda possuem lentidão no Brasil. Neste estudo de revisão foram escolhidos os artigos, livros, diretrizes mais relevantes descritos na literatura, onde buscou-se identificar o conhecimento acerca de nutrição que possa ser relevante para as doulas passarem para suas parturientes na fase pré e pós-parto. Destaca-se que o presente estudo é pioneiro ao pesquisar a educação alimentar e nutricional na formação profissional das doulas frente às atribuições designadas no país, e que a literatura do tema ainda é escassa. A partir deste diagnóstico inicial, espera-se que esta discussão possa ser ampliada, possibilitando investigações futuras com maior detalhamento acerca da educação alimentar e nutricional para as doulas valorizando o processo de ensino-aprendizagem como estratégia plausível para a promoção prevenção e proteção à saúde das gestantes no âmbito da saúde pública.

Palavras-chave: doulas; lactente; gestante; planejamento alimentar; educação alimentar e educação nutricional.

ABSTRACT: Available evidence suggests that food and nutrition education and counseling may assist optimal gestational weight gain, ie for underweight or overweight mothers, reduce the risk of anemia in late pregnancy, increase birth weight and decrease the risk of premature birth. This article is justified, therefore, the laws, rights and duties in the professionalization of doula are still slow in Brazil. This descriptive narrative review study sought to identify the most relevant articles, books, guidelines described in the literature. The PubMed and VHL databases were used to search for articles published between 1980 and 2019. Where we sought to identify knowledge about nutrition. that may be relevant for doulas to pass to their parturients in the pre and postpartum phase. It is noteworthy that this study is a pioneer in researching food and nutrition education in professional training of doulas in face of the assigned duties in the country, and that the literature on the subject is still scarce. From this initial diagnosis, it is hoped that this discussion can be expanded, enabling further investigations in more detail about food and nutrition education for doulas valuing the teaching-learning process as a plausible strategy for promoting prevention and health protection of women. pregnant women in public health.

Keywords: doulas; infant; pregnant; food planning; food education and nutrition education.

INTRODUÇÃO

A atenção humanizada à gravidez ao parto e ao puerpério (pós-parto), bem como o planejamento reprodutivo é benefício não só da mulher, mas também das crianças que têm direito ao nascimento seguro ao crescimento e desenvolvimento saudáveis, assegurados pelo Ministério da Saúde através do Programa Rede Cegonha (BRASIL, 2005).

Para garantir uma gravidez e parto salubre, a gestante deve ter acesso ao pré-natal de qualidade, fazendo todas as consultas e exames previstos. Isso permite que a mulher tenha identificado o seu risco gestacional e que ela seja devidamente orientada e encaminhada ao cuidado mais indicado para cada situação (BRASIL, 2012).

O Ministério da Saúde também reconhece que a assistência prestada pelas parteiras é uma realidade em diversos locais do país. Por isso, vem capacitando as parteiras tradicionais e desenvolvendo ações para valorizar, apoiar, qualificar e integrar o seu trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde), inserindo-as na Rede Cegonha (OLIVEIRA, 2013).

A instituição Despertar Do Parto (2019), conceitua que, além de fornecer suporte informativo à grávida, a doula também atua como uma ponte de comunicação entre a mulher, sua família e a equipe de atendimento, ajudando a gestante a se preparar física e emocionalmente para o parto, das mais variadas formas.

A prática da doula deve-se concentrar no auxílio durante puerpério e pós-parto na sua prática profissional - orientar as mulheres sobre os nutrientes de que precisam para nutrir seu próprio corpo e o de seu bebê em crescimento ao longo de sua jornada de gravidez e amamentação. Entender por que certos alimentos são tão benéficos é o ponto de partida, então, é importante incorporá-los na dieta de uma maneira que se adapte à alimentação habitual da gestante – preferências individuais - e ao seu estilo de vida (NOMURA, 2011).

Dentre os aspectos que envolvem a alimentação, a manifestação de valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais, bem como as preparações escolhidas e combinadas de uma maneira particular, com cheiro, cor, temperatura, textura e sabor, são abordadas em múltiplas dimensões aproximando o profissional da vida real das pessoas e permitindo o estabelecimento de vínculos, entre o processo pedagógico e as diferentes realidades e necessidades locais e familiares. (BRASIL, 2012)

Segundo o *Doulas of North America International* (DONA) - uma das maiores organizações de treinamento e defesa de doulas nos EUA (Estados Unidos da América) - doulas são treinadas e experientes no parto para fornecer às mulheres e seus parceiros apoio físico, emocional e informativo durante o parto e nascimento (DONA, 2005).

Doula é uma palavra grega que significa "serva da mulher". Historicamente, mulheres trabalhadoras recorreram a outras mulheres em busca de ajuda e apoio durante o processo de parto. A progressão de uma mulher de apoio ao parto com experiência pessoal de parto para uma mulher profissional capacitada em técnicas de educação e apoio ao parto levou a recente geração de mulheres a criar um papel social recém-legitimado para si mesmas, sendo referidas como doulas (ROSS, 2013).

As doulas oferecem ajuda e aconselhamento sobre medidas de conforto, como respiração, relaxamento, movimento e posicionamento. É especializada em habilidades não médicas e não realiza tarefas clínicas, como exames vaginais ou monitoramento da frequência cardíaca fetal. Doulas não diagnosticam ou dão conselhos médicos. Uma distinção importante a fazer é que o papel da doula é não interferir com os papéis de outras equipes de apoio profissional – nutricionistas, médicos, enfermeiros - ou fornecer uma opinião dissidente sobre o que a equipe médica está recomendando (ROSS, 2013).

Este artigo se justifica, pois, as leis, direitos e deveres na profissionalização da doula possuem morosidade na sua execução no Brasil. Visto que o Projeto de Lei que “Dispõe sobre o exercício profissional da atividade de Doula e dá outras providências” define doula como “a profissional habilitada em curso para apoio físico, informacional e emocional à gestante, sobretudo antes, durante e após o parto” (PL 8363/17), como o nome diz, ainda é um projeto de Lei, não ainda aprovado.

A Lei Nº 7314 de 15 de junho 2016 do Estado do Rio de Janeiro dispõe apenas sobre a permissão de presença de doulas no “período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente” (RIO DE JANEIRO, 2016), assim como nos Estados de SC (Lei 16.869/2016), Goiás (Lei Nº 20072 de 09/05/2018); São Paulo (municipal, Lei Nº 16602 de 23/12/2016).

Dentre as intempéries que assolam a profissão de doula, aparecem profissionais preocupados com a instrução e educação das doulas. Sendo que a doulagem é uma ocupação (termo que gera muitas discussões na literatura) que segundo a CBO (Classificação Brasileira de

Ocupações) está no nível de Tecnólogos e técnicos em terapias complementares e estéticas (código 3221), sendo Doula (3221-35), uma ocupação nova (nenhuma anterior) datada do dia 1º de janeiro de 2013.

Existem no Brasil dois cursos bem reconhecidos pelo meio que são o GAMA, cujo a programática não abrange questões referente a alimentação e sua equipe docente, embora se tratar de uma equipe multidisciplinar, é adaptada de acordo com as disponibilidades do período, e os da ANDO, que são ministrados presencialmente e ocorrem em várias cidades e estados brasileiros, entretanto também não possui temática sobre alimentação em sua programação e seu corpo docente é constituído por uma professora capacitada pela Doulas of North America International (DONA) e/ou convidados, lembrando que não existe profissionalização ou sindicato para regulamentação.

E foi observado que no curso de “formação” ofertado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) com carga horária de 240 horas, com um amplo corpo docente e conteúdos programáticos que compreende assuntos relacionados a nutrição como a disciplina “Alimentação da gestante”, almejando a futura profissionalização da doula (FIOCRUZ, 2019).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão da literatura em artigos sobre a importância da educação (conhecimento) nutricional da ocupação doula, e da própria nutrição que tiveram maior relevância e estavam relacionados e/ou correlacionados com o tema. O tema acabou direcionando para os problemas envolvidos com a nutrição inadequada a partir de ingestão exorbitante e desregulada de determinados alimentos favorecendo o surgimento da diabetes gestacional, o ganho de peso excedente durante a gestação e pré-gestacional e à dificuldade de amamentação imediata nos pós-parto.

Devido à escassez de literatura acerca da temática, também foram utilizados documentos oficiais sobre a política nacional sobre a doulagem, projetos de lei etc. Livros, artigos, organizações não governamentais objetivando deparar informações sobre o tema proposto.

Para a escolha dos artigos foram utilizadas as bases de dados National Library of Medicine (PubMed) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), os descritores em ciência da saúde utilizados em português foram: doulas; lactente; gestante; planejamento alimentar; educação nutricional; educação alimentar. Em inglês: doulas; infant; pregnant women; food planning;

nutritional education. E em espanhol: doulas; infantil; mujer embarazada; planificación alimentaria; educación alimentaria; educación nutricional.

Foi verificada a relevância dos artigos obtidos a partir dos anos 1980 até 2019, onde a verificação se deu para estudos em conformidade com o tema, ou que tivesse relação com nutrição da parturiente. Infelizmente as bases de dados correlacionando a temática do trabalho com a nutrição são escassas, e insuficientes para uma revisão sistemática, portanto, optou-se por uma revisão narrativa descritiva.

A IMPORTÂNCIA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS DOULAS

A doulagem foi integrada ao parto de várias formas, com isso muitos hospitais nos Estados Unidos e no Canadá vem aderindo o programa de doulas em seus ambientes hospitalares. No Brasil, em algumas regiões os hospitais ainda proíbem a presença da doula, Sendo assim, é usada a lei de acompanhante para que a parturiente possa entrar com a sua doula. Posto isto, alguns municípios e Estados têm feito Leis para permitir a presença da doula, quando ela é presente nos ambientes hospitalares.

A ADOULASRJ (Associação de Doulas do Rio de Janeiro), fundada no ano de 2016 representa as doulas atuantes no Rio de Janeiro, com o total de 120 profissionais. Entre suas atribuições está a permanente atuação em prol da aplicação da Lei 7314 de 15 de junho de 2016, que garante a entrada e permanência das doulas nas maternidades e instituições congêneres, bem como colaborar na luta pelos direitos das mulheres para a gestação e parto humanizado.

Todavia, ainda tramitam na ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) projetos de lei que visam maior efetividade e transparência à lei existente. O projeto de lei 4.274/18 cria o programa “Toda Mulher Merece uma Doula” que, contribuirá para a formação das doulas estabelecendo parâmetros para sua qualificação. Neste enquadramento, o projeto de lei 4.275/18 determina que as unidades de saúde públicas e privadas têm a obrigação de informar e divulgar efetivamente o direito a presença da profissional doula durante a gestação. Essa proposta se complementa do projeto de lei 4.276/18 que estabelece o direito ao parto humanizado das redes públicas e privadas.

A Rede Cegonha é uma estratégia lançada em 2011 pelo Ministério da Saúde, que visa garantir às mulheres o acesso ao parto humanizado no Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as ações desenvolvidas para humanização do parto, está a capacitação e qualificação de doulas e

parteiras tradicionais desenvolvendo a assistência, ampliando e melhorando as condições para que as brasileiras possam dar à luz e cuidar de seus bebês com atendimento adequado, seguro e humanizado no SUS (MARQUES, 2016).

Segundo White e Queirós (2018) em Portugal, algumas clínicas obstétricas possuem doulas no quadro de trabalhadores, garantindo assim uma relação de trabalho positiva entre a equipe Multidisciplinar. No entanto, a maioria das doulas têm práticas privadas independentes e são contratadas por mães ou casais para assistência. Independentemente de como mães e doulas se reúnem, há cinco aspectos consistentes do papel da doula: Fornecer habilidades técnicas e estratégias específicas de apoio ao trabalho de parto; Oferecer orientação e encorajamento às mães e suas famílias; construir uma relação de equipe com a equipe de enfermagem; Incentivar a comunicação entre o paciente e os cuidadores médicos; ajudar as mães a cobrir as lacunas nos cuidados.

Mas não é somente no Brasil que o apoio a prática das doulas engatinha, o estudo de Lundgren (2010), expõe que na Suécia, as doulas são raras e não estão incluídas no sistema público de saúde, entretanto citam a imprecisão dos estudos suíços. Um estudo de intervenção não mostrou efeito positivo do suporte da doula comparado com a não presença da doula (THOMASSEN et al., apud LUNGREN, 2010). E no estudo de Berg e Terstad (apud LUNGREN, 2010), a doula desempenhou um papel importante como a "peça que faltava" para as mulheres durante o parto.

Estudos retratam que o acompanhamento proporcionado pelas doulas é uma maneira de promover uma renovação dos serviços de saúde, pois suas ações são norteadas pelas políticas públicas de humanização do pré-natal, parto e nascimento (LUZ, 2016).

Como mencionado por Lungren (2010) os estudos sobre o apoio de doulas devem ser interpretados à luz da sociedade e da assistência à maternidade no país, sendo que o assunto é político, e não se deve separar essa luta da humanização do parto e a profissionalização da doula. Na Suécia, as mulheres não têm a oportunidade de um parto em casa através do sistema público de saúde e não há centros de parto. As doulas que trabalham nos cuidados primários de saúde prestam todo o cuidado pré-natal se a mulher for saudável e tiver uma gravidez normal, devido à ausência de conhecimento destas profissionais a respeito das possíveis patologias que podem acometer uma gestante.

No entanto, os estudos que avaliaram o apoio da doula são de diferentes países com diferentes sistemas de atendimento, e nesta presente revisão não se pode esquecer disso, foi apresentado um olhar “globalizado” da profissão doula.

No trabalho de Hardeman e Kozhimannil (2016) as autoras colocam que o imperativo para a diversificação da força de trabalho de saúde é evidente: o aumento da diversidade contribui para a saúde geral da nação. Considerando todas as dificuldades sociodemográficas, dadas as disparidades raciais e étnicas persistentes nos desfechos do parto, a diversidade da força de trabalho é particularmente urgente no contexto dos cuidados clínicos e de suporte durante a gravidez e o parto.

No tocante as dificuldades enfrentadas pela doula, é necessário acrescentar um adendo referente às concepções de outros profissionais quanto a sua atuação. Luz (2016) narra que ao ponto de vista da psicologia, as doulas oferecem um suporte emocional que influencia positivamente na qualidade de vida das gestantes das parturientes e das puérperas desde que esse acompanhamento seja iniciado juntamente a gestação.

O autor menciona que em uma pesquisa realizada em 2013 foi observado que todos os envolvidos no processo de parto esperaram pelo apoio das doulas, porém a instituição onde ocorreu a pesquisa não inseriu as doulas na atenção ao parto, resultando na ausência do cuidado adequado e profissionais sobrecarregados atuando em funções não pertencentes à sua atuação (LUZ, 2016)

Na análise de Hardeman e Kozhimannil (2016) foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as doulas recém-formadas – não houve relação com a nutrição da parturiente ou importância dessa informação dada a gestante, o foco do estudo foi humanização e a compreensão étnica/racial da doula. Para muitas das mulheres a motivação subjacente para se tornar uma doula estava diretamente relacionada ao desejo de apoiar as mulheres da própria comunidade racial, étnica e cultural da doula (HARDEMAN; KOZHIMANNIL, 2016).

NUTRIÇÃO DA PARTURIENTE

O diagnóstico nutricional e o acompanhamento do ganho de peso correspondem a uma parte essencial dos procedimentos básicos da atenção à saúde da gestante e do bebê (BRASIL, 2006). A educação nutricional da mulher grávida é de extrema importância, tanto para ela quanto para o feto.

Existem detalhes que devem ser alcançados com informação, como a composição corporal pré-gestacional da grávida, que deve ser acompanhada desde o início da gravidez, o acompanhamento do ganho de peso, a quantidade de líquidos no corpo, a anemia (deficiência de ferro), além das demandas maiores de certos minerais e vitaminas essenciais como: B12, cálcio, iodo, zinco, etc. (MAHAN; ESCOTT-STUMP, 2005).

O estudo retrospectivo de Nomura (2011), aponta em sua discussão que o conhecimento sobre consumo dietético promove uma maior qualidade do atendimento e das orientações fornecidas a gestante como forma de fortalecer o planejamento e desenvolvimento saudável da gravidez, minimizando riscos de comprometimento materno e perinatal.

A orientação dietética tem como objetivo direcionar os hábitos alimentares para adequar a oferta de energia, macro e micronutrientes, destacando a importância acerca do conhecimento quanto ao consumo dietético da gestante brasileira, bem como o seu estado nutricional pré-gestacional (NOMURA, 2011).

Neste enquadramento, é necessário reforçar que o planejamento dietético é uma atividade privativa do nutricionista, devendo ser elaborada com base nas diretrizes estabelecidas no diagnóstico nutricional, procedimento este que deve ser acompanhado de assinatura e número da inscrição no CRN do nutricionista responsável pela prescrição (CFN 600/2018).

PAPEL DA DOULA NA ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL À PARTURIENTE

Como já descrito, o papel da doula é o de apoiar, humanamente, psicologicamente e fisiologicamente a mulher antes, durante e no pós-parto. A comunicação sobre o risco deve ser objetiva e dar o feedback numérico real de ocorrer uma complicação. Ele também deve usar enquadramento positivo e negativo. Por exemplo, evidências sugerem que o risco de diabetes gestacional é de cerca de 10 a 15% em mulheres com obesidade mórbida, comparado com um risco de cerca de 2-5% na população não obesa (CATALANO, 2014).

Então, embora seja um risco aumentado, isso também significa que cerca de 85-90% dessas mulheres não terão essa complicação (HULL et al., 2011). A orientação NICE (National Institute for Health and Care Excellence, 2015) defende a personalização de riscos e benefícios, tanto quanto possível e usando risco absoluto em vez de risco relativo (por exemplo, o risco de um evento aumenta de 1 em 100 para 2 em 100, em vez do risco dobrar) usar uma linguagem como

“três a cinco vezes mais chances de ter diabetes gestacional” pode inflar a percepção do risco e induzir o cuidado.

Hodnett e colaboradores (2013) salientaram que o melhor cuidado baseado em evidências para mulheres com IMC (índice de massa corporal) alto, é dado pelos prestadores de cuidados (doulas) sendo positivos e encorajadores e fornecendo informações objetivas. Todas as mulheres devem estar cientes das medidas de ação que aperfeiçoarão sua chance de um parto normal, pois uma cesárea carrega um risco maior de complicações como sepse, hemorragia ou distúrbios tromboembólicos. Para mulheres com um IMC elevado, esse conhecimento pode ser ainda mais importante. O apoio contínuo no trabalho de parto é bem conhecido em melhorar os resultados. A evidência é tão convincente que, em 1998, Kennell observou: “Se uma doula fosse uma droga, seria antiético não a usar” (tradução livre).

Hodnett et al. (2013) confirmaram os efeitos benéficos de um acompanhamento de apoio, descobrindo que as mulheres alocadas para apoio contínuo tinham maior probabilidade de ter parto vaginal espontâneo, menor probabilidade de ter analgesia intraparto, incluindo peridural, menos propensas a ter um parto cesariana ou instrumental ou um bebê com um índice de Apgar abaixo de cinco minutos. Elas também foram menos propensas a relatar insatisfação. Todas as mulheres devem ser informadas sobre essas evidências, porém comprovou-se que seria especialmente importante para as mulheres com maior risco de intervenções.

Uma recente revisão sistemática de 13 estudos (16242 mulheres, todas no grupo de risco) encontrou mulheres alocadas para este tipo de cuidado tiveram uma chance maior de ter um parto normal, uma redução no uso de epidural e menos episiotomias ou nascimentos instrumentais (SANDALL et al., 2016).

A continuidade do cuidado evitaria a situação descrita pelas doulas em um pequeno estudo onde o objetivo foi explorar as experiências das parteiras que cuidam de mulheres obesas em trabalho de parto e houve relatos de que ao encontrarem uma mulher com um IMC alto pela primeira vez na enfermaria do parto, experimentaram o que os pesquisadores denominaram “coração apertado” com a perspectiva de tentar apoiar a mulher a ter um parto normal em um ambiente altamente medicalizado (SINGLETON; FURBER, 2014).

O APOIO DA DOULAS À LACTANTE

Com base no bem documentado sucesso das intervenções hospitalares de doulas na promoção de resultados saudáveis de parto, alguns programas baseados na comunidade que atendem a mães grávidas de baixa renda ou jovens mães desenvolveram um novo modelo de serviços de doula, no qual o apoio é oferecido, não apenas em hospitais, mas também em casa durante a gravidez e após o nascimento.

O estudo de Nommsen-Rivers e colaboradores, que examinou as associações entre o cuidado doula, os resultados iniciais da amamentação e a duração da amamentação concluiu que 68% das mulheres que receberam tratamento doula experimentaram o início da lactogênese dentro de 72 horas após o parto. O tratamento Doula foi associado a melhores resultados no parto e início oportuno da lactogênese. O tratamento doula também foi associado a uma maior prevalência de amamentação às 6 semanas.

Sob o mesmo ponto de vista, um estudo realizado por Kozhimannil e colaboradores (2013), observou a partir de uma análise com um grupo de gestantes (1069 mulheres) participantes do MEDICAID (programa de saúde social dos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda e recursos limitados) que deram à luz em 2009 ou 2010 e receberam atendimento doula, tiveram um início de amamentação quase universal (97,9%), em comparação com 80,8% da população geral do MEDICAID. Sugerindo que o acesso a cuidados de doula culturalmente apropriados pode facilitar taxas mais altas de iniciação ao aleitamento materno.

Essas doulas geralmente têm conexões profundas com as culturas e comunidades de seus clientes, expandem o papel da doula incluindo serviços especializados de visita domiciliar focados na saúde da gravidez, preparação do parto, vínculo fetal e infantil, saúde infantil e amamentação (EDWARDS et al., 2013).

Os autores sugerem que mães jovens que recebem serviços de doula na comunidade têm taxas de sucesso na amamentação que excede aquelas tipicamente encontradas entre mães jovens, no entanto, até o momento, nenhum estudo examinou rigorosamente a eficácia do modelo (EDWARDS et al., 2013).

Apesar dos esforços recentes para aumentar a amamentação, as jovens mães afro-americanas continuam a amamentar a taxas baixas e comumente introduzem alimentos complementares mais cedo do que o recomendado. As mães do grupo de intervenção receberam serviços de doulas para profissionais: visitantes domiciliares especializadas e treinadas como

educadoras de parto e conselheiros de lactação que ofereceram visitas domiciliares da gravidez até três meses após o parto e apoio durante o parto (EDWARDS et al., 2013).

As análises de intenção de tratamento mostraram que as mães do grupo doula tentaram amamentar em uma taxa maior do que as mães do grupo controle (64% contra 50%; $P = 0,02$) e eram mais propensas a amamentar por mais de seis semanas (29% contra 17%, $p = 0,04$), embora poucas mães ainda amamentassem aos quatro meses. A intervenção também impactou a introdução de alimentos sólidos / cereais pelas mães ($P = 0,008$): menos mães do grupo doula introduziram alimentos complementares antes das seis semanas de idade (6% contra 18%), enquanto mais esperaram pelo menos quatro meses (21% contra 13%) em comparação com as mães do grupo controle (EDWARDS et al., 2013).

Os autores concluíram que as doulas comunitárias podem ser efetivas em ajudar as mães a seguirem as orientações realizadas pelo profissional nutricionista sobre amamentação e alimentação saudável. O sucesso da intervenção pode estar na relação que se desenvolve entre a doula e a mãe com base no passado cultural compartilhado e nos meses de visitas domiciliares pré-natais e a presença da doula no parto, onde ela apoia experiências de amamentação precoces (EDWARDS et al., 2013).

CONCLUSÃO

A finalização deste artigo permitiu uma visão mais ampla da realidade da presença da doula na maternidade, e da quão assertiva é a sua atuação no cuidado com a gestante e seus familiares, que exige, portanto, um cuidado humanizado. Trouxe a reflexão sobre a práxis e a formação profissional das doulas no âmbito da alimentação e nutrição que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do bebê e para a manutenção da saúde da gestante.

Outro ponto a destacar é a importância de implementar-se na matriz curricular global a educação nutricional com objetivo de instruir as doulas inseridas no processo de parturição sobre assuntos gerais e específicos relacionados a alimentação e nutrição. Neste contexto propiciar reflexões sobre o tema elucidaram o seguinte questionamento: Demonstrando os benefícios trazidos pelas doulas, da mesma maneira, evidenciando que a alimentação e a nutrição são consideradas elementos chave na promoção a saúde da gestante e de seu bebê, não seria interessante incluir ao atual projeto de Lei a inserção da educação nutricional?

Destaca-se que o nosso estudo é pioneiro ao pesquisar a educação alimentar e nutricional na formação profissional das doulas frente às atribuições designadas no país, e que a literatura a este respeito ainda é escassa. A partir deste diagnóstico inicial, esperamos que esta discussão possa ser ampliada, possibilitando investigações futuras com maior detalhamento acerca de a educação alimentar e nutricional para as doulas valorizando o processo de ensino-aprendizagem como estratégia plausível para a promoção, prevenção e proteção à saúde das gestantes no âmbito da saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: Atenção Qualificada e Humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso em 05 jun. 2019.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Livro da Parteira Tradicional/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – 2 ed. ver. ampl. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_parteira_tradicional.pdf. Acesso em 05 Jun. 2019.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, MS: 2012.

CATALANO, P. M. Trying to understand gestational diabetes. *Diabetic Medicine*, v. 31, n. 3, p. 273-281, 2014.

CBO – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

DONA - Doulas of North America International. 2005. Disponível em: <https://www.dona.org/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

EDWARDS, Renee C. et al. Breastfeeding and complementary food: randomized trial of community doula home visiting. *Pediatrics*, v. 132, n. Suppl 2, p. S160-S166, 2013.

HARDEMAN, Rachel R.; KOZHIMANNIL, Katy B. Motivations for entering the doula profession: Perspectives from women of color. *Journal of midwifery & women's health*, v. 61, n. 6, p. 773-780, 2016.

HERCULANO, Thuany Bento et al. Doulas como gatilho de tensões entre modelos de assistência obstétrica: o olhar dos profissionais envolvidos. *Saúde em Debate*, v. 42, p. 702- 713, 2018.

HODNETT, Ellen D. et al. Continuous support for women during childbirth. *Cochrane database of systematic reviews*, n. 7, 2013.

HULL, Kimmelin et al. Maternal obesity from all sides. *The Journal of perinatal education*, v. 20, n. 4, p. 226, 2011.

KOZHIMANNIL, Katy B. et al. Doula care supports near-universal breastfeeding initiation among diverse, low-income women. *Journal of midwifery & women's health*, v. 58, n. 4, p. 378-382, 2013.

LUNDGREN, Ingela. Swedish women's experiences of doula support during childbirth. *Midwifery*, v. 26, n. 2, p. 173-180, 2010. LUZ, Larissa Djanilda Parra da. Inserção e atuação das doulas no Sistema Único de Saúde: Uma metassíntese. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia K. Alimentos, nutrição & dietoterapia. Editora roca, 2005.

MARQUES, Consuelo Penha Castro. Redes de atenção à saúde: a Rede Cegonha. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. Área técnica de saúde da mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf. Acesso em 06 JUN. 2019.

NASCIMENTO, Elizabeth do; SOUZA, Sonia Buongermino de. Avaliação da dieta de gestantes com sobrepeso. *Revista de Nutrição*, v. 15, n. 2, p. 173-179, 2002.

NICE. Diabetes in pregnancy: management from preconception to the postnatal period. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng3>. Acesso em 20 abr. 2019.

NOMMSEN-RIVERS, Laurie A. et al. Doula care, early breastfeeding outcomes, and breastfeeding status at 6 weeks postpartum among low-income primiparae. *Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing*, v. 38, n. 2, p. 157-173, 2009.

NOMURA, Roseli Mieko Yamamoto. Consumo dietético de gestantes e ganho ponderal materno após aconselhamento nutricional. *Rev Bras Ginecol Obstet*, v. 33, n. 2, p. 87-92, 2011.

OLIVEIRA, Tinna. Ações do Ministério da Saúde contemplam atividade de parteiras e doulas. [Blog Internet] consultado em 05/06/2019. Disponível em <http://www.blog.saude.gov.br/30720-acoes-doministerio-da-saude-contemplam-%20atividade-de-%20parteiras-e-doulas.html>

RASMUSSEN, Kathleen M. et al. Composition and components of gestational weight gain: physiology and metabolism. In: *Weight Gain During Pregnancy: Reexamining the Guidelines*. National Academies Press (US), 2009. ROSS, Alexa. *Birthing Doulas: A Meditation on the Liminality of Birth Workers*. 2013.

SANDALL, Jane et al. Midwife-led continuity models versus other models of care for childbearing women. *Cochrane database of systematic reviews*, n. 4, 2016.

SINGLETON, Gillian; FURBER, Christine. The experiences of midwives when caring for obese women in labour, a qualitative study. *Midwifery*, v. 30, n. 1, p. 103-111, 2014.

WHITE, Joanna; QUEIRÓS, Filipa. Reconcilable differences? Portuguese obstetricians' and midwives' contrasting perspectives on childbirth, and women's birthing experiences. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 22, n. 3), p. 643-668, 2018.

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: SANTOS, Samires Souza dos. *Direitos reprodutivos e sexuais de mulheres lésbicas: Uma assertiva do poder público e do Assistente Social*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS DE MULHERES
LÉSBICAS: UMA ASSERTIVA DO PODER PÚBLICO E DO
ASSISTENTE SOCIAL

Por: Samires Souza dos Santos

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar a visibilidade de casais homossexuais femininos, ou seja, lésbicas a darem à luz, e usarem de sua sexualidade pelo prazer, sem que sejam discriminadas, ou constrangidas por sua orientação sexual. E mostrar que esse processo, pode ser realizado através das técnicas de reprodução humana assistida, já que o Conselho Federal de Medicina editou recentemente, o ato normativo (Res. 1957/2010) que legitima os homossexuais a fazerem uso da reprodução assistida, inclusive esta se pode dar por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, este trabalho faz um traçado histórico pela saúde pública no Brasil, até chegar aos Direitos Reprodutivos, esclarecendo que a mulher lesbiana tem o direito não somente a procriar, mas a ter uma vida digna, saudável, em que ela mesma decida suas escolhas e não mais a sociedade, e que mesmo não tendo no momento a gratuidade no âmbito da reprodução no Estado do Rio de Janeiro, ela pode ser genitora em unidades que são específicas neste segmento.

Palavras-chave: Reprodução Assistida, Homossexualidade feminina, Redes de atendimento, Saúde Pública.

ABSTRACT: This working aims to report the visibility of female homosexual couples, that is, lesbians to give birth and use their sexuality for pleasure, without being discriminated against or constrained by their sexual orientation. And show that this process can be performed through the techniques of assisted human reproduction, since the Federal Council of Medicine recently issued the normative act (Res. 1957/2010) that legitimizes homosexuals to make use of assisted reproduction, including this can be given through the Unified Health System (SUS). In addition, this work draws a historical trajectory for public health in Brazil until it reaches Reproductive Rights, clarifying that lesbian women have the right not only to procreate, but to live a dignified, healthy life in which they decide their own choices and no longer the society, and that even though it does not have free reproduction in the State of Rio de Janeiro, it can be a parent in units that are specific in this segment.

Keywords: Assisted Reproduction, Female Homosexuality, Service Networks, Public Health.

INTRODUÇÃO

No Brasil existem redes de atendimento no seguimento público que realizam a reprodução humana assistida, mas no Estado do Rio de Janeiro nota-se a ausência desta rede hospitalar no âmbito público.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, vem sendo refletida, e seu conteúdo motiva o debate de direitos iguais para todos sem distinção, destinado a proteger e promover os direitos humanos com igualdade entre homens e mulheres, sem distinção da orientação sexual deles.

Gênero e Orientação Sexual

Há uma diversidade e divergência nos termos gênero e orientação sexual. E uma delas é a homossexualidade, que para alguns grupos sociais torna-se inaceitável dentro de parâmetros morais, culturais, religiosos e históricos. Portanto, a mulher que sente atração e/ou desejo por outra mulher é homossexual (pessoa que se relaciona sexualmente com outra do mesmo sexo), e denominada por lésbica. Esta tende a enfrentar preconceitos diários em ambientes diversificados, apesar de o movimento lésbico ter conquistado no decorrer das décadas direitas que são base para a liberdade de expressão verbal e sexual, ainda nos dias atuais, as lésbicas podem passar por constrangimentos, chegando a aumentar o índice de violência contra essas mulheres. Este procedimento ocorre com a tentativa de que as lesbianas não expressem sua orientação, o que fere o direito individual, deste modo, na intenção de um corpo social justo e igualitário entre os gêneros, que transcendam a identidade ou expressão de cada indivíduo, fazendo-se cumprir o que a Constituição Federal de 1988 garante no Artigo 5º "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)".

Buscando não haver segregação, coerção, ou até mesmo mortalidade ao sexo feminino apenas por ser divergente da coletividade, sendo este cisgênero⁹³.

Gênero é o conceito usado pela sociedade para distinguir homem e mulher, macho ou fêmea, e este se dá através de características físicas e por seus órgãos genitais, ou seja, o sexo masculino possui pênis e o feminino vagina. "Gênero é o que diferencia os seres humanos, levando em consideração os padrões que a nossa sociedade impõe ao nascermos, de maneira cultural", segundo Toledo e Filho, 2008.

⁹³ **Cisgênero** é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero de nascença".

Conceito formulado no ano de 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos. (GOMES, 2016, p. 123).

A desigualdade de gênero não é atual, mas histórica, sendo entendida juntamente no período do Cristianismo. O relacionamento efetivo entre homens e mulheres (casal heterossexual, são pessoas que se relacionam com o sexo oposto), de acordo com essa orientação religiosa, é correto e para a procriação da espécie, e qualquer relacionamento íntimo e/ou sexual que destoasse desse padrão, como o de pessoas do mesmo sexo, torna-se pecaminoso. Assim como escreveu Toledo e Filho, 2008, “essa é uma herança recebida ao longo dos séculos pelo cristianismo, construindo uma concepção da função específica da reprodução, sendo usufruída apenas por um casal com composto por homem e mulher, confirmando a construção social sobre gênero/sexualidade/desejo (...)”

Os que não se enquadram nesse sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais hegemônicas, isto é, machos/masculinos-homens/heterossexuais/com práticas sexuais heterossexuais e fêmeas/femininas-mulheres/heterossexuais/com práticas sexuais heterossexuais, são entendidos como monstruosidade, como abjetos. A alternativa do lesbianismo como existência possível de relacionamento sem referência incontornável ao masculino é apagada, execrada, punida, excluída e estigmatizada. Porém são essas figuras que explicitam que estão explodindo limites, abrindo espaços, em esboços do humano que recusam a diferença/desigualdades para afirmar diversidade. (TOLEDO e FILHO, 2008, p.2).

A orientação sexual se designa pela relação como o indivíduo sente atração pelo outro, ou seja, mostra para onde a sexualidade está orientada, envolvendo sentimento, prazer, desejos sexuais, visuais e físicos. Sendo assim, se a pessoa sente interesse físico e/ou sexual por alguém que não é do mesmo sexo este é considerado heterossexual, mas se for por aqueles do mesmo sexo é uma pessoa homossexual. Não é atual, outros tipos de orientações sexuais, além das mencionadas anteriormente, porém atualmente estas estão sendo nomeadas. Conde (2007, p.12), nos diz: “Orientação sexual refere-se ao sexo que elegemos como objeto de desejo”.

Entende-se que a mulher lésbica tem não decide sobre sua orientação sexual, mas que pode exercê-la sem quaisquer receios, e que as questões de sexo são socialmente construídas para definir a particularidade dos corpos humanos. “Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente ou mais. Assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas, de acordo com o Ministério da Saúde (2013, p.6).”

A Visibilidade das Mulheres Lésbicas (bissexuais) e os Direitos Reprodutivos

Fundamentado em livros e artigos relacionados ao termo homossexualidade, houve a análise do referencial bibliográfico e através deste uma delimitação sobre autores que expressam em detalhes a história das mulheres lesbianas, e a priori, com base no livro *O lesbianismo no Brasil*, de, Luiz Mott, há um possível entendimento sobre a história do termo usado atualmente, ou seja, lésbica. O exemplar relata que havia uma ilha denominada por Lesbos, localizada na ilha grega na Ásia menor, onde existia uma mulher poetisa chamada Safo, a mesma escrevia poemas declamando seu amor por jovens mulheres e o cotidiano delas, isto ocorria no século IV antes de Cristo. Assim como diversas palavras usadas no universo de lésbicas, se deram por meio da ilha. Conforme se pode observar abaixo:

Daí se onomástico e o de sua ilha – safismo, sáfico, safista e lesbianismo, lesbismo, lesbiana, lésbica – passaram a ser usados como sinônimos de tribadismo, palavra igualmente grega, que significa o ato de uma mulher “roçar” com a outra. “Roçadinho” como equivalente a lesbianismo vem registrado no Brasil desde 1907, no livro *A Libertinagem no Rio de Janeiro*. (MOTT, 1987, p.11)

No decorrer dos tempos à homossexualidade, foi sendo externada de formas diferentes, em países e estado diversa. E mesmo com os avanços no universo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersex + (LGBTQI+ / o símbolo mais (+) engloba as demais orientações, esta sigla está em constante transformação), na atualidade o ato homossexual é visto como crime em mais de 50 países, e essas pessoas podem ser condenadas à morte, segundo Mantovani (2006, p.5).

Entretanto, cada sociedade constrói de maneira diferente essas práticas e suas denominações, e sua visibilidade varia de maneira considerável (1989-1991). O caso das Amazonas, erigidas como símbolo, mas fora da história, mostra como o sistema de pensamento androcêntrico remete o lesbianismo ao limbo do mito. Foi mais recentemente, e apenas no mundo ocidental, que começamos a atribuir as pessoas uma personalidade específica baseada nas suas opções sexuais. Algumas historiadoras da homossexualidade citam práticas de “tribadismo” no início do século XVII, e as intervenções da medicina e da psiquiatria desde a metade do século XIX sobre as “invertidas” e do “terceiro sexo”, antes que a sexologia e a literatura tivessem fixado o personagem da “lésbica” na Europa da década de 1920. Na grande maioria dos casos, as patriarcais. Dessa forma, são pouco estudadas e frequentemente deformadas. (FALQUET, 2003, p. 10)

Deste modo, os movimentos homossexuais iniciam uma luta por igualdade em relação a se relacionar sem que sejam excluídos da sociedade. Baseados na história mulheres criam o

movimento feminista⁹⁴ e lésbicas conseguem se encaixar dentro do mesmo (apesar de haver uma discordância/disputa entre os movimentos), pois anteriormente a se unirem ao grupo de feministas, o movimento homossexual buscava pelos direitos dos homens, e ainda nesta época o termo gay era usado sem distinção entre o homem ou mulher. Um médico húngaro no ano de 1869, deu início ao tratamento da homossexualidade como se fosse uma doença conhecida por esquizofrenia, nos Estados Unidos, esclarecendo a invisibilidade das mulheres homossexuais. No Brasil, a homossexualidade foi também externada, através do livro “Atentados ao pudor: estudos sobre aberrações do instinto sexual”, no ano de 1894, relatando a oposição a heterossexualidade, entretanto não é considerado um marco para o Brasil, ao contrário dos movimentos feministas e homossexuais que iniciaram no Estado de São Paulo nos anos de 1970, em pleno Regime militar (Conhecido também como golpe de 1964/ditadura, e durou de 1964 – 1985, onde o exército brasileiro exercia seu poder sobre “o povo”. O Lampião jornal da época que fazia oposição à ditadura, por fazer denúncias sobre violências cometidas contra homossexuais, foi apelidado de operação sapatão.), assim nos afirma Borges (2004, p. 2).

Dentre os avanços obtidos pelo movimento feminista e lésbico, encontra-se “A Política Pública para Mulheres em sua Diversidade e os espaços de Visibilidade das Lésbicas”, pode identificar avanços decorrentes às imposições na atuação do movimento de lésbicas feministas, no que tange de políticas para mulheres, como exemplo, no “Plano Nacional de Políticas para Mulheres” (PNPM I-II), onde se destaca a visão de autonomia para as mulheres em áreas diversas de atuação, para que haja igualdade na questão trabalhista, e em aspectos de uma educação e cidadania não sexista. Houve um avanço em relação às propostas sobre o combate a lesbofobia, que significa a violência através do ódio e não aceitação da mulher se relacionar sexualmente e/ou emocionalmente com outra mulher.

Além disso, um grande marco para as mulheres lésbicas é comemorado no dia 29 de agosto, quando através do “Seminário Nacional de Lésbicas” (SENALE, 2014), surgiu o Dia Nacional Da Visibilidade Lésbica, criado por mulheres lésbicas e bissexuais em 1996, no Estado do Rio de Janeiro, este que ao longo dos anos foi ganhando credibilidade, no maior evento organizado por lésbicas e bissexuais do Brasil, passando por cima dos padrões estabelecidos e cortando o padrão cultural imposto e aceito socialmente. Segundo o próprio SENALE, e foram realizados sete encontros nacionais.

⁹⁴ “... o movimento feminista é um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem.” In LISBOA, Teresa Kleba Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A partir do SENALE favorece o encontro de ideias, proposições e diversidades da população lésbica e de mulheres bissexuais no Brasil – temos construído, ao longo de dezoito anos, estratégias de atuação conjunta que visam garantir e ampliar direitos, fomentar políticas públicas, favorecendo a conscientização da representação da lesbianidade, assim como, a visibilidade lésbica na sociedade brasileira. (SENALE, 2014, p. 18)

É importante salientar a ambiguidade no que se refere ao direito reprodutivo, este fornece o direito a escolha de gerar filhos, mas também a quantidade de crianças que se deseja ou não conceber, se assim for de desejo da mulher. Ao modo em que este processo pode ocorrer, por meios naturais ou via inseminação artificial. Ao usar o termo reprodução comumente imagina-se um casal heteronormativo, onde a mulher tem o dever de gerar filhos, entretanto, como já mencionado no texto este não é singular.

Sendo assim, mulheres lésbicas possuem o livre direito a reprodução sem inquietação, discriminação e/ou alguma forma de violência. Este, que se for por inseminação artificial, pode ser acessado de maneira gratuita através do Sistema Único de Saúde (SUS). O direito reprodutivo inclui questões sobre o direito ao corpo elevando o debate entre diversas mulheres sobre o direito a interromper a gestação, no Brasil esta ação é permitida em casos específicos como, por exemplo: se a gestação oferecer risco a vida da genitora causada pela gravidez, se o feto estiver acéfalo (sem cérebro) ou for proveniente a um ato violento (estupro).

A atual concepção dos direitos reprodutivos não se limita à simples proteção da reprodução. Ela vai além, defendendo um conjunto de direitos individuais e sociais que devem interagir em busca do pleno exercício da sexualidade e reprodução humana. Essa nova concepção tem como ponto de partida uma perspectiva de igualdade equidade nas relações pessoais e sociais e uma ampliação das obrigações do Estado na proteção, efetivação e implementação desses direitos. (..), portanto, um grande desafio para a afirmação do novo conceito é não permitir restrição às questões de saúde e normativas, mas portá-lo na esfera da cidadania plena; (CORREIA; ÁVILA, 2003)

O direito reprodutivo tornou-se um direito humano fundamental, este é reconhecido mundialmente através da Organização das Nações Unidas (ONU), anteriormente os direitos reprodutivos estavam ligados diretamente ao direito sexual e ambos eram amplos no campo da saúde. Em 1994 foi realizada no Cairo uma Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) organizada pela ONU, esta repercutiu e de maneira ampla e pode contar com a atuação do Brasil, que contribuiu para fortalecer o direito sexual e reprodutivo. Os movimentos de mulheres do Brasil (Movimento feminista e o movimento de mulheres lésbicas) no ano de 1980 reivindicavam para a criação e ampliações sobre a saúde da mulher, e segundo documentos do Cairo fornecidos por Pimenta (2000), temos como destaque direitos humanos

básicos “ter acesso a informação e aos meios para decidir e gozar do mais elevado padrão da saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminação”

O reconhecimento dos direitos reprodutivos como direitos humanos constitui-se em princípio fundamental para a reconstrução do discurso de direitos. Com esse reconhecimento, diferenças de gênero, geração, classe, cultura e outras passam a ser consideradas, ao mesmo tempo em que são reconhecidas as necessidades sociais. A partir daí, são gerados instrumentos políticos e normativos com o objetivo de intervir no grave quadro de desigualdades e permitir o exercício e acesso igualitário dos direitos reconhecido por todos. (PIMENTA et al, 2000, p. 21)

Deste modo, presume-se que os direitos reprodutivos devem ser realizados por mulheres lésbicas assim como por outras mulheres de maneira igualitária, entretanto há uma distinção quando se trata de lesbianas, segundo pesquisas realizadas em postos de atendimento públicos, por meio de pesquisa de campo (esta pesquisa estará disponível no conteúdo à frente), a mesma foi de alta relevância. Referente à realização de exames preventivos, de mama ou informações sobre reprodução de duas mulheres pode ocorrer discriminação para com estas. Um exemplo sobre mulheres lesbianas serem excluídas ocasionalmente em políticas públicas é o Planejamento Familiar, sancionado pela Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996, tem o objetivo de orientar casais héteros referente à sua prole. Esta política é pertencente ao Estado e se desenvolve por meio do Ministério Público (MP) para atenção à saúde integral de mulheres, homens e adolescentes, ainda que a lei não especifique o casal, refere-se homem e mulher, sendo de maneira excludente ao casal lésbico.

A Lei de nº 9.263, sancionada em janeiro de 1996 estabelece em seu art. 2º; para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulamentação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (MINISTERIO DA SAÚDE, 2005, p.6)

Mesmo após o avanço da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), na atualidade os direitos reprodutivos não são respeitados como direitos fundamentais para todos, como por exemplo:

Embora esses materiais e documentos propiciem visibilidade à lesbianidade, o campo da saúde lésbica parece repetir a história dos direitos sexuais e reprodutivos, onde sexualidade só conseguiu ser pautada e ter espaço entre os direitos humanos quando ocorreu à mulher como vítima, no caso dos direitos sexuais e reprodutivos (...) A saúde sexual lésbica parece trilhar os mesmos caminhos espinhosos, colocando a lésbica como vítima seja de violência ou de doenças (argumentos biomédicos) não cabendo até agora espaço para falar de práticas sexuais, de prazer, de desejo. (CARVALHO, 2013, p. 123)

No Brasil atualmente duas mulheres como um casal tem o direito a união estável que garante para ambas direitos básicos, como por exemplo, utilizar o plano de saúde empresarial como

cônjuge, tem o direito à adoção de uma criança, colocar o nome na certidão de nascimento como tendo duas mães e o direito a tentativa de reprodução humana ou dupla maternidade por meio de inseminação artificial, tornando as lésbicas com seus direitos não violados, mas sim gozando como possuíntes dos direitos reprodutivos de livre modo a usar sua orientação sexual para gerar usando o óvulo ou não de sua companheira e um banco de sêmen anônimo, possibilitando a estas mulheres lésbicas a constituírem suas famílias. Desde o ano de 2011 o Conselho Federal de Medicina regulamenta técnicas de reprodução assistida, conhecida também como reprodução intrauterina para casais homoafetivos.

No decorrer das décadas foram criadas, direcionadas e ampliadas políticas para a melhoria no que se refere a saúde da mulher lésbica (mesmo não sendo suficiente). De acordo com diversas cartilhas, produzidas pelo Ministério da Saúde, desde a junção do movimento feminista ao movimento lésbico aproximadamente no ano de 1970, ocorreram inúmeros avanços, como por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, podendo contar com a participação do Ministério Público (MP) e do Ministério da Saúde (MS), tendo visibilidade no SUS. No ano de 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Mulher (CNDM), toda mulher lésbica possui o livre acesso ao atendimento do SUS, podendo realizar consultas periódicas, exames preventivos (conhecido também como Papanicolau, que possibilita analisar o colo do útero), ter acesso a exames para detectar Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a preservativo feminino (o preservativo/camisinha feminina é para uso via penetração, ou seja, não há uma opção para prevenção no sexo entre duas mulheres), independentemente de cor da pele ou classe social. Para obter informações diretas existe um meio de comunicação com o SUS pelo Disque Saúde 136, que atende a qualquer cidadão ou cidadã.

No ano de 2004 foi laborada a Política Nacional de Atenção à Mulher (PNAISM). Essa política engloba todas as mulheres, sem distinção e faz articulação com o MS.

São objetivos específicos da Política de Saúde de LGBT, que contemplam as mulheres, entre outros: prevenir novos casos de cânceres ginecológicos (cérvico-utrino e de mamas) entre mulheres lésbicas e bissexuais para ampliar o acesso ao tratamento qualificado; garantir direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS; atuar na eliminação do preconceito e da discriminação LGBT nos serviços de saúde; fortalecer a participação de representações da população LGBT nos conselhos e conferências de saúde; promover o respeito à população d LGBT em todos os serviços do SUS; reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde ; incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual.(MINISTERIO DA SAÚDE, 2013, p. 21)

O Governo Federal não está isento de repassar informações referente a saúde da população lésbica, assim como existem campanhas para prevenção de IST, há exames periódicos para indivíduos héteros, e faz-se necessário que haja igualdade e seja crescente o investimento para o grupo LGBTQI+ ao decorrer do ano.

Portanto, cabe ao profissional do Serviço Social de acordo com seu código de ética lei nº8.662/1993 em cumprimento de o exercício profissional atuar de maneira clara e objetiva na garantia dos direitos. Veja o exemplo abaixo:

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei. Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993)

O Estado do Rio de Janeiro, não possui especificamente no âmbito da saúde pública uma unidade hospitalar exclusiva para a mulher lésbica, para tratamento e/ou realização da reprodução humana. O MS, na Portaria nº 1679/GM, de 28 de agosto de 2003, “discute a proposta para regulamentação de técnicas de reprodução humana assistida, para rede do SUS.” Seu conteúdo é pautado para casais com infertilidade, ou que foram contaminados com infecção sexualmente transmissível (IST).

A partir do ano de 2011, logo após o reconhecimento dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aprovou a união estável para casais homoafetivos, ou seja, o reconhecimento de duas pessoas do mesmo sexo como casal e constituinte de família. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 175 que dá o direito a casais homoafetivos o direito ao casamento civil.

No que se trata de visibilidade para a reprodução do casal lésbico no ano de 2003, após as demandas expostas pelo V Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), no meio dessas está a vulnerabilidade de “lésbicas profissionais do sexo e a inclusão de lésbicas como beneficiárias do SUS para inseminação assistida.”

Embora essas matérias e documentos propiciem visibilidade, o campo da saúde lésbica parece repetir a história dos direitos sexuais e reprodutivos, onde a sexualidade só conseguiu ser pautada e ter espaço entre direitos humanos, quando recorreu à mulher como vítima, no caso dos direitos sexuais e reprodutivos. A saúde sexual lésbica parece trilhar os mesmos caminhos espinhosos, colocando a lésbica como vítima, não cabendo espaço de fala. (CARVALHO, 2013, p. 123)

Deste modo, os direitos reprodutivos podem ser considerados direitos humanos universal, que engloba por sua amplitude a saúde da mulher, tirando a maternidade como um dever, dando a essas mulheres a autodeterminação de reproduzir ou não.

Outro marco importante para o universo de mulheres lésbica, abrangendo a reprodução humana, foi o de duas mulheres ganharem por meio judicial o direito a colocar o nome de ambas na certidão de nascimento, esse fato se deu no ano de 2012, no Estado de Goiânia, no espaço que trazia pai e mãe, ficou o de filiação, sendo considerada uma dupla maternidade. “Juntas desde 2006 e com a união estável já concretizada, essas mulheres sempre sonharam com a maternidade”, segundo, Carvalho (2012).

No Brasil, o Ministério da Saúde, através do SUS e da portaria 3.149, presta assistência gratuita à casais (não especificando se heterossexuais ou homossexuais) que não podem ter filhos, realiza a reprodução assistida, seja como inseminação artificial ou por fertilização in vitro, desde ano de 2012. Para ter acesso a esse método devem-se cumprir alguns requisitos de acordo com o reservatório de saúde, como por exemplo:

O casal precisa estar tentando a engravidar pelo método natural durante dois anos. A porta de entrada para o tratamento são unidades de Atenção Básica, como Clínicas da Família ou postos de saúde. Nesses locais, são realizados os exames necessários para a inserção dos pacientes na fila de espera. Cerca de 13 unidades de saúde pública espalhadas pelo país realizam esse trabalho. (CARVALHO, 2012, p.100)

Quatro unidades de Atendimento nas Redes Públicas do SUS, que realizam a reprodução assistida, sem distinção e/ou custo monetário.

- Hospital Materno Infantil Brasília (HMIB)

Endereço: Quadra 608, módulo A- Asa Sul, Brasília/DF

Telefones: (61) 2017-1600/2017-1633

- Hospital das Clinicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte)

Endereço: Avenida professor Alfredo Balena nº110, Santa Efigênia/BH

Telefone: (31) 3307-9300

- Hospital Nossa Senhora da Conceição AS Fêmeina – Porto Alegre

Endereço: Rua mostardeiro, nº 17, Rio Branco/RS

Telefone: (51) 3214-5200

• Maternidade Escola Januário Cicco – Natal

Endereço: Avenida Nilo Peçanha nº 259, Natal/RN

Telefone: (84) 3215-5990

Relatos das Mulheres Lésbicas sobre o Direito Reprodutivo e o atendimento nas Redes Públicas

O acesso às entrevistadas se deu por meio de indicação, umas através de um determinado movimento estudantil, outras através de colegas pessoais.

Foi elaborada uma abordagem para que na aproximação com estas mulheres, não houvesse constrangimento, o primeiro contato ocorreu por meio eletrônico através do aplicativo WhatsApp, logo após uma apresentação informal como estudante, foi exposto a ideia da pesquisa, e informado que a mesma seria introduzida no trabalho de conclusão de curso. Foram contatadas 15 mulheres, entretanto não foi cabível trazer a este os relatos de todas. Uma parte da conversação foi realizada em local público, exceto a de 3 dessas mulheres, pois ocorreu na casa das partes entrevistadas. No decorrer das perguntas, presumissem que houve um misto de sentimentos, de ambas as partes em cada pergunta e resposta, o tempo de duração foi entre 40 minutos a 2 horas por cada pessoa, as datas não foram as mesmas e ocorreu sigilo entre as entrevistadas que se conheciam. Segue abaixo os relatos, mencionados acima.

Neste relato houve preconceito relacionado ao atendimento no SUS, segundo Aline “na hora do preventivo a enfermeira disse que como não tenho penetração não havia a necessidade de checar meu útero, como assim? Senti-me ofendida e excluída”. Aline reside em Campo Grande, Zona Norte – RJ, professora, branca, e tem 37 anos.

Maria, disse: “eu não quero ser mãe, ninguém merece passar por tamanho preconceito, as pessoas acham que se escolhe ser sapatão, eu não escolhi. Uma vez um pastor me chamou na frente da igreja e ficou gritando que tinha um demônio em mim, se tinha mesmo ele ainda está aqui.” Maria, reside em Nilópolis, Baixada Fluminense – RJ, vendedora, branca, e tem 40 anos.

Rafaela nos disse: “eu quero ser mãe, mas tenho medo. E até uns meses quando minha mulher me explicou como funciona esse lance de direito reprodutivo, eu achava que isso só seria real seu transasse com um cara ou conseguisse adotar. Em um outro trecho da entrevista quando

perguntado como é atendimento no SUS, respondeu: não sei, nunca precisei usar, tenho plano. ” Rafaela, reside em Padre Miguel, operadora de caixa, negra, e tem 29 anos.

Lidiane Faria, reside em Jacarepaguá – RJ, branca, e tem 37 anos formada em Administração, lésbica, divorciada, mãe de trigêmeos relata como foi sua trajetória antes e após a gestação dos seus filhos. Lidiane só contou para a família sobre sua orientação sexual aos 28 anos, ao conhecer sua ex companheira e mãe de seus três filhos, relatou que havia contado para duas amigas de escola aos 15 anos quando se apaixonou por uma pessoa do mesmo sexo, como sua família era tradicional e de religião católica praticante, ela tinha receio de expor e não ser aceita socialmente, entretanto sua ex companheira a encorajou e o relacionamento durou 7 anos. E no ano de 2015 a possibilitou ser genitora de três meninos Pedro, Miguel e João (para preservar suas identidades foram usados nomes fictícios).

Lidiane, esta divorciada desde o ano de 2017 e compartilha a guarda amigável com a outra mãe dos meninos. Segundo Lidiane antes de assumir sua orientação namorou um menino, “em 7 anos eu evitava o sexo, fazia por obrigação, pois ele dizia que era homem e que todo homem precisa transar e eu devia entender”. Sobre a questão lésbica relata: “minha companheira teve gravidez de risco e ficou os 9 meses em casa, e ainda sim me agredia e me traía”. Um relacionamento homossexual entre duas mulheres pode conter as mesmas complicações que uma relação entre um casal héteros, a contradição é que um casal de lésbicas enfrenta uma luta diária e histórica para obter uma aceitação da sociedade, que apesar das diversas conquistas ainda enfrentam um preconceito patriarcal histórico. A entrevistada segue afirmando: “eu tinha muito preconceito por mim mesma, se eu pudesse escolher não seria lésbica para não ter que sofrer tanto”. Na atualidade Lidiane assim como inúmeras lesbianas anseia por uma vida justa, igualitária, por políticas públicas voltadas para sua orientação sexual. Vivendo de maneira digna, e lutando para a escassez de discriminação. Subsequente consta imagens cedidas pela entrevistada.

Figura 1: A Felicidade de uma mulher lésbica empoderad



Figura 2: Contemplando uma dádiva



Fonte: Imagens fornecidas por Lidiane Pereira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de alta relevância que se comece a desconstruir a guerra instaurada entre a desigualdade de gêneros, começando a distribuir conhecimento, nos ambientes educacionais, nos próprios lares, em empresas, em redes hospitalares, em transporte em caráter público e privado, para um respeito mútuo e uma vida com dignidade e livre de incertezas.

Neste sentido, percebe-se que apesar do avanço do universo das mulheres pesquisadas, ou seja, de lésbicas que ganharam visibilidade e vêm adquirindo espaço público muito ainda há que se questionar e lutar para uma erradicação do constrangimento, preconceito e tudo que vá ferir a mulher lésbica, além do fortalecimento de cada lesbiana existente, para que culturalmente possa se conseguir uma estrutura baseada no respeito e total garantia de direitos no que abrange a mulher lésbica.

O (a) Assistente Social trabalha em prol para a intervenção nas expressões da questão social, situada na área de Políticas Sociais, sendo pública ou privada, deste modo, usufrui da capacidade para planejar, elaborar projetos para contribuir na garantia de direitos dos usuários em um todo.

A contribuição para garantir o direito pertencente às usuárias lésbicas cabe ao profissional do Serviço Social, realizar escuta silenciosa, entrevista, visita domiciliar, visita institucional, encaminhar para os setores de acordo com a necessidade da usuária, e caso seja preciso elaborar relatório de cunho informativo para os órgãos de maior instância como o

“Ministério Público”, “Núcleo de Direitos Humanos”, “Delegacia da Mulher”(DEAM), entre outros para que erradique a violação destes direitos caso tenham ocorrido.

É imprescindível que a luta para o fim da desigualdade, a violência, as invisibilidades sejam permanentes, para isso é necessário que haja um trabalho em conjunto com toda a sociedade, possibilitando o fim de todo preconceito, podendo ser realizado de formas diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Juliana de oliveira. Saúde Pública e reprodutiva de mulheres lésbicas e bissexuais, 2004, p. 2-47.

A POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES EM SUA DIVERSIDADE E OS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE DAS LÉSBICAS – 2013.

BORGES, Lineze. Feminismo e Lesbianismo - 2004, p. 2-18

BRITZMASN, Débora. O que é esta coisa chamada amor – Identidade homossexual, educação e currículo. Revista Educação e Realidade, V 21, p. 71-96, Janeiro/Junho, 1996.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS– Especial de políticas para as mulheres, Brasília, 2004.

CARNEIRO, Milena Cristina, SOARES, Suane Felipe e DIAS, Maria Clara – Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, 2018.

CARVALHO, Célia. Diretrizes da Política Nacional para as mulheres

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993.

CORRÊA, S. e ÁVILA, Patrícia. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista, 2003, p. 1-15

CONDE, Michelle Franco, O movimento homossexual brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania – 2004.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, Art 5º – 1988.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS – 10 de dezembro de 1948.

FACHINNI, Regina – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90, 2005.

FALQUET, MELLO. Diversidade sexual, 2003, p.10.

LEI MARIA DA PENHA, 2006.

LEI ORGÂNICA DA SAÚDE, 1990.

LISBOA, Teresa Kleba, Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

MANTAVANNI, Livia, Direitos sexuais e reprodutivos, 2006, p.5

MIGUEL e BIROLI, Feminismo e Política: uma introdução, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Mulheres Lésbicas e Bissexuais – Direitos, Saúde e Participação Social- Brasília – 2013.

MOTT, Luiz – O lesbianismo no Brasil – 1987, p 5 – 50.

OLIVEIRA, Maria Rosa. Gênero, relações entre o movimento homossexual no Brasil, 2012, p. 12-101

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, os direitos reprodutivos no Brasil, 2016.

PIMENTA, Sema, et al, Direitos reprodutivos e legislações eficazes, p.21

SOARES, J. Direito para mulheres bissexuais e lésbicas, 2013, p. 2

SCHONARTT, João Pedro, Manual LGBTI+, 2017.

ZARINATO, Silva Helena, A assistência social no Brasil após a Constituição de 1988.

A descentralização e universalização como princípios, 2000, p.4

<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/496591632/lesbica-a-rebelde-do-patriarcado>, acessado em setembro de 2018.

<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/navegue/leis>, acessado em outubro de 2018.

<http://jessandrosetravel.blogspot.com/2017/06/pride.html>, acessado em fevereiro de 2019.

<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1402> acesso em: março de 2019

APÉNDICE

O GRITO DE UM SER

**Não escolhi ser assim
 Não optei por sofrer
 Não desrespeito você
 Não posso me esconder
 Não vou admitir homicídios a outro ser
 Dentro temos órgão semelhantes
 A sociedade quer colocar o que é diferente bem distante
 Não vou me calar
 Não vou desistir
 Não vou me omitir
 Lésbicas
 Gays
 Bissexuais**

Travestis

Vão resistir, a todo esse pré-conceito

São vidas e merecem respeito

Não é questão de aceitar

Até porque concordar é diferente de respeitar

Um se trata de estar de acordo

O outro se trata de saber lidar com o outro (observar)

Não é obrigação

É simplesmente ter apreço e comunhão

Somos diferentes

Mas lá no fundo ninguém quer admitir o que realmente sente.

Por Samires Souza

SOCIOLOGIA

Como citar: FERREIRA, Márcia Vales. *Contribuições da disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas a favor da inclusão. Uma visão geral interdisciplinar*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA DIVERSIDADE CULTURAL
E PRÁTICAS SOCIAIS URBANAS A FAVOR DA INCLUSÃO.
UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Por: Márcia Vales Ferreira⁹⁵

⁹⁵ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO (marcia_vales@hotmail.com).

RESUMO: O presente artigo consiste em uma discussão preliminar acerca do individualismo urbano, diversidade cultural e prática social interdisciplinar inclusiva e colaborativa. Partindo de reflexões da disciplina diversidade cultural e prática social urbana, o trabalho procura na interdisciplinaridade os fundamentos para promover reflexões sobre a inclusão. O estudo teórico representa o revigoramento da temática interdisciplinaridade na educação, acerca dos processos inclusivos a partir de reflexões fomentadas pela disciplina citada anteriormente. Vamos considerar o projeto de dissertação desenvolvido em 2017 que apresenta em sua introdução o contexto excludente da Educação Especial, resistindo ferozmente até sua gradativa construção em perfil inclusivo. Observamos através do percurso histórico e da atual conjuntura das políticas de educação inclusiva a luta autêntica, provocando uma forma de resistência nos espaços escolares através da cultura. Aspectos esses que compreendemos ser de suma importância para os espaços educacionais acerca da reflexão da implantação da Lei da Educação Especial. Neste prisma, o artigo faz uma interseção teórica entre as ideias de Richard Sennett (2003), George Simmel (1976; 1987; 2005), Geertz Clifford (1976) e outros autores correlatos ao tema. Para tanto, introduzimos o artigo fazendo o paralelo com a disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas a partir da contextualização sobre a interdisciplinaridade e posteriormente a maneira colaborativa pela qual entendemos e trabalhamos inclusão no contexto educacional.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Educação; Inclusão; Diversidade; Individualismo.

ABSTRACT: This article consists of a preliminary discussion about urban individualism, cultural diversity and inclusive and collaborative interdisciplinary social practice. Based on reflections on the discipline of cultural diversity and urban social practice, the work seeks interdisciplinarity as the basis for promoting reflections on inclusion. The theoretical study represents the reinvigoration of the interdisciplinary theme in education, about inclusive processes based on reflections fostered by the aforementioned discipline. We will consider the dissertation project developed in 2017 that introduces in its introduction the exclusive context of Special Education, fiercely resisting until its gradual construction in an inclusive profile. Through the historical path and the current conjuncture of inclusive education policies, we have observed the authentic struggle, provoking a form of resistance in school spaces through culture. Aspects that we understand to be of paramount importance for educational spaces regarding the reflection of the implementation of the Special Education Law. In this light, the article makes a theoretical intersection between the ideas of Richard Sennett (2003), George Simmel (1976; 1987; 2005), Geertz Clifford (1976) and other authors related to the theme. For that, we introduced the article making the parallel with the discipline of cultural diversity and urban social practices from the contextualization on interdisciplinarity and later on the collaborative way in which we understand and work inclusion in the educational context.

Ikeyword: Interdisciplinarity; Education; Inclusion; Diversity; Individualism.

INTRODUÇÃO

Este artigo se constitui como atividade conclusiva da disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas. Tal atividade consiste em correlacionar assuntos da pesquisa em construção no ano de 2017, como: inclusão, individualismo, diversidade e interdisciplinaridade com as aulas da disciplina. Além do mais, estabelece o paralelo com a inclusão a favor de práticas sociais colaborativas, rompendo com o individualismo. Neste prisma, a leitura realizada está calcada na pesquisa acerca da inclusão que ocorre numa realidade singular de visão interdisciplinar sob a égide do individualismo urbano que solidifica a subjetividade a favor da objetividade, gerando, assim, um distanciamento afetivo entre as pessoas.

Neste enfoque, o artigo é resultante de uma investigação bibliográfica, tendo como suporte teórico metodológico autores como: Gadotti (1993), de Clifford (1976), Francischett (2004), Beyer (2013), Kauss (2012), Sennett (2003), Simmel (1976; 1987; 2005), entre outros.

Sendo assim, este artigo está organizado objetivando entrelaçar os conhecimentos construídos na aula de diversidade cultural e práticas sociais urbanas a inclusão, o diverso, individualismo e interdisciplinaridade.

Disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas a partir da contextualização da interdisciplinaridade: da visão disciplinar à interdisciplinar do conhecimento.

No bojo das discussões acerca da fragmentação da realidade, perpetuando no agir das disciplinas, a interdisciplinaridade vem à voga como um caminho inovador. Evidenciamos à luz de Kauss (2012), que a história de uma sociedade está intimamente ligada à sua cultura, concretizando uma construção de escolhas passadas que trazem consequências no presente, assim como as escolhas do presente que podem modificar o futuro. Reconhece-se, assim, a cultura como uma dimensão do processo social que vai sofrer influência e ser influenciada pelas outras dimensões sociais.

Neste prisma, trazendo à tona a realidade das pessoas com necessidades especiais, objeto da pesquisa dissertativa, sua historicidade foi construída pela cultura marcada pela desigualdade graças a sua apropriação e manipulação pela classe dominante, que a utiliza em seu benefício. Percebemos ainda, conforme a autora, e fazendo o paralelo com o percurso histórico inclusivo, relacionar a variedade cultural aos contextos em que são produzidos, respeitando as lógicas internas de cada grupo no processo de formação das culturas. Deste modo, pode-se classificar analisar, observar, conceituar e organizar a vida social. A priori pelos especiais estarem isolados, mas com

peças que lutaram para desmistificar o olhar preconceituoso, estes promoveram, em geral pelo atrito, o surgimento de novos contextos e ocasionaram, assim, a resistência da educação especial e consequentemente da cultura inclusiva.

Assim sendo, sob a égide dos autores trabalhos na disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas, em especial nos preceitos de Clifford (1976), só podemos remodelar o padrão das relações sociais a partir do momento em que temos que reordenar as coordenadas do mundo experimentado. Já à luz de Sennett (2003), todo o modo de resistência traduz uma experiência crucial ao corpo humano em direção às superações das dificuldades, assim como podemos visualizar na construção social dos alunos com necessidades educacionais especiais. O autor contribui para uma reflexão histórica quando salienta que a imagem idealizada do corpo transfere seus valores para as cidades. Isto é: questões relacionadas ao corpo estão expressas na arquitetura, urbanismo e na vida cotidiana, e interferem especialmente entre os que possuem corpos diferentes e fora do padrão. Paralelo à Educação Especial que, no contexto inicial a pessoa diferente era excluída por fugir do paradigma construído pela sociedade, o perfil do corpo ideal contribui para desenhar o espaço urbano. Assim, não se leva em conta a subjetividade e afetividade, e muito menos os menos favorecidos, que necessitam de um olhar atento e uma arquitetura que atenda suas especificidades.

Estabelecendo a análise da história da Educação Especial à luz de George Simmel (2005b), há um distanciamento das relações afetivas com a vida social urbana. Neste contexto, percebemos entraves na acessibilidade nos espaços urbanos das pessoas com necessidades físicas especiais, bem como notamos uma individualização segregadora, que não leva a cabo a subjetividade humana, como: a espiritualidade e os valores apenas se valorizam a objetivação. Obviamente que essa objetividade, em especial para as pessoas com necessidades educacionais especiais, torna frio o ser humano, causando a solidificação da segregação, que deve ser revertida na compreensão das peculiaridades e subjetividades das pessoas. Trazendo a reflexão do teórico sobre o binômio inclusão/exclusão,

(...) o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem que exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível para si próprio. A atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva é uma razão para o ódio amargo que os pregadores do mais extremado individualismo (SIMMEL, 1987, p. 20).

Simmel (1976) defende que essa objetivação distorce a subjetividade nas sociedades urbanizadas, gerando consequências psicológicas nos indivíduos que compartilham os espaços das cidades. Tais consequências levam os indivíduos a adotar uma série de comportamentos, como o

distanciamento das relações afetivas. Podemos perceber esse distanciamento nas interações sociais com as pessoas com necessidades educativas especiais, até nos quesitos de acessibilidade motora e social, tornando tais acessos mais voltados à propriedade privada.

Assim sendo, evidenciamos uma atitude do tipo metropolitano e blasé, que, segundo o autor, se baseia no ato de discriminar, tendo sua essência mais profunda na cidade grande, devido a economia monetária que se encontra efetivada. Como as pessoas têm ao seu alcance tudo o que desejam através da moeda, as coisas começam a aparecer sem essência. Esta atitude pode se entrelaçar com a historicidade da Educação Especial, que ao longo de seu percurso não teve acessibilidade nas metrópoles e os indivíduos especiais não tinham voz nem vez.

Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí das próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa blasé num tom uniformemente plano e fosco; objeto nenhum merece preferência sobre o outro (SIMMEL, 1976, p.16).

Neste prisma, os objetos perdem seus valores qualitativos e só prevalecem os quantitativos, como o dinheiro, que se torna o nivelador de tudo e de todos. As pessoas acabam por não se interessar pela individualidade do outro. Daí a indiferença à pobreza e as misérias do mundo, às pessoas com necessidades especiais tão comuns na cidade grande. Simmel (2005a, p. 16) diz: “[...] o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa as diferenças qualitativas das coisas em termos de ‘quanto’? arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (grifo do autor).

Tendo como reflexões os teóricos supracitados e estudados na disciplina fomentadora destes paralelos interdisciplinares, em seguida refletiremos sobre uma atitude colaborativa em prol da inclusão.

Interdisciplinaridade como atitude colaborativa

Na atual conjuntura em que as políticas públicas se subsidiam em prol da educação como direito de todos e entendem a diversidade cultural como crucial na relação pedagógica, a inclusão vem como elo mediador e colaborador, que promove reflexões sobre a interdisciplinaridade. Assim, a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com a fragmentação ocasionada pelas disciplinas.

Gadotti (1993) elucida que a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, é de suma valia

uma atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento. A ação pedagógica através da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social e assim sendo, deve-se primar por espaços urbanos acessíveis e inclusivos de modo a favorecer os deficientes.

Neste prisma, a Educação Inclusiva vem em direção a esta postura, atitude interdisciplinar, conforme ratifica Beyer (2013), que ressalta que a didática proposta com alunos com necessidades educacionais especiais tem importância como organizadora do processo de ensino-aprendizagem ao levar em conta as especificidades desses educandos. Abarcam-se, assim, aspectos subjetivos a favor da afetividade na construção de espaços urbanos interdisciplinares e inclusivos. Desta forma, devem-se valorizar as características de aprendizagem, favorecendo a acessibilidade, aplicabilidade e operacionalização dos espaços inclusivos para mobilidade e construção dos conhecimentos. Inclusive favorece uma prática docente de reflexão em prol de adaptar o currículo conforme as necessidades específicas dos alunos com situação diferenciada de aprendizagem.

Desta forma, na prática interdisciplinar inclusiva, o conhecimento é construído de forma integradora e interativa. Conforme Francischett (2004) é um processo de constante aprendizado através do diálogo em favor de novas relações entre os conteúdos, na busca pelo alcance de objetivos comuns, na percepção de que o projeto de trabalho educacional é por natureza interdisciplinar em sua compreensão, cumprimento e avaliação. Assim, numa perspectiva educacional que se proponha a viabilizar o ato de aprender numa direção inclusiva, deve-se garantir efetivamente a participação e a aprendizagem do aluno nos aspectos urbanos de locomoção, acesso e permanência nos espaços e desenvolver uma prática interdisciplinar colaborativa inclusiva.

Considerações finais

Por tudo que foi exposto, percebemos a importância interdisciplinar colaborativa da disciplina diversidade cultural e práticas sociais urbanas, em que fortaleceu teorias e práticas educacionais, rompendo com uma visão fragmentária de mundo e de educação. Desta forma, o estabelecimento do paralelo com a disciplina propiciou uma concepção mais integradora e totalizadora do conhecimento e da prática pedagógica, subsidiando na visão subjetiva e no levar em conta da construção social urbana em direção a acessibilidade das pessoas com necessidades educativas especiais. Assim, novos conhecimentos, valores e atitudes foram construídos a favor de práticas sociais diferenciadas a partir de análises menos parciais da realidade, levando em conta a afetividade na construção da acessibilidade urbana em prol da diversidade humana.

Neste enfoque, devemos primar por práticas sociais urbanas a favor da inclusão como proposta de subverter o binômio exclusão/opressão, favorecendo estratégias dialéticas de participação e operando com a diversidade em prol do compromisso da tarefa de educar e de aprender. Que uma nova cultura escolar – a da escola para todos – seja posta em andamento, evocando a construção histórica de um futuro mais democrático e solidário.

Referências Bibliográficas

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidade educacionais especiais** 4. ed. - Porto Alegre. Mediação, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC, Brasília, 2001.

CLIFORD, Geertz. **A interpretação das culturas**. Gen- LTC, 1976.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi, **O entendimento da interdisciplinaridade no cotidiano**, in: www.bocc.ubi.pt, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade: Atitude e Método**. Disponível em: siteantigo.paulofreire.org/pub/.../Interdisci_Atitude_Metodo_1999.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra- o corpo e a cidade na civilização ocidental**, 2003, editora Record, SP.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; 1987.

_____. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé; OLZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da UNB, 2005a.

_____. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jessé; OLZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da UNB, 2005b.

SOCIOLOGIA JURÍDICA

Como citar: SOUZA, Daniel Diego Alves da Silva de. *“Acerca dos que devem Morrer”: um diálogo entre Agamben e Foucault sobre o sentido da guerra ao tráfico varejista no Brasil*. In: Revista Digital Simonsen, nº 12, julho, 2020. Disponível em: www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

**“ACERCA DOS QUE DEVEM MORRER”: UM DIÁLOGO
ENTRE AGAMBEN E FOUCAULT SOBRE O SENTIDO DA
GUERRA AO TRÁFICO VAREJISTA NO BRASIL**

Por: Daniel Diego Alves da Silva de Souza⁹⁶.

⁹⁶ Mestrando em Justiça e Segurança – UFF ; daniel.biblioteca.ucam@gmail.com

RESUMO: A pesquisa pretende entender e apontar as nuances estruturais e morais que consubstanciam a guerra de extermínio ao tráfico varejista no Brasil. A partir disso, a problemática do trabalho consiste em saber qual o sentido da prática de combate ao tráfico de entorpecentes varejista no país. Tem-se por hipótese que o tipo penal do tráfico de drogas, previsto no art. 33 da Lei 11.343/06, e os dele decorrente, assim como a prática jurídico-policial-burocrática, dão o respaldo jurídico da criminalização e neutralização biológica e social da pobreza. Nesse sentido, o artigo pretende desnudar os traços *biopolíticos* da política de segurança pública nacional a partir do diálogo teórico entre Michel Foucault e Giorgio Agamben.

Palavras-chave: Escravidão. *Biopolítica*. *Homo sacer*. *Racismo de Estado*. Traficante varejista.

ABSTRACT: The research intends to understand and point out the structural and moral nuances that substantiate the war of extermination of retail traffic in Brazil. From this, the problem of the work consists of knowing the meaning of the practice of combating drug trafficking retailers in the country. It is hypothesized that the criminal type of drug trafficking, provided for in art. 33 of Law 11.343 / 06, and those resulting from it, as well as the legal-police-bureaucratic practice, provide the legal support for the criminalization and biological and social neutralization of poverty. In this sense, the article aims to expose the biopolitical features of national public security policy based on the theoretical dialogue between Michel Foucault and Giorgio Agamben.

Keywords: Slavery. Biopolitics. *Homo sacer*. State racism. Retailer dealer.

INTRODUÇÃO

“Quem não sabe que Mineirinho era criminoso [morto com trezes tiros]? Mas tenho certeza que ele se salvou e já entrou no céu. (...) Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela.”

Clarice Lispector

Os resultados de mais de meio século de combate bélico ao comércio de entorpecentes são os mais danosos possíveis. Inúmeras baixas tanto de um lado quanto de outro do *front*. Em se tratando de questões vinculadas às drogas e o seu comércio ilegal muito se tem dito e pouco mudado ao que se refere ao seu trato. Em verdade, o que tem ocorrido é justamente a exacerbação de medidas que nunca deram certo. Perquirições devem ser feitas acerca do real sentido dessa guerra: em terras tupiniquins alega-se que o bem jurídico tutelado pela Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006, lei de política antidrogas, é a saúde pública -- Fosse ela tão importante para o legislador os agentes públicos, politicamente instituídos, responsáveis, diretos ou indiretos, pelo esfacelamento do Sistema Único de Saúde (SUS), teriam o mesmo fim de “Celsinhos” da Vila Vintém, preso no complexo penitenciário de Bangu, ou “Márcios” José Sabino Pereira, o Matemático, morto em uma ação policial em 2012: é mesmo a saúde pública o real sentido da Lei 11.343/06? Se tal tutela for um engodo normativo, então que sentido há nas mortes sumárias, nos autos de resistência, à margem da legalidade, de nossa juventude moradora de favela, manchada, em sua grande maioria pelo passado cativo de nossa história no qual a cor é a testemunha mor do passado infame do país? E mesmo se fosse: a vida é nosso bem maior. É ela o fim da saúde pública e não o meio.

A lógica governamental de guerra ao tráfico varejista, está engendrada por três vértices principais: a legitimação do extermínio dos tecidos sociais menos abastados, a construção imagética da periculosidade atrelada à pobreza e sua mortificação em prol da paz social e da segurança⁹⁷.

⁹⁷ VIANN, Priscila Cravo; NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta Neves. **Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1.pdf> . Acessado em 24 set. 2018.

Há de se estranhar que, muito embora os mais de 1.600 tipos penais previstos no ordenamento nativo, somados os do Código Penal e das Leis Penais Extravagantes, somente cinco tenham um especial olhar midiático: o *roubo*, o *furto*, o *tráfico varejista*, o *latrocínio* e o *homicídio*, a espetacularização deste último, contudo, depende tão somente de quem foi morto: os matáveis não merecem tal respaldo: “Os indivíduos, por não terem acesso direto à situação, tendem a assumir como seu o discurso homogeneizante produzido pela TV, que lhes oferece uma representação cultural e social produzida por determinados segmentos da sociedade que dominam o cenário sócio-econômico”. Grosso modo, tal discurso ao focar a violência tão somente “como um fenômeno produzido por um sujeito privado (no sentido de independente do social que o cerca e o constitui) que não sabe lidar com suas emoções e problemas e que, portanto, deve ser excluído da convivência social”⁹⁸ acaba por, não somente mascarar, mas também aprofundar as grandes contradições históricas, econômicas e sociais do Brasil ao por sempre à margem legal, econômica e geográfica a pobreza, os condenados da terra, como quer Fanon⁹⁹, uma vez que os alvos dos tipos penais, em regra, são os menos abastados. Os dados do sistema penitenciário brasileiro (que já tem a terceira maior população do mundo) não negam o fato: a grande maioria dos presos é jovens negros com ensino fundamental incompleto e pobres¹⁰⁰.

Materias do Jornal *O Globo* e do *G1* noticiaram no dia 09/07/2018 que a Polícia Federal prendeu 12 suspeitos de serem integrantes de uma quadrilha de tráfico de drogas internacional na Operação Antigoon. De acordo com a reportagem, a quadrilha contrabandeava para o continente europeu, africano e asiático. Foram expedidos 15 mandados de prisão: *empresários, funcionários de terminais portuários e despachantes aduaneiros* perfilam entre os envolvidos^{101 102}.

Na semana seguinte, no dia 16/07/2018, o mesmo grupo jornalístico reporta a prisão de *Lacraia, André Luiz Cabral dos Santos*, apontado como chefe do tráfico na Favela do Arará,

⁹⁸ RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. **Mídia, violência e alteridade**: um estudo de caso. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19971.pdf>. Acessado em: 17 out. 2018. p. 496.

⁹⁹ FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹⁰⁰ DEPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: atualização junho de 2016. Brasília, DF, 2017. p. 32- 39.

¹⁰¹ O GLOBO. **PF prende 12 integrantes de quadrilha de tráfico de drogas internacional**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pf-prende-12-integrantes-de-quadrilha-de-trafico-de-drogas-internacional-22867806> . Acessado em: 24 abr. 2018.

¹⁰² BOECKEL, Cristina. **Quadrilha que 'exportava' cocaína em contêineres usava moedas virtuais, diz PF**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rj-e-um-dos-principais-corredores-para-o-trafico-internacional-de-drogas-da-america-do-sul-para-a-europa-diz-pf.ghtml>>. Acessado em: 24 abr. 2018.

preso após confronto com policiais da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA)¹⁰³.

Duas faces de uma mesma moeda. De um lado temos um exemplo de uma ação contra o contrabando de entorpecentes em sua modalidade *atacadista* e, do outro, com a prisão de Lacreia, da *varejista*. A lógica mercantil, grosso modo, do comércio *atacadista* de drogas trata da venda e distribuição em grande quantidade de entorpecentes às organizações do *varejo* como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), sem contato com o consumidor final. A modalidade *varejista*, por sua vez é modalidade de venda fracionada de entorpecentes destinada a esse último. Interessante notar que, muito embora, a modalidade *atacadista* tenha um raio de alcance quantitativo-geográfico superior a modalidade *varejista* -- rompendo mesmo as barreiras nacionais do comércio --, que no caso específico da cidade do Rio de Janeiro está confinada geograficamente nas favelas sendo dependente direto do *atacadismo entorpecente* -- é justamente essa segunda a mais combatida. Enquanto, os 12 suspeitos tiveram seus rostos e nomes invisibilizados os endereços de seus mandados de prisão, condomínios de áreas nobres da cidade, atestavam que não se tratava de *qualquer* pessoa¹⁰⁴; o chefe do tráfico *varejista* de drogas não teve a mesma sorte: seu rosto, nome, sobrenome e apelido estamparam as manchetes dos jornais.

1. FOUCAULT E AGAMBEM: A BIOPOLÍTICA E O HOMO SACER

A genealogia é um método que pretende dá “(...) conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”¹⁰⁵.

Não se trata de encontrar um indivíduo enquanto ente puro como, por exemplo, na busca hitleriana pela raça ariana no povo alemão ou de Enéias de Tróia por Virgílio que pretendia fazer dele o fundador de Roma; “de dizer: isto é grego ou isto é inglês; mas de descobrir todas as

¹⁰³ NASCIMENTO, Rafael. **Polícia Civil prende chefe do tráfico que planejava ataque às UPPs do Alemão**. Disponível em: odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5558190-policia-civil-prende-chefe-do-trafico-que-planejava-ataque-as-upps-do-alemao.html#foto=1. Acessado em: 24 abr. 2018.

¹⁰⁴ RJTV. **Operação da PF prende 12 integrantes de quadrilha que traficava drogas para Europa**. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=qjzJhX1ZU9w>>. Acessado em: 04 set. 2018.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acessado em: 03 set. 2019. p 7.

marcas sutis, singulares, sub-individuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar”¹⁰⁶. Onde a alma pretende se unificar a perspectiva genealogista busca o começo em uma verdadeira dissociação do eu. Nestes termos, sua tarefa não seria marcar o passado que estaria ali; impresso na pele, na consciência, ou no corpo, dos respectivos sujeitos.

Esses fins, aparentemente últimos, não são nada mais do que o atual episódio de uma série de submissões: o olho foi primeiramente submetido à caça e à guerra; o castigo foi alternadamente submetido à necessidade de se vingar, de excluir o agressor, de se libertar da vítima, de aterrorizar os outros. Colocando o presente na origem, a metafísica leva a acreditar no trabalho obscuro de uma destinação que procuraria vir à luz desde o primeiro momento. A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações¹⁰⁷.

Entre o castigo exemplar, espetáculo em praças públicas, e a vigilância das sociedades disciplinares por meio, não só, mas também, dos aparelhos carcerários modernos assim como entre os prazeres greco- romanos-- ou a carne do medievo-- e a sexualidade dos séculos XIX e XX, não haveria correspondência progressiva conceitual.

Dentro dessa perspectiva que o conceito de Estado para Foucault é inócuo e vazio de sentido. Por isso, o filósofo francês, não funda sua compreensão analítica e metodológica a partir do mito de origem marxistas lá nas sociedades hidráulicas do Oriente Próximo, as mesopotâmicas ou egípcias, e nem mesmo nas mitologias contratualistas típicas da Idade Moderna.

Nesse sentido é que também o modo como o soberano se relacionará com seu principado não deitará suas raízes em Nicolau Maquiavel em definitivo, antes marcará um ponto de emergência e divergência paradigmática.

Talvez se possa assim, de maneira global, pouco elaborada e, portanto, inexata, reconstruir as grandes formas, as grandes economias de poder no Ocidente: em primeiro lugar, o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal e que corresponderia *grosso modo* a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo, nascido em uma territorialidade de tipo fronteiriço nos séculos XV–XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela

¹⁰⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acessado em: 03 set. 2019. p. 14.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *Ibid.* p. 16.

superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança¹⁰⁸.

Ao analisar *O príncipe* de Maquiavel que acabou por se firmar como o tratado *pater* da filosofia e ciência política moderna, Michel Foucault, observa que ele é em essência um receituário da habilidade do governante em conservar seu governo e principado¹⁰⁹ fundado e marcado pela “descontinuidade entre o poder do príncipe [e do soberano] e as outras formas de poder” que acabam por perfazer o tecido social. O príncipe é exterior e transcendente “em relação ao seu principado” ele não faz parte dele tem-no por “herança, por aquisição, por conquista, (...) os laços que o unem ao principado são de violência e tradição”¹¹⁰:

Esquemáticamente, se pode dizer que *O Príncipe* de Maquiavel é essencialmente um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu principado e é isto que a literatura anti-Maquiavel quer substituir por uma arte de governar¹¹¹.

O Príncipe de Maquiavel e as teorias jurídicas da soberania marcam uma latente descontinuidade entre o soberano e as outras dimensões de poder pulverizadas nas camadas sociais como “O governo de si mesmo, que diz respeito à moral [e] a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia”

Ao comparar a postura política do filósofo italiano com a literatura anti-maquiavelica, Foucault percebe que há uma mudança de paradigma na gestão do principado e mesmo na relação entre o governante e o reino. Nessa literatura a exterioridade do príncipe em função do principado perde a razão de ser e ganha novos contornos. Agora o que esta em voga é gerir os indivíduos.

A emergência da população decorrente do desenvolvimento do capitalismo lançou uma nova relação entre príncipe e principado:

Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acessado em: 03 set. 2019. p 172.

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *Ibid.* p 164.

¹¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Idem.*

¹¹¹ FOUCAULT, Michel. *Idem.*

individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto ao do pai de família ¹¹².

Foi o problema da população, de acordo com Foucault, que permitiu o desbloqueio da arte de governar:

(...) até o advento da problemática da população, a arte de governar só podia ser pensada a partir do modelo da família, a partir da economia entendida como gestão da família. A partir do momento em que, ao contrário, a população aparece como absolutamente irreduzível à família, esta passa para um plano secundário em relação à população, aparece como elemento interno à população, e portanto não mais como modelo, mas como segmento. E segmento privilegiado, na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não modelo quimérico para o bom governo ¹¹³.

A gestão dos fenômenos relacionados à população (natalidade, mortalidade, crime, epidemia, doenças, sexualidade...) serão a pedra de toque dessa nova perspectiva:

(...) a população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. (...) A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça ¹¹⁴.

É isso a que Foucault atribui o nome de *governamentalidade* que se caracteriza deste um âmbito triangular: “soberania-disciplina-gestão governamental que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos” ¹¹⁵. Entendendo a população, em sua pluralidade, e o indivíduo, em particular, como entes da natureza que devem ser biologicamente gestados pelo poder.

1. 2. Âmbitos da Biopolítica, o Homo Sacer e o Racismo De Estado

De acordo com Foucault, na modernidade, dentro da lógica da *governamentalidade* e da emergência da população a vida natural, a vida nua, a vida enquanto ente biológico se inclui nas aritméticas dos mecanismos de poder.

¹¹² FOUCAULT, Michel. *Ibid.* p. 165.

¹¹³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acessado em: 03 set. 2019. p 169- 170.

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel *Ibid.* p 169- 170.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Ibid.* p 171.

Se em Maquiavel o grande paradigma de poder e manifestação política era, em linhas gerais, o jogo tabular de manutenção do poder político territorial isso vai mudando cada vez mais com o aprofundamento das consequências do processo de industrialização.

O ser vivente, seu corpo seus anseios e ingerências biológicas: vida, sexualidade, morte etc; entram no cálculo do poder: Estado de população, governo dos homens, a *biopolítica*. A análise teórica de Foucault e Agamben está engendrada na compreensão do modo em que o poder penetra no corpo dos indivíduos inscrevendo o que são ou o que deveriam ser.

(...) O 'limiar de modernidade biológica' de uma sociedade situa-se no ponto em que a espécie e o indivíduo enquanto simples corpo vivente tornam-se a aposta que está em jogo nas suas estratégias políticas. (...) 'Resulta daí uma espécie de animalização do homem posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. Surgem então na história seja o difundir-se das possibilidades das ciências humanas e sociais, seja a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar seu holocausto' ¹¹⁶.

Para Agamben o conceito de vida tinha duas dimensões na Grécia antiga: a *bios* e a *zoé*. A primeira refere-se a uma vida qualificada, particular, ao passo que a segunda ao simples ato de vida, de vida natural, biológica:

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoe*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bios*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. Quando Platão, no *Filebo*, menciona três gêneros de vida e Aristóteles, na *Ethica nicomachea*, distingue a vida contemplativa do filósofo (*bíos theoreticos*) da vida de prazer (*bíos apolausticos*) e da vida política (*bíos politicos*), eles jamais poderiam ter empregado o termo *zoe* (que, significativamente, em grego carece de plural) pelo simples fato de que para ambos não estava em questão de modo algum a simples vida natural, mas uma vida qualificada, um modo particular de vida ¹¹⁷.

Buscando entender a lógica e o sentido dessa exclusão inclusiva entre vida qualificada e vida natural Agamben encontra o *homo sacer* que é a corporificação no tecido social da vida nua.

Nos dois limites extremos do ordenamento, soberano e *homo sacer* apresentam duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura e são correlatas, no sentido de que o soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos ¹¹⁸.

O *homo sacer* é vida matável para além de qualquer rito previamente estabelecido.

¹¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 11.

¹¹⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Ibid.* p. 9.

¹¹⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Ibid.* p. 52.

A resposta para a aparente contradição ínsita à figura do *homo sacer* encontra-se no fato de que ele materializa a relação política originária, a implicação da vida nua na ordem jurídica. A ligação entre *homo sacer* e soberano resolve-se numa relação de exceção: a vida do *homo sacer* somente é sacra na medida em que se encontra presa à exceção soberana. Trata-se de uma relação de ‘exclusão inclusiva’, porquanto o soberano, ao suspender a lei no estado de exceção, acaba por nele incluir a vida nua (excluindo a aplicação da lei, inclui-se a vida nua do *homo sacer* na ordem jurídico-política) ¹¹⁹.

Para o filósofo italiano, no mundo moderno, é extremamente sutil a relação entre o soberano e o *homo sacer* onde o poder soberano “tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante” ¹²⁰. Como também não está, hoje, somente nas mãos da localidade soberana o poder de dizer quem devem viver ou morrer. Tal possibilidade, pelo contrário, se pulverizou em torno de âmbitos especializados: o médico, o jurista, os cientistas, o policial. “no horizonte *biopolítico* que caracteriza a modernidade, o médico e o cientista movem-se naquela terra de ninguém onde, outrora, somente o soberano podia penetrar” ¹²¹.

Tanto em Foucault quanto em Agamben o direito é a localidade de normalização da vida. Ele “pode ser invadido pelas técnicas de *biopoder*, passando a atuar de maneira articulada na tarefa de normalização dos indivíduos. Compreende-se, portanto, que o direito não representa instrumento puramente racional e neutro de organização da sociedade”¹²².

Incorporado as ingerências da *biopolítica* e do *homo sacer* o conceito de *racismo de Estado* desenvolvido por Foucault consiste num “(...) racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização o social”¹²³ em que os inimigos, portanto, são indivíduos incrustados na própria nação, mas que tidos com menores, como uma sub-raça ou étnica fora da curva da normalidade geneticamente estabelecida. Em suma, degenerados. Nesse termos o aparelho de justiça e o policial funcionariam como engendramentos institucionais *sine qua non* para a efetivação da purificação da raça.

¹¹⁹ HACHEM, Daniel Wunder. **A Biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault**: o Estado, a Sociedade de Segurança e a Vida Nua. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/15> . Acessado em: 09 abr. 2019. p. 352.

¹²⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 150.

¹²¹ AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 166.

¹²² HACHEM, Daniel Wunder. **A Biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault**: o Estado, a Sociedade De Segurança e a Vida Nua. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/15> . Acessado em: 09 abr. 2019. p. 348.

¹²³ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 73.

(...) a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma a outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em urna super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado. Em resumo, o avesso é a parte de baixo da raça que aparece nela ¹²⁴.

O pano de fundo dessa lógica racista apresentada pelo teórico francês é uma compreensão eugênica e higienista de gestão da vida nua do tecido social vinculado a mecanismo de exceção de gestão desses corpos marcados pela chaga da vigilância, da punição e do extermínio ¹²⁵.

2. ETHOS DE UM CATIVEIRO

2. 1. Dimensões Histórico-Epistêmicas da Escravidão

Ao analisar a sociedade brasileira e ao descortinar sua formação, percebemos a história escrita a partir da invasão de colonizadores portugueses, vassalos do parasitismo mercantilista lusitano, ao Brasil. Colonizadores ávidos que defloraram violentamente, na grande maioria das vezes, não somente nossas virgens matas, mas as mulheres nativas que de estupro em estupro gestaram um novo povo. Um povo estigmatizado, por tanto, *ab ovo* pelo ímpeto da cólera, da impetuosidade e da violência.

Diferente de como se deu em todo o Mundo Antigo, a escravidão do povo africano foi, antes de tudo e qualquer coisa, um processo de desumanização e reificação de yorubas, geges e Fanti-Ashanti, bem como, mandigas e haussas ¹²⁶ que foram sequestrados no continente africano.

A diversidade linguística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano ¹²⁷.

Não tendo quem os compreendesse ou amparassem, sendo tratados como bens semoventes, desprovidos de qualquer dignidade e misericórdia. Nesses termos,

¹²⁴ FOUCAULT, Michel.. *Ibid.* p. 72.

¹²⁵ VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta. **Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas:** reflexões acerca do Racismo de Estado. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1>. Acessado em: 03 ago. 2018. p. 32.

¹²⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 102.

¹²⁷ RIBEIRO, Darcy. *Ibid.* p. 103.

uma morte prematura numa tentativa de fuga era melhor quem sabe, que a vida do escravo trazido de tão longe para cair no inferno da existência mais penosa. Sentido que é violentado sabendo que é explorado, ele resiste como lhe é possível (...). Aí está a racionalidade do escravismo [moderno], tão oposta a condição humana que, uma vez instituída, só se mantém através de uma vigilância perpétua e da violência atroz da punição punitiva¹²⁸.

A chibata, ao fim, reduzira-os a um mero termo ou cor: o negro; povos dos mais variados quadros étnicos oriundos de além-mar e que, na grande maioria das vezes, não tinham senão em comum apenas seu estado cativo.

O século XIX encontra-se no olho do furacão de uma longa maturação do pensamento filosófico -- iniciado no Renascimento, consolidado no Iluminismo e levado às últimas consequências na Revolução Francesa -- onde todo e qualquer ser humano é detentor de uma parcela da humanidade, não à toa Norberto Bobbio considera a era contemporânea como a *Era dos Direitos*.

Se, na sociedade medieval europeia, tínhamos os três estamentos: o primeiro, o segundo e o terceiro estados. Estes ligados hierárquica e holisticamente. Onde o primeiro estado, o clero, representaria o Espírito Santo, aquele que ora; o segundo estado, a aristocracia: Jeová, o Deus que guerreia; e o terceiro estado, camponeses, comerciantes e etc., ou seja, todo o restante que não se encaixava no quadro dos dois primeiros: Jesus, aquele que sofre na carne, o que peleja. A mais pura representação, no corpo social, da Sagrada Trindade cristã.

Na sociedade moderna se estabelece a noção individualista- igualitária onde todo sujeito tem sua porção de humanidade. Autores como Locke, Rousseau, Voltaire e Kant foram imprescindíveis à reviravolta da lógica social.

(...) [A] pessoa humana, cuja definição é como a pedra-de-toque a partir da qual o bem deve se distinguir do mal, é considerada como sagrada, como se diz, no sentido ritual da palavra. Ela tem algo dessa majestade transcendente que as Igrejas de todos os tempos emprestam aos seus Deuses; é concebida como investida dessa propriedade misteriosa que produz vazio em volta das coisas santas, que as subtrai aos contatos vulgares e as retira da circulação comum. E é precisamente daí que vem o respeito da qual faz objeto. Quem quer que atente contra a uma vida de um homem, à liberdade de um homem, à honra de um homem, nos inspira um sentimento de horror, análogo àquele sentido pelo crente que vê profanarem seu ídolo. Uma moral desse tipo não é simplesmente uma disciplina higiênica ou uma sábia economia da existência; é uma religião na qual o homem é, ao mesmo tempo, o fiel e o Deus ¹²⁹.

¹²⁸ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 106-07.

¹²⁹ DURKHEIM, Émile. O individualismo e os intelectuais. **Revista de direito do Cesusc**. Santa Catarina, n. 2, p. 299-311, 2007. p. 301- 302.

2. 1. 1. Âmbitos divergentes de um objeto.

A história do Brasil é eufêmica. Folheamos incólumes trezentos anos do maior e mais violento sequestro interoceânico do mundo, contida em não mais de cinco páginas de livros didáticos que formam e formaram gerações. Assistimos mudos, cegos e surdos, desde sempre, um genocídio que atravessa rotineira e cotidianamente nossos corpos e lares nos noticiários diários.

Nada obstante, também a literatura especializada tem grande parcela de responsabilidade na interpretação que seu deu e ainda se dá, em certo sentido, a compreensão do processo escravagista nacional.

A escravidão enquanto objeto de pesquisa historiográfica tem sofrido, como qualquer objeto científico, grandes pressões ideológicas. O tema é um ponto de convergências de forças vetoriais interpretativas que têm por pano de fundo os nortes políticos, sociais e econômicos do Brasil no século XX e XXI.

Toda e qualquer pesquisa sempre estará envolvida por limitações teóricas, sociais e políticas. Em tempos em que se é questão normativa o racismo e o sistema de cotas para negros em universidades, e, ainda, onde o negro torna-se padrão estético, é quase que forçoso que as pesquisas acadêmicas voltadas à escravidão no Brasil ou ao negro vinculem-se a dívida da sociedade brasileira para com este seguimento e a sua resistência no período cativo.

As legitimações históricas estão por trás de grande parte dos conflitos políticos atuais, e não somente dos conflitos entre países, povos e etnias, mas daqueles que se produzem no próprio interior das sociedades de cada país (o racismo, por exemplo, tem muito mais a ver com a história do que com a biologia) ¹³⁰.

Têm se consolidado cada vez mais, seja em correntes historiográficas, sociológicas ou criminológicas a interpretação do processo escravagista pátrio como extremamente violento e a resultante da abolição da escravatura, em 1888, por meio de políticas de Estado imigratórias que remontam aos primeiros anos da segunda metade do século XIX ainda no Império, portanto, como eugênicas, higienistas e excludentes.

Para essas novas maneiras de perceber a escravidão e a situação do negro no Brasil republicano a violência que perfaz o corpo negro se pulveriza em plurais dimensões (ou *capitais*)

¹³⁰ FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 18.

que são de certa maneira herdeiras da contribuição teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu: a *social*, a *econômica*, a *cultural*, a *simbólica* e a *estética*.

Ao longo da história do Brasil, ocorreu um brutal processo de subalternização dos capitais fundados no *habitus* afro-brasileiro onde a marginalização e criminalização do samba e das práticas de fundo religioso africano, durante boa parte de nosso período republicano, e mais recentemente, nos idos da década de 1990 e começo do século XXI, do *funk* como um âmbito menor da música e, por conseguinte, da cultura, consistem em exemplos paradigmáticos desse processo. Mais ainda: dentro dessa perspectiva analítica há um genocídio em curso no qual a ponta da lança seria a guerra de extermínio ao tráfico varejista nas periferias das grandes capitais do Brasil.

A falta de políticas públicas para integrar os ex-escravizados e, agora, trabalhadores assalariados foi decisiva na marginalização de negros e pobres, passando a ser devidamente controlados para não “contaminarem” o restante da sociedade.

Teorias racistas e eugênicas passaram a pregar uma desigualdade científica, passando a pobreza a ser vista como perigosa, sendo os pobres portadores do caos e da desordem, devendo ser controlados ou exterminados.

As localidades mais pobres passam a ser percebidas como locais de mazelas, libidinosos, fétidos e precários e essa mentalidade a corrente literária naturalista retrata bem principalmente na obra máxima de Aluísio de Azevedo *O Cortiço*, por exemplo é notória a preponderância de tal perspectiva, por meio da simples análise da construção da narrativa que consubstancia o romance naturalista.

É, nesse sentido, que, de acordo com Coimbra e Nascimento, “a miséria passa a ser naturalmente percebida como advinda da ociosidade, da indolência e dos vícios inerentes aos pobres”¹³¹.

2. 1. 2. A cor: o estigma do atraso

Se a Revolução Francesa dentro dos lemas de igualdade, fraternidade e igualdade, sob a égide das prerrogativas anti-estamentais e antiabsolutistas do Iluminismo nivelam horizontalmente

¹³¹ Apud. VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta. **Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1>. Acessado em: 03 ago. 2018. p. 34.

as relações do homem para com outro abolindo de uma vez por todas a lógica estamental do Antigo Regime de diferenciação estigmáticas dos indivíduos onde o homem agora se torna o Homem, ente abstrato que abarcaria todo ser vivo dotado de humanidade:

Essa pessoa humana, cuja definição é como a pedra de toque a partir da qual o bem deve se distinguir do mal, é considerada como sagrada, como se diz, no sentido ritual da palavra. Ela tem algo dessa majestade transcendente que as Igrejas de todos os tempos emprestam aos seus Deuses; é concebida como investida dessa propriedade misteriosa que produz vazio em volta das coisas santas, que as subtrai aos contatos vulgares e as retira da circulação comum. E é precisamente daí que vem o respeito da qual faz objeto. Quem quer que atente contra a uma vida de um homem, à liberdade de um homem, à honra de um homem, nos inspira um sentimento de horror, análogo àquele sentido pelo crente que vê profanarem seu ídolo ¹³².

O cientificismo do século XIX tratará de por uma vírgula à universalização desse ídolo que se tornou a humanidade: a raça. O lema do século XIX é o progresso assentado sobre os pressupostos da ciência. É justamente ela que dará os nortes sistemáticos “imparciais” em torno do paradigma racial.

Interessante notar que ao mesmo tempo em que o racismo científico parcializava a humanidade em dimensões biológicas distintas e antagônicas ele inscreve no corpo de cada raça características comportamentais não individuais, mas inerentes a própria localidade racial do sujeito: o *homo sapiens europaeus*, como quer a classificação de Carl Linnaeus: branco, *sério, forte*; o *homo sapiens asiaticus*: amarelo, *melancólico, avaro*; *homo sapiens americanos*: vermelho, *mal-humorado, violento*; e *homo sapiens afer*: negro, *impassível, preguiçoso* ¹³³. Nesse sentido, se o indivíduo era melancólico, violento ou impassível o era por natureza. Afinal, isso já estava inscrito em seus genes e estrutura anatômica.

O criminoso seria aquele [portanto] que, por definição, possuiria uma força instintiva excessiva, que deveria ser devidamente controlada (...) Se consolidando, então, a junção da Psiquiatria com as teses evolucionistas: no século XIX a Psiquiatria encontra-se associada a uma tecnologia eugênica, entendida como purificação da raça, que deve se precaver daqueles portadores deste instinto desviado. E uma vez que a própria noção de instinto remete a elementos intrínsecos em relação a um indivíduo, a conclusão que se chega é óbvia: os criminosos são criminosos por natureza ¹³⁴.

No Brasil, o projeto republicano de poder instaurado em 1888 com o golpe e a usurpação, pelas elites agrárias e militares, do trono de D. Pedro II se funda nos nortes sistêmicos de

¹³² DURKHEIM, Émile. O individualismo e os intelectuais. **Revista de direito do Cesusc**. Santa Catarina, n. 2, p. 299-311, 2007. p. 301- 302.

¹³³ PENA, Sérgio D. J. **Humanidade sem raças?** São Paulo: Publifolha, 2008. p. 12.

¹³⁴ VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta. **Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1>. Acessado em: 03 ago. 2018. p. 32.

compreensão do real imperantes na Europa daqueles tempos: o positivismo, o higienismo, o modelo eugênico e o racismo cientificista. Por mais que as políticas de demanda de embranquecimento populacional por meio de incentivos estatais de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, já estivessem em curso nos primeiros anos da década de 1850, o negro, após a abolição e com a Proclamação da República, passar por ter, definitivamente cravado em seu corpo, por meio de sua cor, a chaga do passado de um país que a Primeira República queria esquecer.

O café-com-leite queria outros líderes e pais fundadores para essa nova nação que surgia sob o lema positivista de *ordem e progresso* que de governo em governo era tudo menos o Brasil.

(...) se logo após a independência política de 1822 as elites intelectuais locais, adeptas da voga do Romantismo, selecionaram no indígena (mitificado e afastado da própria realidade) um modelo de nacionalidade, já em finais do século XIX os negros e mestiços, até então ausentes da representação oficial, acabaram sendo apontados como índices definidores da degeneração, ou como os responsáveis pela falta de futuro deste país¹³⁵

Nina Rodrigues, com seus estudos etnocêntricos e higienistas dos idos do século XIX apontava sua preocupação acerca da predominância biológica da raça negra sobre a branca nos Brasil:

Temos, pois, que nesta primeira região, das duas raças puras ainda existentes – e que parecem entregues definitivamente à sua sorte sem poder contar muito com o auxílio de novas imigrações – uma, a negra, é perfeitamente adaptável; a outra, a branca, é de uma adaptação mais difícil. Ora, como nestas condições a raça que tende a predominar é a mais adaptável, o receio deve ser que a reversão à raça pura não seja em favor da raça negra. E, na melhor hipótese, quando se queira contar em favor mais que se pode esperar é que ela venha a da raça branca a sua civilização superior, o cruzar largamente com o negro, dando os mestiços estáveis em que o Dr. Sylvio Romero vê a condição da resistência da raça branca aos rigores do nosso clima¹³⁶.

Dentro dessa mentalidade o negro, além de ser a chaga do passado colonial e escravocrata cravado no coração da capital fluminense, seria o símbolo de um perigoso atraso genético. E é nesse sentido que ocorre o aprofundamento das políticas de imigração de colonos italianos e alemães para as terras tupiniquins. O que está em jogo nisso tudo é a higienização genética da mestiça população brasileira e a contenção da perigosa possibilidade de seu potencial enegrecimento.

2. 1. 3. O corpo: a convergência do medo

O processo de independência do Haiti ocorrido entre 1791 e 1804 empunhando lemas da Revolução Francesa se libera da égide do colonialismo e do escravismo sendo a única revolução das Américas em que o protagonismo fora dos escravizados. Com o Haiti e a Revolta de São Domingos

¹³⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012. p. 23.

¹³⁶ RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. p. 38.

a pirâmide social daquele país se inverte por completo: o poder, agora, está nas mãos dos antigos cativos. Foi a primeira república negra da América e isso não restou incólume aos anseios das elites agrárias e escravagista de outros recantos do continente:

Se o medo na Europa do século XIX era o medo da revolução, no Brasil e na América Latina esse temor era acrescido pelo fim da escravidão, não só pelo fim da brisa, mas também pelas fantasias acerca do desfecho brutal da escravatura. O Haiti, a transfiguração vodu e a volta dos mortos-vivos passeavam pelos corações proprietários desde a tenra infância ¹³⁷.

A Revolução Haitiana colocou alerta as elites agrárias brasileiras, ao longo, de toda a primeira metade do século XIX e tal prática deitou suas raízes também no século XX¹³⁸.

Também caberia ao novo país uma outra herança, igualmente decisiva para que se começasse a pensar na necessidade de se extinguir a escravidão. Era o grande medo suscitado pela sangrenta revolução em São Domingos, onde os negros não só haviam se rebelado contra a escravidão na última década do século XVIII e proclamado sua independência em 1804, como também — sob a direção de Toussaint l’Ouverture — colocavam em prática os grandes princípios da Revolução Francesa, o que acarretou transtornos fatais para muitos senhores de escravos, suas famílias e propriedades. Ora, perguntavam-se alguns assustados ‘grandes’ homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade, dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui? ¹³⁹

O medo de uma revolta escrava aos moldes da haitiana tirou o sono do topo social nacional. Toda uma cadeia discursiva foi construída em torno do medo da revolta cativa. A revolta dos negros mulçumanos na Bahia, a Revolta dos Malês, em 1835, veio acirrar e aprofundar esse morcego que velava o sono de nossa sociedade escravocrata: “A importância da rebelião malê (...) se inscreve (...) pelas inquietudes que passam a circular no nível do imaginário das elites na época”¹⁴⁰.

Também os projetos de poder que tentaram ser afirmar diante da vacância do trono imperial no período regencial. Ora as elites periféricas subalternizadas, de certo modo, pelo comando central, como os farroupilhas no Sul, ora a própria base do tecido social do Império com a

¹³⁷ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo da cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 228.

¹³⁸ AZEVEDO, Celia Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹³⁹ AZEVEDO, Celia Marinho de. *Ibid.* p. 35.

¹⁴⁰ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo da cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 228.

Cabanagem lançavam mão, por meio das armas, de ditar um novo projeto de país ¹⁴¹. Em suma, O medo de uma revolta popular, ao gosto da dita *era das revoluções*, lançou os pilares de uma arbitrária, autoritária e escravocrata política de segurança pública na qual no corpo e manifestação afro-brasileiros se inscreveram a figura do medo nacional.

No Brasil, um dos maiores países escravagistas das Américas, toda uma política de segurança pública se estruturou e instaurou com base no medo de uma revolta negra como a do Haiti. O brasão da polícia militar, criada por D. João VI, mostra desde já a que veio e a que interesses atende: com a coroa imperial, o ramo de cana-de-açúcar e o ramo de café. É latente: a filosofia nada democrática regida pelos interesses oligárquicos do império e da república que consubstancia o paradigma de segurança pública no país. A polícia surge, portanto, como um instrumento arbitrário de contenção preventiva e conformação das classes populares. Nesse sentido, Vera Malaguti preleciona que a hegemonia conservadora no Brasil sempre trabalhou a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social.

A figura do negro, a partir do exposto, está plasmada no inconsciente nacional e dele próprio, de certo modo, dentro da teoria da reprodução de Bourdieu, como indolente, sujo, perigoso, feio e instável. A figura do afro-brasileiro transita entre o *tutelado*, o *outro* e o *algoz* e que, por isso, deve estar em permanente controle seja geográfico, estético ou penal ¹⁴².

3. O FUZIL, O TRÁFICO E A POLÍTICA DA MORTE

A guerra ao tráfico varejista é o ponto de interseção e desague da *biopolítica*, do *racismo de Estado*, do medo e do *homo sacer*.

O modelo adotado pelo Brasil se inspira na lógica proibicionista norte-americana. Um breve peripaseio pela história do proibicionismo, nos EUA, deixa latente seu real sentido: no começo do século XX conter as camadas sociais oriundas do México na cidade El Paso nos EUA e a declaração de guerra ao tráfico de Richard Nixon na segunda metade do século XX; conter e criminalizar os ativistas do movimento dos direitos civis dos negros naquele país ¹⁴³.

¹⁴¹ GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 185- 296.

¹⁴² SHWARCZ, Lillian Moritz. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Circulo do Livro, 1988. p. 242.

¹⁴³ DOCUMENTÁRIO GRASS: A VERDADEIRA HISTÓRIA DA MACONHA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NnpBLIH6kKk&t=599s>>. Acessado em: 03 fev. 2017.

Há um genocídio ocorrendo onde a política de segurança pública está assentada nos nortes operacionais da mentalidade da sociedade escravocrata -- da qual somos herdeiros -- e no paradigma eugênico e higienista fundantes de nossa república: um novo holocausto está em curso e dessa vez é nossa inércia que acende e mantém viva a pira da expiação; ele se perfaz em torno da tríade do sistema penal: a política de segurança pública (instituição policial, em linhas gerais), política judiciária e a política penitenciária ¹⁴⁴.

O verdadeiro debate não refere-se à liberação ou não de determinado entorpecentes, mas a um novo trato legislativo, policial e judicial do tipo penal de tráfico de drogas.

Entretanto, não é fácil vincular a guerra de extermínio ao tráfico de drogas varejista ao racismo. Afinal, no Brasil, o grande laboratório da miscigenação, a fora o negro retinto, não se sabe ao certo a que quadro étnico é pertencente.

Bem certo que o quadro fenótipo seja por deverás importante para o enquadramento étnico não é o único. O *habitus* diz muito também.

(...) A mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo à brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera íntima e difunde a universidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura¹⁴⁵.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu no EUA “onde quem descende de família negra (a menos três gerações) é sempre negro, a despeito da aparência” ¹⁴⁶ o Estado não delimitou por lei os aspectos raciais individuais. Aqui tudo é mais subjetivo “teríamos um preconceito de marca” ¹⁴⁷. Vivemos a égide de um holocausto órfão.

A identificação racial é muitas vezes uma questão relacional no Brasil: varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador. Quanto mais claro é aquele que pergunta, mais ‘escura’ pode ser a resposta, e vice-versa. O mesmo entrevistado alterará sua formulação tendo em mente a pessoa – a cor e a posição social e cultural – que faz pergunta ¹⁴⁸.

Dentro do âmbito policial, por meio dos chamados autos de resistência, é que se percebe como maior clareza a manifestação do *homo sacer*. O estado democrático de direito é suspenso entra em cena a exceção que na periferia é a regra.

¹⁴⁴ BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 34.

¹⁴⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012. p. 36.

¹⁴⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Ibid.* p. 68.

¹⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Ibid.* p. 68.

¹⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Ibid.* p. 72-73.

Nos autos de resistência o policial legisla, julga e executa. O traficante varejista é o *homo sacer* nacional. A Constituição e o devido processo legal não são os campos de ingerência do seu ser. Os autos de resistência atendem a uma lógica higienista, afinal ele carrega no sangue a marca hereditária do desvio. É o portado da degeneração. Nesse sentido, a morte policial de um narcotraficante na favela é natural, moral e culturalmente justificável.

Contra o anormal, é o racismo contra os indivíduos, que, sendo portadores seja de um estado, seja de um estigma, seja de um defeito qualquer pode transmitir a seus herdeiros, de maneira mais aleatória, as consequências imprevisíveis do mal que trazem em si, ou antes, do não-normal que trazem em si. Racismo interno, racismo que possibilita filtrar todos os indivíduos no interior de uma sociedade dada¹⁴⁹.

Pelo bem do cidadão de bem, do Brasil e de Deus faz-se necessário a morte desses sujeitos historicamente subalternizados. É preciso deixar morrer, ou melhor, fazer morrer para que se possa viver.

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura¹⁵⁰.

Dentro dessa lógica colonialista *biopolítica*, pobreza e periculosidade são sinônimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maturação de uma perspectiva efetiva de Estado soberano para governamental e *biopolítico*, onde o poder do ente estatal acaba por gerenciar a vida, com a emergência do conceito de população, associada à consolidação no senso comum e em práticas institucionais de Estado ao racismo científico legitimou e viabilizou os maiores massacres raciais da história da humanidade ao longo do século XX.

O *racismo de Estado*, em Foucault, tem a função de higienizar biologicamente os grupos que compõe a população do Estado dos sujeitos tidos como biologicamente inferiores.

No Brasil, a sub-raça é corporificada por aqueles que em seu quadro fenótipo mostram serem os herdeiros biológicos dos escravizados; imbuídos, portanto, de uma degeneração hereditária e a política de guerra ao tráfico varejista de drogas acaba por fazer as vezes discursiva

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 403.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 305

que legitima o genocídio das camadas social e simbolicamente marginalizadas do tecido social pátrio.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio.. **Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua** . Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AMISTAD. Dir. Steven Spielberg. Produção de Debbie Allen, Steven Spielberg e Colin Wilson. S. n.: DreamWorks, 1997. DVD.

AZEVEDO, Celia Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BARROSO, Luís Roberto. **Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito Constitucional Brasileiro**. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista15/revista15_11.pdf >. Acessado em: 03 nov. 2018.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo da cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone, 1995.

BOECKEL, Cristina. **Quadrilha que 'exportava' cocaína em contêineres usava moedas virtuais, diz PF**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rj-e-um-dos-principais-corredores-para-o-traffic-internacional-de-drogas-da-america-do-sul-para-a-europa-diz-pf.ghtml>>. Acessado em: 24/04/2018.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DURKHEIM, Émile. O individualismo e os intelectuais. **Revista de direito do Cesusc**. Santa Catarina, n. 2, p. 299- 311, 2007

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Madrid: Alianza, 1998.

FANON, Fanon. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HACHEM, Daniel Wunder. **A Biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: o Estado, a Sociedade de segurança e a vida nua**. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/15> . Acessado em: 09 abr. 2019.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 5. ed. Coimbra: Sucessor, 1979.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília, DF: UNB, 2003.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: parte geral**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Rafael. **Polícia Civil prende chefe do tráfico que planejava ataque às UPPs do Alemão**. Disponível em: odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5558190-policia-civil-prende-chefe-do-traffic-que-planejava-ataque-as-upps-do-alemao.html#foto=1 Acessado em: 24 abr. 2018.

O GLOBO. **PF prende 12 integrantes de quadrilha de tráfico de drogas internacional**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pf-prende-12-integrantes-de-quadrilha-de-traffic-de-drogas-internacional-22867806> . Acessado em: 24 abr. 2018.

PENA, Sêrdio D. J. **Humanidade sem raças?** São Paulo: Publifolha, 2008.

PENNA, João Camillo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

RJTV. **Operação da PF prende 12 integrantes de quadrilha que traficava drogas para Europa**. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=ojzJhX1ZU9w> . Acessado em: 04 abr. 2018.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: parte geral**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta Neves. **Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n1/a05v16n1.pdf> . Acessado em: 24 set. 2018.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil e a penal no império. In.: WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). **Fundamentos de história do direito**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2006.

SOUZA, Daniel Diego A. da S. de. “Acerca dos que Devem Morrer”: *um diálogo entre Agamben e Foucault sobre o sentido da guerra ao tráfico varejista no Brasil*. In: REUCAM, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, ano 1, volume 2, pp.xx-yy. ISSN.